

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL**

VERSÃO PRELIMINAR DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADO POR

Adriana Malamut

COOPERATIVAS INCUBADAS E DIALOGICIDADE

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: Fernando Guilherme Tenório

**VERSÃO PRELIMINAR ACEITA, DE ACORDO COM O PROJETO
APROVADO:**

DATA DA ACEITAÇÃO:

FERNANDO GUILHERME TENÓRIO

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EXECUTIVO**

COOPERATIVAS INCUBADAS E DIALOGICIDADE

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADO POR**

Adriana Malamut

**E
APROVADO EM:
PELA COMISSÃO EXAMINADORA**

FERNANDO GUILHERME TENÓRIO – (Doutor em Engenharia da Produção)

JOSÉ ANTÔNIO PUPPIM DE OLIVEIRA – (Doutor em Planejamento)

PIERRE OHAYON – (Doutorado em Administração)

*“A função mais importante da universidade na era da razão
é proteger a razão de si mesma”.*
Allan Bloom

Agradeço a Fernando Guilherme Tenório, por ter aberto novos caminhos do saber e por ter aguçado meu senso crítico de forma tão particular.

Dedico este trabalho aos meus pais Gilberto e Hermina e à minha irmã Gabriela; pelo amor, apoio e incentivo recebidos durante esta trabalhosa trajetória acadêmica, e ao meu futuro marido, Marcos C. Adissi, pela enorme troca e envolvimento ao longo da elaboração deste trabalho, sempre de forma prestativa, envolvente e apaixonante.

SUMÁRIO

	Páginas
Lista de Figuras.....	viii
Lista de Tabelas.....	ix
Lista de Gráficos.....	x
Lista de Siglas.....	xi
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xiv
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. PROBLEMÁTICA	3
2.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA.....	3
2.2 OBJETIVOS.....	8
2.2.1 Objetivo geral.....	8
2.2.2 Objetivos intermediários	8
2.3 HIPÓTESE	8
2.4 JUSTIFICATIVA	9
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA	10
3.1 HISTÓRICO.....	10
3.2 A REINVENÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO FINAL DO SÉCULO XX	18
3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, DEFINIÇÃO	21
3.4 A EMPRESA CAPITALISTA E A EMPRESA SOLIDÁRIA.....	23
3.5 O MOVIMENTO NO BRASIL.....	26
3.6 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	31
4. COOPERATIVISMO	33
4.1 A COOPERATIVA.....	34
4.1.1 Histórico.....	34
4.1.2 Histórico das cooperativas no Brasil	35
4.1.3 Definição	37
4.2 PANORAMA	40
4.2.1 O cooperativismo de consumo	40
4.2.2 O cooperativismo de crédito	41
4.2.3 O Cooperativismo de compras e vendas	44

4.2.4 O Cooperativismo de produção.....	46
4.3 A AUTOGESTÃO NAS COOPERATIVAS	47
5. INCUBADORAS.....	49
5.1 HISTÓRICO	49
5.2 DEFINIÇÃO	52
5.3 TIPOS DE INCUBADORAS	54
5.4 O MOVIMENTO NO BRASIL.....	57
6. ISONOMIA E AÇÃO COMUNICATIVA.....	59
7. REFERENCIAL PRÁTICO: COOPERATIVAS DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP/COPPE/UFRJ	80
7.1 INTRODUÇÃO	80
7.2 A INCUBAGEM DE COOPERATIVAS	82
7.3 O PROCESSO DE SELEÇÃO	85
7.4 AÇÕES DA ITCP/COPPE/UFRJ	86
7.4.1 Políticas Públicas.....	86
7.4.2 Observatório do Cooperativismo Trabalho & Cidadania	86
7.5 ESPAÇO FÍSICO.....	87
7.6 ALIANÇAS E PARCERIAS.....	87
7.7 COOPERATIVAS POPULARES INCUBADAS	91
7.7.1 Cooperativa Sapê Pendotiba – PENDOCOOP.....	93
7.7.2 Cooperativa Popular dos Amigos do Meio Ambiente – COOPAMA.....	94
7.7.3 Cooperativa de Costura Artesanal – COOSTURART.....	95
7.7.4 Cooperativa dos Trabalhadores de Bonsucesso – COOTRABOM.....	97
7.7.5 Cooperativa de Prestação de Serviços em Informática, Artes Gráficas e Consultoria – DINAMICOOP	98
7.7.6 Colônia Z-10	100
8. METODOLOGIA DA PESQUISA	102
8.1 O ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS.....	102
8.2 NATUREZA E TIPO DA PESQUISA	104
8.2.1 Quanto aos fins.....	104
8.2.2 Quanto aos meios	104
8.3 UNIVERSO E AMOSTRA.....	106
8.4 CRITÉRIO PARA COLETA DE DADOS	107
8.5 TRATAMENTO DOS DADOS	107

8.6 RESULTADOS METODOLÓGICOS	108
8.7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	109
9. ANÁLISE DOS DADOS.....	110
10. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	124
10.1 CONCLUSÕES	124
10.2 RECOMENDAÇÕES	127
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
12. ANEXOS	137
12.1 ANEXO 1 – EDITAL DE SELEÇÃO DE INCUBAGEM.....	137
12.2 ANEXO 2 – PERGUNTAS NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS.....	140
12.3 ANEXO 3 – MATRIZ PARA ANÁLISE DE DISCURSO.....	141
12.4 ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO APLICADO.....	149

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS	Páginas
Figura 1: O Paradigma Paraeconômico	64
Figura 2: Planta da Incubadora	87

LISTA DE TABELAS

TABELAS	Páginas
Tabela 1: Cooperativas e cooperados no Brasil	37
Tabela 2: Cooperativas no período de 1996 a 2001	91
Tabela 3: Cooperativas no ano de 2002	91
Tabela 4: Cooperativas no ano de 2003	92
Tabela 5: Cooperativas no ano de 2004	92
Tabela 6: Cooperativas no ano de 2005	93
Tabela 7: Perfil das cooperativas estudadas	101
Tabela 8: Aplicação dos questionários	108
Tabela 9: Aplicação das entrevistas	108
Tabela 10: Resultados encontrados	122

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS	Páginas
Gráfico 1: População empregada com carteira assinada	5
Gráfico 2: Evolução da taxa de precarização da força de trabalho 1940-1998	7
Gráfico 3: Classificação das incubadoras no Brasil	57
Gráfico 4: Incubadoras no Brasil por região	58
Gráfico 5: Crescimento do número de incubadoras no Brasil	58
Gráfico 6: Estrutura da Rede Universitária de ITCPs	89

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançada

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativista

CDI – Centro de Democratização de Informática

CDM – Cooperação para o Desenvolvimento da Morada Humana

CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável

CIETEC– Centro Incubador de Empresas Tecnológicas

CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CNC – Central de Negócios Cooperativos

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEP – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida

COOPFER – Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea

COPPE – Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos

EIC – Escola de Informática e Cidadania

FBB – Fundação Banco do Brasil

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

GUNM – Grande Unidade Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

NBIA – National Business Incubation Association

NSF – National Science Foundation

ONG - Organizações Não-Governamental

PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

RJ – Rio de Janeiro (Estado)

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

COOPERATIVAS INCUBADAS E DIALOGICIDADE

Adriana Malamut

RESUMO

A presente dissertação estuda o caso das cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares pertencente ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) analisando se ocorre o processo dialógico na sua gestão respaldado pela teoria crítica habermasiana e pelo Modelo Paraeconômico de Guerreiro Ramos. Para tanto, o estudo fundamenta-se em arcabouços conceituais abrangendo a Economia Solidária, o Cooperativismo e Incubadoras. No estudo são apresentadas as conclusões finais e finaliza com um conjunto de recomendações visando ampliar o campo de pesquisa estudado assim como sua aplicabilidade.

PALAVRAS-CHAVES: Modelo Paraeconômico, Ação Comunicativa; Economia Solidária; Cooperativismo.

INCUBATED COOPERATIVES AND DIALOGIC PROCESS

Adriana Malamut

ABSTRACT

The present paper studies the case of cooperatives incubated at Technology Incubator of Popular Cooperatives that belongs to the Alberto Luiz Coimbra Engineering Graduate and Research Institute (COPPE) in the scope of Federal University of Rio de Janeiro. It analyzes if occurs the dialogic process in its management endorsed by Habermas's Critic Theory and the Paraeconomic Model of Guerreiro Ramos. For that, the study is based on conceptual frameworks enclosing Critic Theory as well as Solidary Economy, Cooperativism and Incubators. Its historical roots and the movement in Brazil. The paper presented final conclusions closes with a set of recommendations to extend the research field as well as its applicability.

KEY WORDS: Paraeconomic Model; Communicative Action; Solidary Economy; Cooperativism.

1. INTRODUÇÃO

“Seria necessário colocar como epíteto de todo estudo sobre a racionalidade este princípio bem simples mas freqüentemente esquecido. A vida pode ser racionalizada de acordo com perspectivas e direções extremamente diferentes”.
Max Weber

O presente estudo busca identificar o processo dialógico nas cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares pertencentes ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O trabalho apóia-se no referencial teórico abrangendo: a Economia Solidária, suas raízes históricas e o movimento no Brasil; a Teoria Crítica; e a Ação Comunicativa. Dessa forma, busca-se identificar e compreender de que forma ocorrem as tomadas de decisões nos casos práticos e se as mesmas ocorrem através de um processo participativo e dialógico.

Para tanto, a estrutura deste trabalho está dividida em seis capítulos – além dos referenciais bibliográficos e anexos – cujos conteúdos são descritos a seguir:

- Capítulo 2 – Problemática. Neste capítulo é contextualizada a situação a ser estudada, assim como são apresentadas a justificativa do tema escolhido, a identificação do problema de pesquisa, seus objetivos e a hipótese norteadora do estudo.
- Capítulo 3 – Economia Solidária. Este capítulo apresenta o primeiro conceito utilizado como alicerce para a elaboração do presente estudo. Para tanto, apresenta-se a perspectiva histórica da economia solidária, assim como sua definição, seu panorama e o movimento de economia solidária no Brasil.
- Capítulo 4 – Cooperativismo. Neste capítulo é apresentada a definição de tal conceito assim como suas vertentes, tipologias e seu panorama histórico.
- Capítulo 5 – Incubadoras. Este capítulo refere-se ao conceito de incubadoras, assim, no mesmo é apresentado seu processo histórico, sua definição, suas tipologias e o movimento de incubadoras no Brasil.

- Capítulo 6 – Isonomia e Ação Comunicativa. Este capítulo tem como propósito apresentar o conceito de isonomia, presente no modelo paraeconômico de Guerreiro Ramos, assim como o conceito de ação comunicativa, desenvolvido por Jürgen Habermas.
- Capítulo 7 – Referencial Prático. Refere-se aos casos práticos estudados, quais sejam as cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/COPPE/UFRJ. Neste capítulo são apresentadas suas histórias, suas características, seus processos de formalização e sua forma de atuação.
- Capítulo 8 – Metodologia da Pesquisa. Neste capítulo é definida a metodologia utilizada no estudo composta pela natureza e o tipo de pesquisa a ser realizada, seu universo e amostra, os critérios estipulados para a coleta de dados, o tratamento dos mesmos, os resultados metodológicos e as limitações desse estudo.
- Capítulo 9 – Análise dos Dados. Apresentam-se detalhadamente, neste capítulo, os resultados obtidos através da análise de discurso feita a partir das entrevistas abertas e semi-estruturadas realizadas ao longo da pesquisa.

Finalmente, no capítulo 10 – Conclusões e Recomendações – a pesquisa é concluída e é apresentada uma reflexão final sobre o tema. As recomendações apresentadas neste capítulo buscam corroborar para a implementação de um processo dialógico nas organizações, assim como apontar alternativas para os gargalos vividos pela grande maioria das cooperativas atualmente.

2. PROBLEMÁTICA

Este capítulo tem como proposta a apresentação e definição do tema a ser estudado e do problema da pesquisa a ser investigado, o detalhamento dos objetivos gerais e específicos, a hipótese levantada, assim como a justificativa da sua realização.

2.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

Nos últimos 25 anos do século XIX, com a abolição da escravatura, o emprego assalariado passou a fazer parte da realidade brasileira, principalmente a partir da Revolução de Trinta, quando a base do projeto de industrialização se deu através dos alicerces da sociedade assalariada. Segundo Pochmann (2001, p. 96), *“durante os anos 40 e 70, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho criados, apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com registro formal”*. Dessa forma, entre os anos de 1932 e 1980, o Brasil implementou um modelo econômico baseado na ampla difusão do emprego assalariado.

Durante este período, o emprego assalariado somente sofria oscilações quando ocorriam mudanças na conjuntura econômica, tais como a Grande Depressão, entre 1929 e 1932, a Recessão de 1980 a 1983, ou em caso de modificações na base tecnológica de produção, como nos anos 50, com a renovação tecnológica que ocorreu nas indústrias têxteis (POCHMANN, 2001, p. 96).

Assim, de 1940 a 1970, para uma variação média anual de 2,56% da População Economicamente Ativa (PEA), ocorreu um crescimento de 2,65% da ocupação, pressionada principalmente pelo emprego assalariado, que apresentou um aumento de 6,2% ao ano e uma variação média anual de 7,0% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, a cada elevação de 1% no produto, havia um acréscimo de 0,37% na ocupação têxtil (POCHMANN, 2001, p. 96).

A partir da década de 80, esta realidade mudou:

“Diante da variação média anual de apenas 1,9% do Produto Interno Bruto entre os anos de 1980 e 1999, a população ocupada apresentou um crescimento de 2,20% ao ano (...). Isto é, para cada 1% de aumento da produção houve 1,17% de aumento na ocupação. Para o emprego assalariado, que no mesmo período sofreu uma variação média anual

de 1,53%, a elasticidade produto-emprego foi reduzida para 0,81%”
(POCHMANN, 2001, p. 97).

Singer (2003, p. 124), ressalta que no início desta década a situação se agravou:

“Por ocasião do lançamento do Plano Cruzado, em 1986, criou-se o seguro-desemprego, reconhecimento tardio de que o FGTS¹ sozinho deixou de ser um apoio adequado aos milhares que eram mandados embora e tardavam cada vez mais em encontrar novo emprego”.

De acordo com Pochmann (2001), na década de 90, a relação entre o PIB e a população ocupada apresentou mudanças mais bruscas. O PIB apresentou uma variação anual média de 1,72% diante da evolução da população ocupada de 1,18% e de 0,91% para os empregos assalariados.

A partir deste contexto, pode ser identificada uma profunda transformação na qualidade da ocupação gerada no País. Segundo o autor:

“Em 1980, por exemplo, o Brasil possuía cerca de 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal e, em 1989, havia passado para 25,5 milhões. No ano de 1999, contudo, a quantidade de assalariados com carteira assinada havia caído para 22,3 milhões de trabalhadores, segundo dados do Ministério do Trabalho”.

Nesta época, a economia brasileira passou por profundas transformações. Parte destas mudanças teve como principal causa a adequação do Brasil ao receituário do Consenso de Washington² e, como consequência, tais ajustes provocaram a ampliação do desemprego nacional.

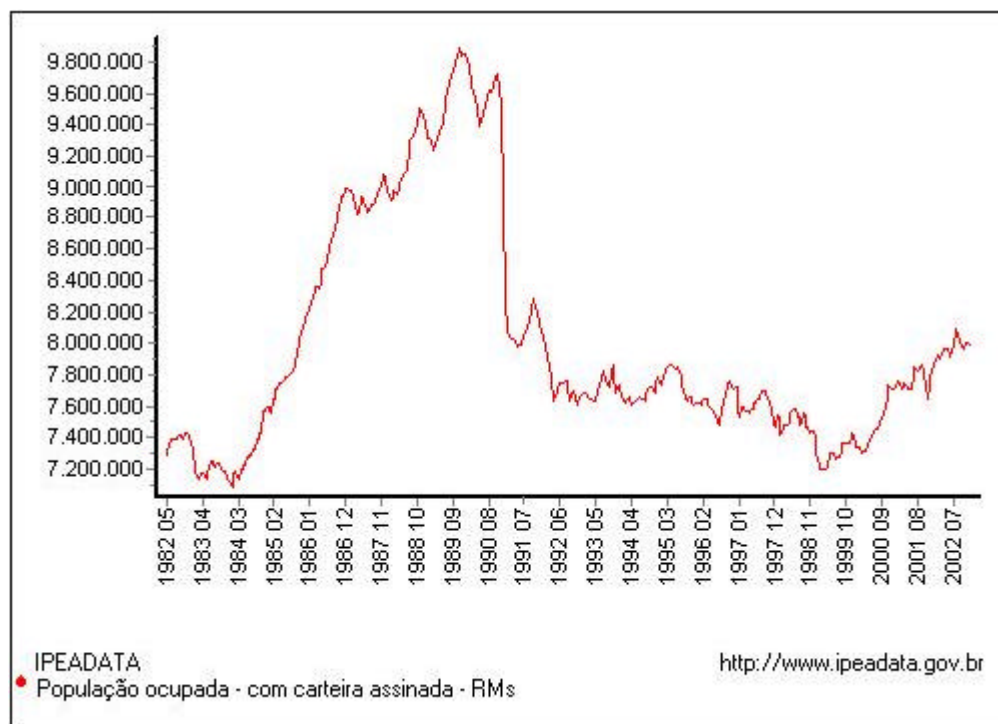
Dessa forma, inicialmente a temática do desemprego foi associada à busca de competitividade empresarial, à estabilização monetária, à rigidez do mercado de trabalho e à baixa qualificação dos trabalhadores (POCHMANN, 2001, p. 95).

¹ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vigente desde 1967.

² Novembro, 1989. *International Institute for Economy*.

Só no ano de 1990 a 1992, ao longo da execução do plano de estabilização adotado pela administração do então presidente Fernando Collor de Melo, o número de pessoas que possuíam carteira assinada nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador, que em novembro de 1989 atingira o número de 9.888.370, diminuiu em 19,38%, durante tal período, como mostra o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – População empregada com carteira assinada



Desde a abertura do mercado interno às importações, iniciada por este governo e aprofundada no Plano Real, avolumou-se a quantidade de empresas industriais que entraram em crise, a maioria fechando ou sendo absorvida por multinacionais trazendo como consequência o aumento do número de desempregados (SINGER, 2003, p. 125).

Porém, com o passar dos anos, tais causas - à busca de competitividade empresarial, à estabilização monetária, à rigidez do mercado de trabalho e à baixa qualificação dos trabalhadores - mostraram-se insuficientes para explicar a escalada do desemprego nacional, que, mesmo após a recuperação econômica entre 1993 e 1997 e a implementação de medidas relacionadas à flexibilização do trabalho, à elevação da escolaridade e à capacitação da mão-de-obra, não apresentou índices de melhora. Na desaceleração econômica após 1997,

as taxas de desemprego alcançaram proporções sem paralelo na história recente do País (POCHMANN, 2001, p. 95).

Dessa forma, o desemprego parece ser consequência do amplo curso de duas décadas de estagnação econômica e pela ação, a partir de 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional contrária ao aumento do emprego nacional.

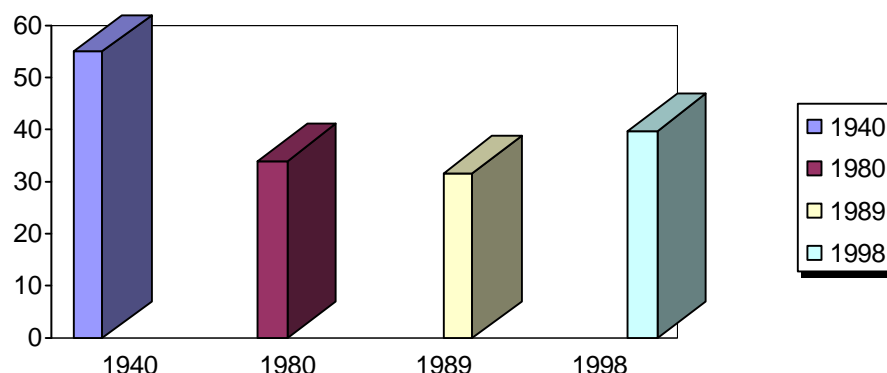
Tal redução absoluta e relativa durante os anos 90 vem acompanhada do aumento de vagas assalariadas sem registro e de ocupações não-assalariadas, trazendo como consequência direta o aumento da precarização das condições e relações de trabalho. De acordo com Singer (2003, p. 13), esta situação gera um exército de reserva que é:

“mantida em ociosidade, sustentada pelo seguro-desemprego. O restante, porém, é induzido ou forçado a procurar ganhar a vida vendendo em algum mercado o fruto de seu trabalho. O que implica o inchamento da produção simples de mercadorias e o empobrecimento de grande parte de seus integrantes, que atuam nos mercados mais vulneráveis à entrada em massa dos excluídos do modo de produção e distribuição capitalista”.

Assim, uma das soluções encontradas por este exército de reserva é o trabalho por conta própria, mais conhecido como trabalho autônomo, que tem se expandido constantemente, caracterizando-se por ser, em geral, um trabalho precário e de remuneração contida. O Gráfico 2 relata tal evolução:

Gráfico 2 – Evolução da taxa de precarização³ da força de trabalho, 1940-1998

³Relação entre desempregados, sem remuneração e por conta própria com relação à PEA (POCHMANN, 2001, p. 98).



Em 1940, a relação entre desempregados, sem remuneração e por conta própria em relação à População Economicamente Ativa era de 55, já em 1980, houve um declínio para 34,1, continuando a cair para 31,8 em 1989 e subindo em 1998 para 39,7.

Dessa forma, tornou-se cada vez mais difícil à parcela da população sem especialização e de baixa escolaridade, empregar-se com carteira assinada e conseguir certa estabilidade financeira. A consequência de tal feito para estas pessoas, concentrada principalmente nas periferias e zonas mais pobres das metrópoles brasileiras, tornou-se o trabalho autônomo caracterizado pela precariedade e pela remuneração contida: o “bico”.

A partir desta realidade, algumas soluções começaram a ser repensadas e construídas de forma a buscar minimizar os efeitos trazidos pelo aumento do desemprego e exclusão social.

Neste contexto, Singer (2004, p. 110) apresenta a ‘Economia Solidária’ como uma das possíveis soluções, segundo o autor, “(...) a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado”, e acrescenta: “como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países”. Soma-se a estes fatores a possibilidade de resgate da cidadania:

“para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa [unidade fundamental da e-

conomia solidária] *enseja verdadeiro resgate da cidadania*” (SINGER, 2003, p. 27).

Assim, esta dissertação tem como propósito apresentar o conceito de Economia Solidária, assim como suas raízes históricas e o movimento no Brasil. Apresenta também a sua principal unidade: a cooperativa, e analisa a presença do processo dialógico na sua gestão respaldada pela teoria da razão comunicativa habermasiana através do estudo de caso das cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE/UFRJ.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar se as cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE/UFRJ praticam o processo dialógico.

2.2.2 Objetivos intermediários

Como objetivos intermediários identifica-se:

- Conceituar a autogestão e o agir comunicativo a partir do referencial teórico consultado;
- Identificar as cooperativas que compõem a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ;
- Analisar o nível de participação dos cooperados na gestão das cooperativas analisadas.

2.3 HIPÓTESE

As cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE/UFRJ praticam o processo dialógico.

2.4 JUSTIFICATIVA

A partir da presença e da transformação do conceito de economia solidária na realidade brasileira, observa-se o surgimento de novas iniciativas – tais como nascimento de cooperativas. Para tanto, faz-se necessário verificar se tais iniciativas resguardam os princípios norteadores do conceito ou se são apenas meras alternativas à questão do desemprego no País.

Já é possível observar que, apesar de se autotransformarem como empreendimentos solidários, sua forma de gestão ocorre através de valores capitalistas e é fundamentada na economia de mercado, sem possuir a autogestão como alicerce estrutural. Assim, tais empreendimentos não se enquadram na proposta trazida pela economia solidária e como consequência, não podem ser levados em consideração pelo presente estudo.

Em contrapartida, alguns empreendimentos são apontados como exemplos de sucesso no âmbito da economia solidária. Em muitas cooperativas – empreendimentos solidários – podem ser identificadas a presença e a aplicabilidade da gestão participativa e do envolvimento de seus cooperados.

A fim de verificar a presença dos alicerces fundadores da economia solidária em empreendimentos solidários, este estudo tem como proposta identificar a presença do processo dialógico nas cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE/UFRJ.

Sua realização justifica-se através do interesse científico deste trabalho e na possibilidade que ele oferece de discutir o processo dialógico como uma das principais maneiras de se alcançar os propósitos pelos quais o conceito de economia solidária foi criado.

O estudo procura, dessa forma, oferecer um campo para reflexão e também recomendações sobre a aplicabilidade dos princípios fundamentais de economia solidária e iniciativas que este movimento pode gerar.

Finalmente o interesse administrativo pretendido pelo estudo complementa-se às áreas de interesses anteriores, uma vez que divulga casos práticos relacionados ao tema proposto, disponibilizando fonte de informação e aprendizado a gestores de outras organizações congêneres.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico relacionado à Economia Solidária. Para tanto, no mesmo constará o seu processo histórico, sua definição e demais conteúdos que compõem tal temática.

3.1 HISTÓRICO

Os fenômenos sociais que ocorrem ao longo da história dificilmente possibilitam a identificação de uma data precisa e registrada referente ao momento histórico exato no qual sucedem e uma visão processual e dialética da história reforça tal imprecisão. Os processos que ocorrem são demorados e, muitas vezes, o que é chamado de ‘novo’, nada mais é do que uma releitura do que já foi criado ou já estava estabelecido, englobando fenômenos antigos e modificações ocasionadas por novas condições sócio-históricas.

Tal questão está presente quando o intuito é a apresentação das raízes históricas e do conceito de Economia Solidária. Este conceito, em diferentes contextos sociais, parece indicar que atualmente estão emergindo na sociedade contemporânea novas formas de solidariedade. A partir deste ponto de vista, o presente estudo busca resgatar as suas origens através da utilização de alguns referenciais teóricos apresentados a seguir.

França Filho (2002b, p. 9-19) sinaliza que essas novas formas de solidariedade remetem à iniciativa de cidadania, ao mesmo tempo que se opõem às formas de solidariedade, praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter exclusivamente comunitário.

Segundo o autor, trata-se de um fenômeno inédito, pois:

“essas experiências não parecem se orientar apenas conforme o registro de uma sociedade típica de Gemeinschaft (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma sociedade comunitária (Weber),

ou ainda uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim)”.

Neste contexto, França Filho (2004, p. 3)⁴ alerta que as experiências associativistas e cooperativistas, geralmente marcadas por uma dinâmica comunitária do ponto de vista interno, mas ao mesmo tempo abertas ao espaço público, ou seja, voltadas para o enfrentamento de problemáticas públicas locais, são alguns elementos que parecem constituir uma primeira característica central do fenômeno da economia solidária.

O conceito de economia solidária parece ter nascido na Europa, particularmente na França, devido à crise da chamada sociedade salarial, manifestada pela escassez do trabalho, isto é, o emprego em tempo pleno, por uma vida inteira, acompanhada do seu cortejo de exclusão (FRANÇA FILHO, 2004). Assim, trata-se de uma dupla crise: do emprego e da socialização, que aponta para o esgotamento da chamada “sinergia Estado-mercado” – característica do pós-guerra, período conhecido como “trinta glorioso” – e que se traduz na chamada “crise do Estado-Providência”, como aponta França Filho (2004).

Neste contexto, Martin (1994, p. 246) aponta que “*o trabalho não pode mais assegurar sua função reguladora, ao mesmo tempo em que permanece como principal vetor de integração*”⁵.

De acordo com Singer (2004, p. 23), “*a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção*”. Segundo o autor (2004, p. 23), a exploração do trabalho nas fábricas era tamanha que ameaçava a reprodução biológica do proletariado. Não havia limites legais algum e as jornadas de trabalho eram tão longas que comprometiam o aspecto físico dos trabalhadores, ocasionando uma elevada taxa de mortalidade o que impedia que a produtividade do trabalho pudesse ser elevada.

Devido a este fato, alguns industriais mais esclarecidos levantaram uma série de propostas que buscavam proteger os trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert O-

⁴ Disponível em: < <http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape. Cadernos EBAPÉ.BR> > – Volume II – Número 1 – Março de 2004. Acesso em: 13 abril 2005.

⁵ Prefácio de França Filho e Dzimir (2000).

wen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, Inglaterra, e um dos percussores do cooperativismo (SINGER, 2004, p. 24). Owen apresentou uma série de propostas para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica na época da Revolução Francesa.

A Revolução Francesa provocou um longo ciclo de guerras na Europa, que se encerrou apenas em 1815, após a vitória britânica sobre Napoleão em Waterloo. Logo a seguir a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda recessão, Owen diagnosticou corretamente que a depressão era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários à condução da guerra (SINGER, 2004, p. 25). De acordo com Singer (2004, p. 25):

“Para reverter essa situação era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtores”.

Assim, em 1817, Owen apresentou um plano ao governo Britânico para que o fundo de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem investidos na compra de terras e construção de aldeias cooperativas, assim, os excedentes da produção poderiam ser trocados entre as aldeias (SINGER, 2004, p. 25).

Através de tal sugestão, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos na produção em vez de permanecerem desocupados. Dessa forma, o trabalho funcionaria como uma forma de expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido nas aldeias.

De acordo com Cole (1944, p. 20), quanto mais Owen explicava o seu ‘plano’, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista.

Porém, tais sugestões fizeram com que Owen perdesse seus admiradores da classe alta e, desiludido, partisse para os Estados Unidos com a intenção de erguer num meio social mais novo, e por isso menos deteriorado, uma Aldeia Cooperativa que funcionaria como

um modelo da sociedade do futuro, a ser imitado por pessoas do mundo afora. Assim, ela foi estabelecida, em 1825, em New Harmony, no estado de Indiana, porém, logo sofreu sucessivas cisões (SINGER, 2004, p. 26).

O que Owen não esperava era que, apesar dele se encontrar além-mar, seus discípulos começaram a pôr em prática as idéias dele, criando sociedades cooperativas por toda parte. Esse movimento coincidiu com o surto de sindicalismo, desencadeado pela revogação dos *Combination Acts*⁶ (SINGER, 2004, p. 27).

Neste contexto, algumas iniciativas merecem destaque. Segundo Singer (2004, p. 27):

“A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais”.

Outra iniciativa foi desenvolvida em Brighton, um lugar de veraneio que foi palco de importante iniciativa cooperativa encabeçada pelo Dr. William King, que era conhecido como “médico dos pobres”. Em 1827, surgiu a *Brighton Co-operative Trading Association* (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), com o objetivo de formar uma comunidade cooperativa owenista (SINGER, 2004, p. 27-28). Dessa forma, diversas cooperativas descendentes desta primeira se desenvolveram em Brighton, Worthington, Findon, Turnbridge Wells, Canterbury e Gravesend.

De acordo com Cole (1944, p. 22-23), em seu número inicial, *The Co-operator* registrou a existência de apenas quatro cooperativas, em meados de 1829, este número já era de 70, e no fim do ano atingiu 130. De acordo com Singer (2004, p. 24), tornou-se comum que grevistas, em ramos que podiam ser operados sem muita máquina, em vez de cruzar os braços, se lançassem em competição com seus empregadores à base de planos de produção cooperativa⁷. De acordo com Cole (*apud* SINGER, 2003, p. 29):

⁶ Essa legislação proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado a livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade.

⁷ “A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los

“Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [do século XIX] eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego”.

Segundo Mill (2001, p. 68), Owen, como muitos socialistas da época, rejeitava o comércio visando o lucro como essencialmente parasitário, de acordo com Owen (1821, *apud* MILL, 2001, p. 68):

“Os distribuidores, pequenos, médios e grandes, têm todos de ser mantidos pelos produtores e, quanto maior o número dos primeiros comparado ao destes, maior será a carga suportada pelo produtor; pois à medida que aumenta o número de distribuidores, a acumulação de riqueza tem de diminuir e mais tem de ser exigido do produtor. Os distribuidores de riqueza, sob o sistema atual, são um peso morto sobre os produtores e os mais ativos desmoralizadores da sociedade”.

Esta rejeição do comércio (assim como de toda atividade visando o lucro) levou as sociedades owenistas a criar bazares ou bolsas que acabaram por polarizar boa parte da produção das cooperativas operárias, conferindo-lhes viabilidade econômica.

Quando Owen voltou à Inglaterra, conforme explicita Singer (2004, p. 30-31), ele deu grande impulso a esse comércio sem intermediários, criando o *National Equitable Labour Exchange* (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo). A sua principal finalidade era oferecer a todos os cooperadores um mercado para que pudessem trocar seus produtos, de acordo com o autor (2004, p. 31):

“as trocas nessas bolsas não eram estritamente escambo, pois eram intermediadas por uma moeda própria: as notas de trabalho, cuja unidade eram horas de trabalho (...). As bolsas ‘de trabalho equitativo’⁸ excluía o lucro industrial na formação de seus preços”.

no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão” (SINGER, 2004, p. 29)

⁸ Durante certo tempo as bolsas equitativas tiveram notável sucesso. Em 1834, a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo encerrou suas atividades, por efeito da derrota geral do movimento operário em seu confronto com os empregadores (SINGER, 2004, p. 32).

Assim, o panorama de luta de sindicatos contra os capitalistas, utilizando as cooperativas operárias como armas para disputar-lhes o mercado, estava chegando ao auge em 1833, quando Owen reapareceu, assumindo sua liderança. Em setembro daquele ano, o Sindicato dos Trabalhadores em Construção, formado pela união das associações de ofício do ramo, reuniu seu Parlamento dos Construtores em Manchester. Owen compareceu e propôs que criassem a Grande Guilda Nacional dos Construtores para suplantiar os empreiteiros privados e tomar toda indústria em suas próprias mãos, reorganizando-a sob a forma de uma grande cooperativa nacional de construção (SINGER, 2004, p. 32).

De acordo com Singer (2004, p. 33), naquele mesmo ano, Owen procurou o Congresso Cooperativo de Londres para propor a criação da Grande Unidade Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido (GUNM). Cole (1944, p. 27-28) ressalta que a GUNM:

“Era para ser constituída por delegados de todos os ramos organizados de atividade à base de sindicatos paroquiais, distritais e provinciais e parece que tinha por objetivo tomar toda a indústria do país do mesmo modo que os construtores se propunham a tomar indústria de construção. Os delegados partiram comprometidos com o estabelecimento desse instrumento espantosamente ambicioso e a realização de um novo congresso em Barnsley na páscoa seguinte”.

Neste contexto Singer (2004, p. 33) alerta para os primeiros sinais do cooperativismo:

“Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto mais involvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução”.

Neste mesmo ano, de 1833, é aprovado o *Factory Act*, que estabelece uma legislação protetora do trabalhador de fábrica, mas recusa a limitação da jornada de trabalho a dez horas, causando forte frustração (SINGER, 2004, p. 33).

Com as reivindicações trabalhistas, a reação dos empregadores cresce. Em junho de 1833, os empreiteiros resolveram fazer um *lock-out* (greve patronal, literalmente ‘exclusão’), demitindo todos os trabalhadores que pertenciam ao Sindicato dos Trabalhadores em Construção. Durante esta luta, Owen propôs ao Parlamento dos Construtores que tomassem a indústria capitalista e a reorganizassem como cooperativa. Assim, em novembro, os industriais têxteis decretaram o *lock-out*, demitindo todos os sindicalizados. Estes, em resposta, abriram cooperativas operárias e tentaram vender seus produtos na bolsa de trabalho, em todo o país (SINGER, 2004:34). Ainda de acordo com o autor (2004, p. 35):

“Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de ‘cooperativismo revolucionário’, o que jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen (...)” (SINGER, 2004, p. 35).

Assim, o cooperativismo revolucionário apresentado por Paul Singer (2004), refere-se aos primeiros idealizadores europeus: os socialistas utópicos. Eram assim nomeados por Karl Marx, a fim de diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber (1945, p. 27), esses lutavam “*pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade*”. Buber (1945), apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas:

- o primeiro Saint-Simon e Fourier - que nasceram antes da revolução francesa e faleceram antes de 1848;
- o segundo Owen e Proudhon - que morreram respectivamente em 1848 e 1870;
- o terceiro Kropotkin e Landauer - nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da primeira guerra mundial.

A economia solidária foi concebida por estes ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social (SINGER, 2004, p. 115).

A partir da contribuição de diversos pensadores, entre eles os supramencionados, formou-se a filosofia que embasa o conceito da economia solidária e do cooperativismo no mundo todo, como apresenta Singer (1998, p. 37):

“Com base nas experiências sucessivas de ajuda mútua nas relações de trabalho, o pensamento cooperativo foi sendo aos poucos elaborado. Dentre estes precursores estão os chamados ‘socialistas utópicos’, sobretudo franceses e ingleses. Impregnados pelas idéias de justiça e fraternidade, buscavam melhorar o meio socioeconômico, através de organizações sociais que consideravam equitativas. Em resumo, os socialistas utópicos buscavam imaginar e criar uma sociedade mais justa, por meio de associações voluntárias de modificações na organização da produção industrial ou de modificações no regime de trocas”.

Soma-se à contribuição de Singer a colocação apresentada por Cruz (2005), na qual o autor defende que a noção de economia solidária pode ser melhor compreendida na medida em que tal conceito é confrontado com o da economia do capital. Isto porque a economia solidária tem sua origem nas contradições impostas pelo sistema capitalista, trazendo como proposta *“uma forma de vida baseada em valores diferentes dos praticados pela sociedade do capital”*. Ainda segundo o autor, tendo como ponto de partida o capitalismo industrial, no final do século XVIII, vários fatores *“criaram condições propícias para que a grande massa de população trabalhadora buscasse meios alternativos de sobrevivência”* (CRUZ, 2005, p. 12).

3.2 A REINVENÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO FINAL DO SÉCULO XX

No final do século XX, à medida que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, a situação destes foi melhorando consideravelmente. A diminuição das ho-

ras de trabalho, o aumento de salários, a seguridade social mais abrangente e de acesso universal, ou quase, tornaram-se realidade nos países desenvolvidos. Até mesmo em países semi-industrializados como o Brasil, os direitos obtidos através dos sindicatos deram a muitos assalariados formais – com carteira de trabalho assinada – um padrão de vida de classe média, de acordo com Singer (2004, p. 109):

“Este avanço de acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial e debilitou a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania ‘social’ que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção”.

Como consequência, esta situação trouxe o desinteresse crescente pela economia solidária e também pela tolerância com a introdução do assalariamento nas cooperativas e da “profissionalização” de suas gerências, Singer (2004, p. 110) aponta para esta questão e acrescenta:

“Em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em plano mundial, mas qualitativamente é provável que sua degeneração tenha se acentuado. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (...) e se acomodou no assalariamento”.

A partir da segunda metade da década de 70 do século XX este quadro mudou. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe como consequências, o desemprego e o fechamento de empresas e instaurou-se uma situação dramática para a classe trabalhadora (DEFOURNY, 2001).

Neste contexto relativo à crise da chamada sociedade salarial manifestada principalmente pela escassez do trabalho é que as preocupações relativas à economia solidária são compreendidas na Europa e particularmente na França (FRANÇA FILHO, 2002). De acordo com Laville (1997, p. 63), surge:

“uma forma de política da vida cotidiana (...) através do debate público de problemas sociais e econômicos que hoje não são inteiramente resolvidos nem pelo setor público, nem pelo setor privado. Dezenas de milhares de experiências são testemunhadas: creches associativas e atividades em torno da escola, iniciativas de inserção (...)”.

Neste período, segundo Singer (2004, p. 110), grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram, o que ocasionou a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi-desenvolvidos como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho formal.

Aos poucos a instabilidade do emprego se agravou, aumentando o número de desempregados e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão intensificou-se. Somados a estes problemas, os quais propiciaram a busca por um meio de vida mais justo, Sousa Santos (2002) destaca os seguintes: (i) crescente desigualdade socioeconômica; (ii) desequilíbrio na relação patrão-empregado na esfera do mundo do trabalho; (iii) polarização nas relações internacionais por parte dos países centrais em detrimento dos periféricos; (iv) exploração crescente de recursos naturais.

Esta “nova” realidade resultou no ressurgimento, com força cada vez maior, da economia solidária na maioria dos países. Segundo Singer (2004, p. 111), a economia solidária nesta época não foi inventada, *“na realidade, ela foi reinventada”*. De acordo com o autor, *“o que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento”*. Como principais causas para estas mudanças, Singer (2004, p. 112) aponta:

- 1. “A primeira destas transformações foi a crise dos Estados do ‘socialismo realmente existente’ da Europa Oriental, que estourou em 1985, com a Perestroika e a Glasnot na União Soviética, e culminou em 1991 com a dissolução”;*
- 2. “A outra transformação contextual foi o semifracasso dos governos e partidos social-democratas, principalmente na Europa mas também, mutatis mutandi, na América Latina”.*

Estas transformações subverteram a concepção, até então amplamente dominante, de que o caminho da emancipação passa necessariamente pela tomada do poder de Estado. O foco dos movimentos emancipatórios voltou-se então cada vez mais para a sociedade civil: multiplicaram-se as ONGs, a biodiversidade e o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados (SINGER, 2004, p. 112).

Floresceu então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Porém, Singer (2004, p. 112) ressalta que *“cumprir observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados”*. Segundo o autor (2004), *“o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta a do modo de produção dominante”*.

A partir desta “reinvenção” da economia solidária, França Filho (2002, p. 2) observa que estão emergindo novas formas de solidariedade e acrescenta:

“Essas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cristã, ao mesmo tempo que se opõem às formas abstratas de solidariedade, praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter exclusivamente comunitário”.

Neste contexto, França Filho (2002, p. 3) ressalta que as experiências associativas e cooperativistas que surgem na atualidade são marcadas em geral por uma dinâmica comunitária do ponto de vista interno ao mesmo tempo em que são abertas ao espaço público, ou seja, voltadas para o enfrentamento de problemáticas locais –, *“são alguns elementos que parecem constituir uma primeira característica central do fenômeno da economia solidária”*.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, DEFINIÇÃO

Segundo André Guélin (1988), “*économie sociale*” é difícil de definir, pois durante um século e meio já serviu para referir-se a diversas realidades. É notável que, ao longo da história do século XIX, algumas tendências políticas embarcaram nesta nova proposta. Tanto socialistas como social-cristãos e mesmo liberais, sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social. A partir desta perspectiva, este tópico pretende apresentar a definição de economia solidária.

Segundo Guélin (1988, p. 13), a economia solidária é:

“composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros”.

No ano de 1994, Jean-Louis Laville (1994, p. 211) definiu a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

Para Laville e Roustang (1999, p. 217-238), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. De acordo com estes autores, este conceito busca dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Porém, os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer, ela visa muito mais problematizar práticas sociais implantadas localmente.

Com relação a países em desenvolvimento da África e da América Latina, o termo economia popular é abordado por autores como Nyssens (1996) e Larrachea (1994). Segundo tais autores, com referência ao caso de Santiago do Chile, este setor da economia é constituído pelo conjunto das atividades econômicas cujos atores fazem parte da população mais pobre da cidade (Larrachea, 1994, p. 181).

De acordo com o Paul Singer (2003, p. 13):

“A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si”.

Segundo o autor (2004, p. 10), este conceito não é uma criação intelectual de uma única pessoa, embora os pensadores denominados socialistas utópicos da primeira metade do século XIX (Louis Blanc, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento, *“a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo (...), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.*

Singer (2003) apresenta a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.

Assim, a economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob formas de cooperativas, federações e centrais cooperativas, associações, empresas autogestionárias, movimentos, organizações comunitárias, redes de cooperação e complexos cooperativos. Envolve produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.

De acordo com Singer (2003), na medida em que a economia solidária se apresenta como uma alternativa econômica das populações mais pobres e excluídas do mercado de trabalho, é definida, muitas vezes, como uma economia popular. O autor ressalta que a economia solidária deve ser vista como uma estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho sustentada em formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos de desenvolvimento local, participativo e sustentável.

3.4 A EMPRESA CAPITALISTA E A EMPRESA SOLIDÁRIA

O surgimento do conceito de economia solidária⁹ trouxe como consequência o nascimento de sua unidade principal: a empresa solidária. A empresa solidária encontra-se respaldada pelos valores da economia solidária, diferentemente da empresa capitalista, que possui seu funcionamento de acordo com as regras estipuladas pelo mercado. Assim, os conceitos de empresa capitalista e empresa solidária podem ser melhor compreendidos se apresentados de forma comparativa, a fim de evidenciar suas diferenças e explicitar suas definições.

Singer (2003, p. 14) aponta a ditadura do capital na empresa como principal fator causador da obediência irrestrita dos trabalhadores às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome, do fruto do trabalho coletivo ser propriedade do capitalista, em cujo benefício todos os esforços devem ser enviados e do trabalhador só fazer jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais. Em sua opinião, *“administrar uma grande empresa capitalista está provavelmente mais próximo da condução duma guerra em múltiplas frentes do que do estudo e resolução de problemas ‘técnicos’”*. Ainda segundo o autor:

⁹ De acordo com Lubich (2002, p. 13), a economia de comunhão caracteriza-se como uma experiência específica da economia solidária. Segundo Burckart (2002, p. 77), trata-se de *“um novo esforço para realizar um sonho antigo como a humanidade. Trata-se, talvez, do sonho mais ambicioso do ser humano viver numa sociedade justa, na qual não haja pobres”*. A economia de comunhão caracteriza-se pela presença na economia de mercado, atenção tanto na produção quanto na distribuição da riqueza, liberdade de participação e compromissos que vão além dos limites da empresa (MOLTGNI, 2002).

“Dada a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependam da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente” (SINGER, 2003, p. 15).

Neste contexto, a empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista¹⁰. Em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão (SINGER, 2003, p. 20).

Assim, se a empresa solidária precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual (SINGER, 2003).

Partindo da perspectiva apresentada acima pelo autor, observa-se que o número de cooperados afeta a forma de gestão das cooperativas, assim como o seu processo decisório e a participação dos atores que a compõem.

Neste contexto, Sousa Santos (2002, p. 34) ressalta que, na empresa solidária, a estrutura democrática do empreendimento causaria demasiada lentidão no processo de tomada de decisão, o que num ambiente de mercado, poderia comprometer seu desempenho econômico.

Com relação às decisões coletivas em empresas solidárias, de acordo com Singer (2003), as mesmas tendem a ser mais certeiras do que as adotadas em empresas capitalista já que

¹⁰ Empresas capitalistas formadas por trabalhadores se distinguem de cooperativas nos seguintes pontos: a participação no capital da empresa não precisa ser igual e de fato tende a não ser; a participação de cada sócio nas decisões é proporcional a sua quota de capital; a empresa pode ser dominada por um grupamento de sócios que possui mais de metade das ações; os lucros são repartidos de acordo com as ações possuídas por cada sócio; nem todos os sócios precisam trabalhar na empresa; e esta pode empregar não-sócios (SINGER, 2003, p. 20)

na empresa solidária, prevalecem o poder e o interesse dos sócios, cuja maioria em geral ganha menos por constituir a base da pirâmide de retiradas.

Outra diferença refere-se à forma de remuneração da empresa solidária e da empresa capitalista. Na empresa solidária, os sócios não recebem salário mas *retirada*, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser diferenciadas ou não (SINGER, 2004, p. 12).

“(...) na empresa capitalista os salários são escalonados tendo em vista maximizar o lucro, pois as decisões a respeito são tomadas por dirigentes que participam nos lucros e cuja posição estará ameaçada se a empresa que dirigem obtiver taxa de lucro menor que a média das empresas capitalistas. Na empresa solidária, o escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que têm por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas” (SINGER, 2004, p. 13-14).

Por sua vez, a repartição do excedente anual também é diferente entre as duas tipologias de empresas:

“o lucro na empresa capitalista e a sobra na empresa solidária obedece a mecanismos e critérios diferentes num e noutro tipo de empreendimento. Na firma capitalista, a decisão sobre a destinação do lucro cabe à assembléia de acionistas, quase sempre dominada por um pequeno número de grandes acionistas, chamado de ‘grupo controlador’ (...)” (SINGER, 2004, p. 14).

Já nas empresas solidárias – no caso das cooperativas – as sobras têm destinação decidida pela assembléia dos sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que podem vir a formar cooperativas), outra posta em fundos de investimento, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, e o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada à cooperativa entre outros (SINGER, 2004, p. 14). Neste contexto, ainda de acordo com Singer (2004, p. 16):

“O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas”.

Assim, quando uma nova empresa solidária surge, a sua estruturação segue uma lógica completamente diferente da empresa capitalista. Em sua origem há em geral uma comunidade formada por ex-empregados de uma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias etc (SINGER, 2003). A empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, sendo uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital de trabalho.

Por isso, o nascimento de uma empresa solidária requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG), entre outros (SINGER, 2003, p. 20).

3.5 O MOVIMENTO NO BRASIL

Na literatura, o conceito de economia solidária aparece no Brasil em 1993, no livro *“Economia de solidariedade e organização popular”*, organizado por Gadotti e Gutierrez, onde o autor chileno Luís Razeto (1993, p. 40) o define como:

“uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas”.

A partir da disseminação de alguns conceitos, alguns encontros vão constituir um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária no Brasil.

O primeiro evento que ocorreu foi uma mesa redonda sobre o tema “Formas de combate e de resistência à pobreza” realizada em setembro de 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e o segundo ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG -, que teve lugar em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio de 1996. Segundo Gaiger (1996, p. 11):

“A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os empreendimentos solidários que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios de solidariedade e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária”.

Já no III Encontro da ANTEAG não se usou o termo economia solidária, mas no prefácio do livro que apresenta as intervenções dos participantes, redigido em 1998, Paul Singer escreve:

“No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva” (SINGER, 1998, p. 31).

Mance (1999, p. 163) diz que propostas similares também tinham sido defendidas pela oposição democrática popular em Curitiba em 1992 e em 1988 na cidade de Piraquara, no Paraná. Já em dezembro de 1996, Arruda (1996, p. 27) apresentou o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que *“reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional”*.

“É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia” (ARRUDA, 1996, p. 4).

O Instituto PACS criou também um canteiro de socioeconomia solidária e organizou vários novos encontros como em 1998 em Porto Alegre e de 11 a 18 de junho 2000 em Mendes, Rio de Janeiro (Encontro de Cultura e Socioeconomia Solidária). Segundo seu boletim, este último encontro foi fruto de um *“conjunto de encontros internacionais sobre experiências de autogestão e economia popular solidária [que aconteceram] entre 1988 e 1998”* e foi o berço da RBSES.

Já no Rio de Janeiro, além do PACS, apresenta-se a UFRJ, onde professores e técnicos do COPPE atenderam aos pedidos de formação de cooperativas de trabalho. Em meados de 1995, criaram a ITCP. Além da ajuda da Ação pela Cidadania, ganharam apoio financeiro da FINEP e do Banco do Brasil. Tal iniciativa funcionou como um “pontapé inicial” para que várias universidades implantassem incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e para a formação da Rede Universitária das Incubadoras.

Os empreendimentos da economia solidária são extremamente variados e dispersos pelo Brasil, porém, possuem ligações com movimentos ou instituições com visibilidade e contatos a nível macro permitiram-lhes aflorar para a consciência social do momento. Em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e Paul Singer da USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. Até que em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado ‘economia solidária e autogestionária’ em vista de um amplo levantamento desta realidade no Brasil.

Algumas propostas identificadas a partir de Gaiger, Singer e Arruda, com suas especificidades e divergências, vão ser reunidas pela primeira vez em 1999, na Universidade Católica de Salvador, por ocasião do seminário *“Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia”* e foram publicadas num livro com o mesmo título.

A partir deste panorama, serão utilizados alguns pontos abordados por Paul Singer (2003) a fim de para apresentar a evolução do movimento no País. Segundo Singer (2004, p. 122):

“o cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazidos pelos emigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo”.

Porém, segundo o autor, nenhuma destas cooperativas era ou é autogestionárias, pois sua direção e as pessoas que a operam são assalariadas, dessa forma, não podem ser consideradas parte da economia solidária. Ainda de acordo com o autor:

“A economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990” (SINGER, 2003, p. 25).

Com a crise social das duas décadas perdidas de 1980 e de 1990, nas quais ocorreu a desindustrialização do País, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando o desemprego em massa e a acentuação da exclusão social, a economia solidária ressurgiu no Brasil, assumindo forma de cooperativas ou associações produtivas, sob diferentes modalidades mas sempre autogestionárias (SINGER, 2004, p. 122).

Em 1980, a Cáritas, entidade ligada à CNBB, financiou diversos projetos nos quais uma boa parte destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores de periferias pobres das metrópoles e zonas rurais. De acordo com Singer (2004, p. 122), *“uma boa parte dos PACS acabou se transformando em unidades de economia solidária”.*

Outra modalidade apresentada por Singer (2004, p. 122), refere-se às empresas falidas ou em via de falir tomadas pelos trabalhadores, que as ressuscitam como cooperativas autogestionárias, como é o caso, em 1981, da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), que deu lugar à ANTEAG. A mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é desenvolvida pela UNISOL. Conforme Singer (2004, p. 123):

“Um outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)”.

Outra iniciativa refere-se à CUT, a maior central sindical brasileira, criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o DIEESE, a ADS. De acordo com Singer (2004, p. 124):

“A ADS vem difundindo conhecimento sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades, em parceria com a Unitrabalho”.

Devido ao primeiro Fórum Social Mundial, realizado em 2001 em Porto Alegre, foi lançada a Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento da economia solidária de todo o país, como apresenta Singer (2004, p. 124).

Em todos esses sentidos, é possível notar o movimento crescente da economia solidária no âmbito da realidade brasileira através de diversas iniciativas que vão, aos poucos, compondo este novo panorama sócio-econômico.

3.6 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De certa forma, pode-se dizer que as empresas solidárias são resultados diretos da falência de firmas capitalistas, de subutilização do solo por latifúndio e do desemprego em massa (SINGER, 2004, p. 113). O autor alerta que:

“se o renascimento da economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico, seu crescimento poderá se desacelerar no futuro, e pior, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista, cuja existência será funcional para preservar fatores de produção (...) que, se ficassem sem utilização, estaria sujeitos a se deteriorar” (SINGER, 2004, p. 114).

Para o autor, a economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. De acordo com Singer (2004, p. 114), ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser:

“uma alternativa superior ao capitalismo, superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor”.

Dessa forma, a grande aspiração da economia solidária, desde os seus primórdios, tem sido superar as tensões e angústias que a competição de todos contra todos acarreta naqueles que se encontram mergulhados na lógica da ‘usina satânica’, tão bem analisada por Karl Polanyi em 1971.

Neste contexto, a questão que se coloca é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial* (SINGER, 2004, p. 116), inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal.

Tal fato implica que os empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorialmente e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de

oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente (SINGER, 2004, p. 116). Conforme o autor:

“Esta via de crescimento da economia solidária pode desembocar em duas formas muito distintas de relacionamento com a economia inclusiva, dominada pelo capital. Uma destas formas seria o isolamento; a economia solidária tenderia a constituir um todo auto-suficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada – o chamado consumo solidário, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários” (SINGER, 2004, p. 117).

O autor ainda ressalta que a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, *‘usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona’* (SINGER, 2004, p. 120).

A fim de oferecer melhores subsídios conceituais para a apresentação do estudo de caso deste trabalho, no próximo tópico será apresentado o conceito de cooperativismo, assim como seu histórico e demais itens que compõem tal temática.

4. COOPERATIVISMO

Neste capítulo será apresentado o conceito de cooperativismo assim como a sua unidade: a cooperativa. Para tanto, vale ressaltar que a discussão a respeito do cooperativismo nos remete ao século XVIII, antecedendo, desta forma, o conceito de Economia Solidária, que terá sua discussão iniciada no século XIX.

De um modo geral, como apresenta Cruz (2005, p. 15), pode-se destacar duas vertentes principais no que diz respeito ao cooperativismo. A primeira, e mais difundida, está diretamente relacionada aos primórdios da economia solidária e origina-se no cooperativismo dos Pioneiros de Rochdale, sendo fundamentada nos seus princípios¹¹ e valores. Por isso, esta primeira vertente é nomeada como cooperativismo rochdaleano ou cooperativismo doutrinário.

A segunda vertente, fundamenta-se na crítica ao cooperativismo doutrinário, possuindo algumas teorias que se opõem aos ideais de Rochdale. De acordo com Cruz (2005, p. 25), estas teorias estudam o cooperativismo sem realizar uma abordagem social ou moral sobre o tema, mas sim, uma abordagem pragmática da atividade econômica cooperativa. Ainda segundo o autor:

“(...) o enfoque dado ao empreendimento cooperativo parte da busca pela melhoria do seu desempenho, uma vez que este também está sujeito às exigências do mercado capitalista” (CRUZ, 2005, p. 25).

Dessa forma, a concorrência no mercado global, a demanda por avanços tecnológicos, o elevado patamar de consumo das sociedades e necessidade de crescimento econômico por parte do Estado no qual o empreendimento se insere justificariam essa forma de abordagem (PINHO, 2004, p. 144).

Após esta sucinta apresentação das duas principais vertentes relacionadas ao pensamento cooperativista, vale ressaltar que o presente estudo tratará apenas da vertente doutrinária – fundamentada nos valores da economia solidária – a qual será tomada como parâmetro para o seu desenvolvimento.

¹¹ Como principais princípios, destacam-se: (i) o princípio da adesão voluntária e livre; (ii) o princípio do controle democrático pelos membros; (iii) o princípio da participação econômica dos membros; (iv) o princípio da autonomia e independência; (v) o princípio da educação, formação e informação; (vi) o princípio da cooperação entre cooperativas; (vii) o princípio da preocupação com a comunidade.

4.1 A COOPERATIVA

4.1.1 Histórico

As cooperativas tiveram sua origem nas reações defensivas de trabalhadores contra os altos preços de bens de consumo de primeira necessidade. A mais antiga, com existência documentada, iniciou-se em 1790 por trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 23).

Após a entrada da Inglaterra na guerra com a França, em 1793, ocorreu uma enorme proliferação de cooperativas, principalmente em moinhos e padarias, em função da elevação do preço do trigo. De acordo com Veiga e Fonseca (1999, p. 23), a cooperativa mais antiga foi a dos tecelões de Fenwick, na Escócia, em 1769, e a mais antiga cooperativa de consumo inglesa foi fundada em 1795, chamada de *Oldham Co-operative Supply Company*.

Conforme Veiga e Fonseca (1999, p. 23), “em 1823, havia, somente em Paris, 160 associações de ajuda mútua com cerca de 12 mil membros. Dessa perspectiva associativista é que surgiram depois as cooperativas operárias de produção”. A primeira cooperativa moderna, segundo os autores, foi de consumo, montada por 27 trabalhadores, em Rochdale, Manchester – um importante centro têxtil – na Inglaterra, em 1844.

Já em 1849, a cooperativa contava com 390 associados, em 1859 havia 2.703 associados, em 879 o total de associados já passava de 10.427, e já possuíam um capital de 288.035 libras (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 24). Os trabalhadores de Rochdale não se limitaram somente a constituir a cooperativa, mas elaboraram, conjuntamente, uma série de idéias e regras gerais, regulamentando o seu funcionamento, com base em princípios morais e conduta. O estatuto da Sociedade de Rochdale continha os seguintes princípios que determinavam a estrutura e regras do funcionamento da cooperativa de consumo e que depois passaram a constituir os fundamentos cooperativistas (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 25):

- Escolha da direção mediante eleições em assembléias gerais;
- Livre adesão e desligamento dos sócios;
- Cada associado tem um voto independentemente do capital que tenha investido;
- Pagamentos de juros limitados ao capital;

- Distribuição dos ganhos proporcionalmente as compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração;
- Quotas de reserva para aumento de capital destinada à extensão das operações e à percentagem para a educação;
- As vendas deveriam ser efetuadas à vista;
- Neutralidade política e religiosa.

O sucesso desta cooperativa tornou-se um exemplo para outros grupos, assim, as cooperativas de consumo multiplicaram-se na Europa de forma tão intensa que, em 1881, já existiam cerca de mil sociedades e 50 mil associados (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 26).

4.1.2 Histórico das cooperativas no Brasil

Em meio ao contexto de transformações que o País passava por volta de 1880, com a abolição e a república, algumas iniciativas ligadas à formação de cooperativas podem ser observadas. Ao longo do ano de 1887, foram fundadas as primeiras cooperativas no Brasil, de acordo com Veiga e Fonseca (1999, p. 32), como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas, em São Paulo.

Já em 1889, foi fundada a Cooperativa de Consumo de Ouro Preto, Minas Gerais. Em 1891, em Limeira, São Paulo, surgiu a Cooperativa da Companhia Telefônica e em 1894, no Rio de Janeiro, foi fundada a Cooperativa de Militares.

De acordo com Veiga e Fonseca (1999, p. 33):

“A primeira cooperativa de crédito foi fundada em 1902, por produtores de vinho, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul (...) em 1913 surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecido da Gávea (Rio de Janeiro). No mesmo ano, na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, foi fundada COOPFER. Esta cooperativa cresceu até a década de 60 e foi a pioneira em múltiplas iniciativas de caráter social, chegando a ser a maior cooperativa da América do Sul”.

Até o ano de 1930, o nascimento de novas cooperativas era lento. O governo reconhecia sua utilidade, porém, não de forma jurídica. Esta realidade só se modificou com a Revolução de 30, pois novas condições foram criadas para que as cooperativas fossem reconhecidas e consideradas importantes nacionalmente.

De acordo com Veiga e Fonseca (1999, p. 34), a promulgação do Decreto 2.239 do Presidente Getúlio Vargas, na década de 30, deu ampla liberdade para constituição e funcionamento de cooperativas no Brasil, pois apresentou as características das cooperativas e consagrou as postulações doutrinárias do sistema cooperativista.

No ano de 1945, em função da falta de alimento ocasionada pela Segunda Guerra Mundial, ocorreu um razoável desenvolvimento de cooperativas agrícolas no País. O governo oferecia diversos incentivos – materiais e fiscais – às cooperativas, e em 1951, foi criado o BNCC, extinto pelo governo de Fernando Collor de Melo (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 34).

Já em 1964, com o golpe militar, vários benefícios que favoreciam o fomento das cooperativas foram extintos. No ano de 1966, com a reforma bancária, diversas cooperativas de crédito foram fechadas.

Porém, no dia 12 de dezembro de 1971, no governo do Presidente Médici, ocorreu o Decreto-Lei 5.764, que regulamenta as cooperativas até os dias atuais. Em 1988, ocorreu o X Congresso das Cooperativas e, através da Constituição deste mesmo ano, ficou vetada a participação do Estado nas cooperativas e definida a autogestão (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 35).

A partir deste marco, o movimento das cooperativas no País obteve um novo ritmo de crescimento, como mostra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Cooperativas e cooperados no Brasil¹²

Anos	Número de Cooperativas	Número de Cooperados
1990	3.549	2.833.036

¹² Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 14 outubro 2005.

1991	3.529	3.232.098
1992	3.548	2.991.486
1993	3.610	2.869.625
1994	3.701	2.928.391
1995	3.928	3.553.607
1996	4.316	3.628.985
1997	4.851	4.025.299
1998	5.102	4.428.925

Dessa forma, somente entre as décadas de 80 a 90, o número de cooperativas aumentou em quase 70%, indicando o crescimento e aumento considerável das cooperativas no Brasil e de seus cooperados.

4.1.3 Definição

De acordo com a Lei Cooperativista nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, a cooperativa é *“uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados”*. A ACI¹³, apresentou em congresso de comemoração de seu centenário realizado no ano de 1995 o conceito de cooperativa como sendo:

“(...) uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (ACI apud SCHIMDT e PERIUS, 2003, p. 63).

Veiga e Fonseca (1999, p. 43) apresentam a cooperativa como uma associação voluntária com fins econômicos composta de, no mínimo vinte pessoas que possuem a mesma atividade para realizar objetivos comuns, *“(...) para tanto, contribuem eqüitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento”*.

A cooperativa caracteriza-se como a unidade típica da economia solidária. Seus princípios norteadores são: (i) posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam pa-

¹³ Instituição criada em 1895 em Londres. Representa as cooperativas do todo o mundo.

ra produzir; (ii) gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; (iii) repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2003, p. 13). De acordo com o autor:

“Economicamente, a situação de cooperativas e grupos de produção associada é muito variada, desafiando generalização, mesmo porque há apenas levantamentos parciais em alguns estados. Mas duas tendências podem ser apontadas como prováveis: 1. A maioria das cooperativas sobrevive por anos, apesar da extrema debilidade do que chamamos bases de sustentação; 2. A maioria das cooperativas ainda depende muito do apoio das entidades que as gestaram e continuam as acompanhando” (SINGER, 2003, p. 27).

O quadro organizacional das cooperativas dependerá do volume de ação que ela desenvolverá e do número de associados que possui. Normalmente, seus órgãos de deliberação e execução são os seguintes:

- Assembléia Geral;
- Diretoria ou Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal.

Assembléia Geral

Caracteriza-se por ser o órgão máximo de decisões na cooperativa. É a reunião em que todos os cooperados têm poder para decidir sobre o funcionamento e administração da cooperativa. O poder de voto – cada cooperado um voto – é o princípio de uma gestão democrática na cooperativa. As decisões são tomadas pela maioria dos cooperados presentes na Assembléia, estando obrigados os ausentes e os discordantes a aceitarem estas deliberações; daí a importância da presença de todos nas assembleias (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 56-57).

O Edital de Convocação é o instrumento que valida juridicamente a Assembléia Geral Ordinária (realizada obrigatoriamente uma vez por ano, dentro dos três primeiros meses após o término do exercício social) ou Extraordinária (reuni-se para tratar de qualquer problema

que 1/5 dos cooperados achar pertinente). Sua publicação é definida na legislação e o modo de compor o edital é regulamentado no regime interno, devem constar nos editais de convocação: (i) nome da cooperativa; (ii) se a Assembléia vai ser ordinária ou extraordinária; (iii) local, data e hora da realização da Assembléia, sendo obrigatório um prazo mínimo de 10 dias entre a convocação e a realização; (iv) o que será tratado; (v) o número de associados com direito a voto, até a data da convocação; (vi) a assinatura de quem está convocando a Assembléia.

Diretoria ou Conselho de Administração

É composto pelos diretores da cooperativa, pelo presidente e pelo vice-presidente. As reuniões do conselho geralmente são convocadas e dirigidas pelo presidente da cooperativa, porém, qualquer integrante do conselho pode solicitar uma reunião, e todas as decisões integram a ata que, ao final, deve ser lida e assinada por todos os presentes e transcrita em livro próprio. As decisões são encaminhadas aos departamentos/núcleos da cooperativa e o conselho deve acompanhar o andamento da implementação das decisões e implementar as que lhe couber executar (VEIGA E FONSECA, 1999, p. 58).

Conselho Fiscal

Formado por três membros efetivos e igual número de suplentes, que podem substituir os efetivos se necessário. Sua responsabilidade é cuidar dos interesses coletivos de todos os cooperados e da cooperativa. Para tanto, o conselho fiscal deve ser um órgão independente, pois sem autonomia o seu papel de fiscalizador minucioso de todo o funcionamento da cooperativa - para que não ocorram fatos que possam ocasionar danos e perdas para o quadro social da cooperativa - fica imediatamente comprometido.

De acordo com Oliveira¹⁴ (2003, p. 126) a sobrevivência das cooperativas “(...) *depende da capacidade da mesma em conseguir competir com organizações que funcionem segundo os princípios dessa economia capitalista*”. Assim, além de solucionar seus problemas internos, as cooperativas devem desenvolver formas de conviver com a contradição decorrente destes dois modos de produção – cooperativista e capitalista – em que deve competir.

¹⁴ OLIVEIRA, H. M. J. *Cultura Política e Assistência Social*. São Paulo, Cortez. 2003.

4.2 PANORAMA

Neste tópico será apresentada a categorização das cooperativas, dessa forma, as mesmas podem estar inseridas na seguinte tipologia de cooperativismo: cooperativismo de consumo; cooperativismo de crédito; cooperativismo de compras e vendas; e cooperativismo de produção.

4.2.1 O cooperativismo de consumo

A primeira cooperativa de consumo inglesa, chamada de Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 27 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia auto-suficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito.

Seus princípios serviram como diretriz para a criação dos princípios universais do cooperativismo (SINGER, 2004, p. 39), como exemplo, destacam-se:

- 1º) Nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa;
- 2º) O número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir;
- 3º) Sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa;
- 4º) As sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa;
- 5º) As vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista;
- 6º) Os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados);
- 7º) A cooperativa se empenharia na educação cooperativa¹⁵;
- 8º) A cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas¹⁶.

A Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale iniciou suas atividades com a abertura do seu primeiro armazém, no dia 21 de dezembro de 1844, com um capital de 28 libras,

¹⁵ O 7º princípio, referente à educação cooperativa é uma herança owenista. Ela tem como origem a idéia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles.

¹⁶ O princípio de que tudo o que a cooperativa vendesse seria puro é hoje obsoleto, pois na maioria dos países a fiscalização pública impede eficazmente que alimentos e remédios adulterados ou deteriorados possam ser colocados à venda.

emprestadas pelo Sindicato dos Tecelões. No ano seguinte, havia 74 sócios, com a falência do *Rochdale Savings Bank* (espécie de caixa econômica) em 1849 (SINGER, 2004, p. 42). Conforme Singer (2004, p. 42):

“Em 1850, os Pioneiros¹⁷ lideraram a constituição do Rochdale Co-operative Corn Mill (Moinho de Trigo Cooperativo de Rochdale), que desenvolveu suas atividades continuamente até 1906, quando foi absorvido pela Sociedade Cooperativa Atacadista (...) Em 1853, os Pioneiros decidiram financiar a sala de leitura e a biblioteca com 2,5% de suas sobras. Antes, quem se encarregava disso eram os próprios usuários. Foi uma decisão histórica, pois daí em diante a expansão do movimento da cooperativa geraria verbas crescentes para educação, o que se tornou característico de todas as cooperativas”.

A enorme expansão da cooperativa de Rochdale, durante os anos 50 e 60 do século XX, não era uma exceção, e sim parte de um vasto renascimento do cooperativismo, após a derrota do movimento operário dos anos 30.

4.2.2 O cooperativismo de crédito

Em termos cronológicos, o cooperativismo de crédito é o segundo mais antigo, tendo nascido apenas seis anos após o de consumo (SINGER, 2004, p. 59). Este tipo de cooperativismo surgiu a partir de uma demanda identificada pela Cooperativa de Rochdale:

“(...) a Cooperativa de Rochdale, além de abastecer seus membros de alimentos puros e outros bens de consumo, aceitava depósito a uma taxa fixa de juros. Desta forma ela oferecia aos trabalhadores um importante serviço financeiro que os bancos prestam às classes alta e média: o de guarda e aplicação de valores. Mas ela não oferecia o outro serviço complementar, o de fornecer empréstimos. Nesse sentido, as cooperativas de consumo também eram de crédito, mas pela metade” (SINGER, 2004, p. 59).

¹⁷ “O grande objetivo da Sociedade dos Pioneiros era construir uma colônia comunista, em que grande parte das necessidades de consumo seriam satisfeitas com o trabalho dos membros. Apenas o excedente de produção seria trocado por outros produtos”.

Neste contexto, começam a ser criadas iniciativas que solucionem a questão do crédito nas cooperativas, trazendo o nascimento do cooperativismo de crédito. De acordo com Singer (2004, p. 60):

“As cooperativas de crédito foram invenções alemãs: a urbana por Hermann Schulze-Delitzsch¹⁸ (1808-1883) e a rural por Friedrich Wilhelm Raiffeisen. Ambos foram quase contemporâneos e políticos, homens públicos sensibilizados pela mesma tragédia – em 1846 perderam-se safras de cereais e em seguida veio um inverno excepcionalmente duro. A fome atingiu os pobres e este evento levou a ambos – cada um sem saber do outro – a procurar remédios institucionais para a vulnerabilidade dos que vivem do próprio trabalho”.

Diferentemente das cooperativas de consumo e de produção, o cooperativismo de crédito não foi uma iniciativa dos próprios cooperados, mas sim de pessoas políticas que tentaram, num primeiro momento, ajudar os pobres por meio de instituições filantrópicas. Singer (2004:66) ressalta que *“quando descobriram que a motivação para a caridade se exauria mais ou menos depressa, aderiram aos princípios do cooperativismo de Rochdale (...) cujo ponto de partida é a auto-ajuda coletiva unicamente dos interessados, sem depender de assistência alheia”.*

Originalmente, a cooperativa de crédito não é um intermediário financeiro como bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas sim uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante financiamento mútuo. Ao reunir suas pequenas poupanças e colocá-las à disposição dos membros, a cooperativa pode atender às necessidades deles desde que a maioria esteja em condições de poupar e só uma maioria necessite, devido a circunstâncias excepcionais, recorrer à poupança alheia.

A primeira iniciativa que trouxe como consequência o surgimento deste tipo de cooperativismo foi feita por Schulze-Delitzsch. Sua primeira atividade, em 1850, foi a criação de uma associação filantrópica, com um capital equivalente a 140 dólares, emprestado por um grupo de amigos ricos. As pessoas que desejavam receber empréstimos a juros não extorsi-

¹⁸ Era juiz e formou um comitê que alugou um moinho de grãos e uma padaria, comprou trigo no atacado para distribuir pão aos necessitados. Além disso, fundou uma sociedade mútua para artesãos, com o intuito de

vos tinham que entrar na associação e comprar uma cota de capital, pagando-as em suaves prestações semanais de 5 centavos (SINGER, 2004, p. 61).

No ano de 1852, Schulze-Delitzsch reorganizou a associação, o que trouxe como consequência direta o aumento do número de sócios, de 30 para 150. Estes sócios puderam levantar todo o capital de que necessitavam, penhorando suas propriedades em conjunto. Assim nascia a Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzsch, plenamente adaptada às possibilidades e necessidades dos artesãos e pequenos comerciantes urbanos. Nesta cooperativa, cada novo membro tinha de pagar uma taxa de entrada e uma cota em prestações. Os membros depositavam sua poupança na cooperativa para constituir seu capital de giro. Caso necessitassem de mais dinheiro, a cooperativa recorria ao mercado, a partir do princípio da responsabilidade ilimitada, que Schulze-Delitzsch traduzia no velho lema ‘todos por um e um por todos’ (SINGER, 2004,, p. 62).

Todos os empréstimos feitos pela cooperativa tinham como destino financiar sua produção. A garantia destes empréstimos era basicamente o caráter dos membros que os recebiam, segundo Moody e Fite (1971, p. 4-6):

“Um princípio básico da cooperativa é que sua porta estava sempre aberta a pessoas de valor, necessitadas de empréstimos, sem distinção de profissão ou classe. Cooperativas com estes princípios passaram a ser conhecidas como ‘Bancos do Povo’¹⁹”.

4.2.3 O Cooperativismo de compras e vendas

As cooperativas de compras e vendas, de acordo com Singer (2004, p. 83):

“(...) são associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas. O tipo mais importante desta categoria é a cooperativa ‘agrícola’, formada por agricultores, em sua maioria pequenos proprietários

segurá-los cooperativamente contra doenças e morte. Pouco depois, fundou uma cooperativa de compras para mestres sapateiros, visando adquirir couro em maior volume, o que permitiria pagar preços de atacado.

¹⁹ De acordo com Singer (2004, p. 62), o Banco do Povo é autogestionário: a autoridade suprema é da assembleia dos sócios, em que cada um tem um voto, independente da sua qualidade de cotas de capital. A assembleia elege um conselho de supervisão e este escolhe um executivo, em geral formado por presidente, tesoureiro e secretário.

rios ou arrendatários. Há também cooperativas entre cujos associados se encontram empresas agrícolas capitalistas; embora legalmente sejam ‘cooperativas’, elas nada têm a ver com a economia solidária”.

As autênticas cooperativas de compras e vendas são formadas por pequenos e médios produtores, que podem ser agricultores, taxistas, caminhoneiros, comerciantes, profissionais liberais. Elas cumprem um papel importante, pois em vários ramos a melhor tecnologia exige grandes investimentos em capital fixo, que não podem ser subdivididos entre muitos estabelecimentos pequenos.

Dessa forma, as cooperativas de compras e vendas igualam os pequenos agricultores ou varejistas aos grandes e pode ampliar a vantagem que proporciona aos membros fundando indústrias de processamento de seus produtos.

Foi assim que começaram as primeiras cooperativas de criadores de gado leiteiro, nos Estados Unidos e na Dinamarca, ainda no século XIX (SINGER, 2004, p. 84). Como exemplo deste crescimento referente às cooperativas de compras e vendas, pode-se citar o cooperativismo agrícola, de acordo com Singer (2004, p. 85), *“o cooperativismo agrícola²⁰ atingiu seu pleno desenvolvimento na Dinamarca. O cooperativismo de consumo, iniciado nesse país em 1866, empolgou os camponeses, tornando-se, ao contrário do resto da Europa, predominantemente rural”*. O autor (2004, p. 85) ressalta que *“em meados da década de 1990, as cooperativas agrícolas européias movimentavam anualmente 265 bilhões de dólares, eram em número de 58 mil com cerca de 13,8 milhões de membros”*.

Já com relação ao contexto brasileiro, de acordo com Birchall (1997, p. 205-6):

“No Brasil, o valor das vendas das 1.378 cooperativas agrícolas alcança 12 bilhões de dólares, o número de seus membros é de cerca de 1 milhão e de seus empregados é de 150 mil. Os membros produzem mais da metade do leite e 17% da produção vegetal vendida no atacado. As cooperativas agrícolas brasileiras possuem 900 fábricas processadoras: moinhos de trigo, destilarias, fábricas de óleo vegetal, arroz, café e

²⁰ A Islândia é considerada a mais completa economia cooperativa do mundo, seguida pela Dinamarca e demais países escandinavos.

sementes. As cooperativas de criadores de ovelhas respondem por 65% da lã produzida”.

Segundo Singer (2004, p. 86), o cooperativismo agrícola, em diversos países, caracteriza-se por ser solidário apenas no relacionamento dos sócios entre si, ou seja, os membros das cooperativas praticam a democracia no governo das mesmas, mas organizam suas atividades de modo capitalista²¹. O autor ressalta que *“as relações sociais de produção nas cooperativas [agrícolas] são, por tanto, capitalistas, ou seja, caracterizam-se pela desigualdade e pelo antagonismo entre patrões e empregados”*.

Dessa forma, Singer (2004, p. 88) alerta que:

“o cooperativismo de compras e vendas não se constitui num modo de produção alternativo ao capitalismo exatamente porque não estende a democracia e a igualdade à totalidade dos que trabalham nele. Ele preserva a divisão de classes, separando os pequenos produtores, como proprietários do capital cooperativo, dos trabalhadores que lhes prestam serviços de intermediação e de produção em troca de salários”.

4.2.4 O Cooperativismo de produção

Outro tipo de cooperativismo é as cooperativas de produção. A cooperativa de produção existe em praticamente todos os países, mas em quantidade muito menor do que as cooperativas de compras e vendas de crédito e de consumo.

Conforme Singer (2004, p. 89-90):

“Cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos, etc., que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados. Como toda cooperativa, aplicam aos seus membros os princípios que garantem democracia e igualdade entre eles na condução da entidade: um voto por cabeça, autoridade suprema investida na assembléia-geral de sócios, todos os sócios tendo a mesma cota do capital da cooperativa”.

²¹ A compra e revenda de insumos, a coleta e o processamento dos produtos dos agricultores associados e a sua venda são realizados por assalariados.

Birchall (1997, p. 20-23) atribui a invenção da cooperativa de produção aos franceses, mencionando o periódico *L'Artisan* como primeiro difusor da proposta de cooperativas de produção²² ou cooperativas operárias.

Na França, o cooperativismo de produção tornou-se um elemento constante da economia. Mas, a partir de 1978, com a crise atingindo muitas empresas e o desemprego em aumento, o governo passou a oferecer subsídios para que os trabalhadores assumissem as empresas em via de fechar. Isso fez com que o número de cooperativas de produção passasse de 571 para 1200 em cinco anos, com mais de 50 empresas transformadas em cooperativas operárias por ano (SINGER, 2004, p. 95).

Já na Itália²³, a idéia da cooperativa de produção foi trazida da Inglaterra por Mazzini, um dos pais da unificação e independência do país. Sob sua influência, numerosas cooperativas de produção foram criadas, particularmente em Gênova.

Para o sucesso do movimento das cooperativas de produção, a ajuda do Estado é fundamental por diversos motivos, como aponta Singer (2004, p. 92-93):

- O primeiro é que os trabalhadores não dispõem de capital nem de propriedade que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro.
- O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido.

Dessa forma, para concorrer em condições de igualdade com as firmas capitalistas, as cooperativas de produção precisam do apoio do poder público.

Uma outra modalidade de cooperativa de produção que tem crescido acentuadamente é a 'nova onda' de cooperativas de alimentos orgânicos, livrarias alternativas, editoras comunitárias e promotoras de tecnologias alternativas (SINGER, 2004). Estas cooperativas são o produto do movimento de contracultura, que desperta o interesse de amplos setores da ju-

²² A primeira cooperativa de produção francesa teria resultado de uma série de greves em 1833. Durante os anos de 1830, cooperadores ingleses e franceses recorriam à formação de cooperativas de produção como arma de enfrentamento do capital.

²³ Atualmente a Itália é o país onde há mais cooperativas de produção. Em 1988, haviam 12 mil com meio milhão de trabalhadores.

ventude e visa preservar a natureza, eliminar a discriminação racial e sexual e de modo geral se opõe ao capitalismo, sobretudo em sua forma neoliberal.

Neste contexto, as cooperativas de produção, autônomas e autênticas, não são numerosas mas ressurgem com vigor quando a economia entra em recessão e governos reagem patrocinando a conversão de empresas em crise em cooperativas operárias e quando a contracultura suscita novas atividades, que costumam se organizar em cooperativas.

4.3 A AUTOGESTÃO NAS COOPERATIVAS

Talvez a principal diferença entre a empresa capitalista e a empresa solidária seja o modo como são administradas. A questão se a autogestão é ou não essencial ao cooperativismo já prossegue por bastante tempo e não se encerrou ainda.

As decisões nas empresas capitalistas são tomadas a partir da nomeação de delegados por seção ou departamentos, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembléia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração. Conforme Singer (2004, p. 19), *“para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema”*. Dessa forma, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores da empresa solidária pois além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa.

Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. Porém, o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas etc, o que pode tornar-se fator crítico de sucesso da cooperativa.

Neste contexto, Singer (2004, p. 19) alerta para o perigo do desinteresse dos cooperados, de acordo com o autor, *“o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”*. E acrescenta:

“As práticas autogestionárias corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço. (...) Nas assembleias, os problemas e as soluções adotadas costumam ser relatados como fatos consumados. É muito raro que algum participante se preocupe em discutir se a solução encontrada foi realmente a melhor. (...) Se a desatenção virar hábito, as informações relevantes passam a se concentrar em círculos seletos de responsáveis, cujas propostas têm toda a chance de ser aprovada, pelos sócios, ou seus delegados, por inércia”.

Assim, o perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios, como aponta Singer (2004, p. 21). Vale lembrar que a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Ainda segundo o autor, tal fato ocorre porque:

“(...) até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial (...), ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa”.

Porém, diversas cooperativas que praticam a autogestão têm êxito econômico. Isso porque seus sócios fazem questão dessa forma de gestão pelos seguintes motivos: gostam de participar e se realizam na luta por um outro modo de produção.

Assim, vale salientar que a autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam, se praticada de acordo com seus fundamentos e valores e não de forma intersticial, como apontada por Singer (2004).

5. INCUBADORAS

Outro conceito que compõe o trabalho refere-se às Incubadoras de Empresas. Nesta temática serão apresentados seu histórico, sua definição, sua tipologia e o movimento de incubadoras de empresa no Brasil.

5.1 HISTÓRICO

Os primeiros programas de incubação de empresas tiveram origem nos Estados Unidos, a partir de três diferentes movimentos que se desenvolveram simultaneamente: o de condomínios de empresas; o de programas de empreendedorismo; e o de investimentos em novas empresas de tecnologia.

No final da década de 1950, uma das maiores indústrias do estado de Nova Iorque, fechou deixando um galpão de quase 80 mil metros quadrados e uma taxa de 20% de desempregados na região. Com o objetivo de solucionar o problema que então se formou, uma importante família da região, a família Mancuso, adquiriu a área deixada pela empresa para arrendá-la a uma empresa que pudesse empregar a população e reacender o mercado regional.

Porém, em 1959, a família desistiu da idéia de arrendar o prédio para uma grande empresa e decidiu dividi-lo para que várias empresas de menor porte que pudessem ali residir. Joseph Mancuso, o líder do projeto, adicionou ao “condomínio” um pequeno rol de serviços que podiam ser acessados de forma compartilhada pelas empresas ocupantes do prédio. Dentre as primeiras empresas que Mancuso hospedou estava um aviário, que acabou conferindo ao prédio o apelido de “incubadora”.

Segundo Aranha (2002, p. 13), paralelamente a este acontecimento, por iniciativa da NSF dos Estados Unidos, as maiores universidades do país iniciaram um programa de empreendedorismo e de geração de inovação em centros de pesquisa, envolvendo alunos e professores no processo de transferência, para a sociedade, dos conhecimentos e das tecnologias produzidas na esfera acadêmica. Dessa forma, somaram-se aos condomínios de empresas

os programas de empreendedorismo oferecidos por diversas universidades. De acordo com Dornelas (2002, p. 17):

“O movimento de incubadoras de empresas sempre esteve relacionado ao movimento de empreendedorismo em todos os países onde a criação de empresas e o suporte aos empreendimentos têm sido enfatizados”.

Além da criação de condomínios de empresas e dos programas de empreendedorismo oferecidos por diversas universidades, o avanço das tecnologias de informação aliado à rápida expansão dos fundos de capital de risco foram importantes pilares no nascimento das incubadoras de empresas.

Conforme Meeder (1993), três fatores principais podem ser destacados como guias no desenvolvimento das incubadoras de empresas americanas a partir da década de setenta:

- Motivação para encontrar novas utilidades para prédios antigos e abandonados em áreas retiradas;
- Fundos provenientes da NSF de apoio ao empreendedorismo e à inovação nas maiores universidades americanas;
- Iniciativas de vários empreendedores e grupos de investidores para transferir suas experiências a novas empresas em um ambiente propício à inovação tecnológica e comercialização de produtos de tecnologia.

Tais fatores contribuíram para o aumento do número de incubadoras nos Estados Unidos, que até o início dos anos 1980 possuíam somente dez (RICE E MATHEWS, 1995). Esse número cresceu aceleradamente na década seguinte. Em 1997, já havia mais de 500 incubadoras na América do Norte, em 1999, o número de incubadoras naquele país era superior a 800 e em 2002, este número já se aproximava de 1.000 (NBIA, 2002).

De acordo com a NBIA²⁴, só na América do Norte as incubadoras de empresas já criaram mais de 500.000 postos de trabalho desde 1980, a um custo de US\$ 1.1000,00 por cada posto criado em incubadoras com o apoio governamental. Um outro indicador interessante apresentado pela NBIA é a taxa de sucesso das empresas apoiadas nas incubadoras, que está

em 87%. A Europa também apresentou bons resultados, de acordo com a associação britânica de incubadoras, a taxa de sobrevivência na Inglaterra é de 84,4%. Na França, as taxas variam entre 70% e 85%.

Segundo Aranha (2002, p. 15), com relação ao tamanho do movimento de incubadoras no mundo, os números cresceram progressivamente nas últimas duas décadas. Na América do Norte, havia apenas 12 incubadoras no início da década de 1980. Hoje, existem 900 em operação, conforme dados da NBIA²⁵. No Reino Unido, somente nos últimos seis anos o número de incubadoras passou de 25 para 150²⁶. Na Alemanha, hoje há 193 incubadoras em operação. Na Ásia, apenas a Coreia criou mais de 300 incubadoras nos últimos vinte anos.

Ao longo do processo de maturação do movimento de incubadoras no mundo, as mesmas mostraram-se como uma ferramenta eficaz de promoção do desenvolvimento regional, através da geração de emprego, renda e impostos a custos baixos – o que também incentivou governos e organismos de fomento econômico a apoiarem seu desenvolvimento.

5.2 DEFINIÇÃO

De acordo com a ANPROTEC (2002)²⁷, as ‘incubadoras de empresas’ possuem o papel de agente nuclear referente ao processo de geração e consolidação de micro e pequenas empresas estimulando a sua criação e o seu desenvolvimento por meio da formação complementar do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais. As incubadoras funcionam como agentes facilitadores do processo de empresariamento e inovação tecnológica para micro e pequenas empresas, sejam elas industriais ou prestadoras serviços, empresas de base tecnológica ou de manufaturas leves.

²⁴ 1998 State of the Business Incubation Industry. National Business Incubation Association (NBIA, 1999).; Impact of Incubator Investments. U.S. Department of Commerce, Economic Development Administration, 1997.

²⁵ Korean Business Incubation Association. Disponível em: <<http://www.kobia.or.kr>>. Acesso em: 15 agosto 2005.

²⁶ Facts and Figures. Disponível em: <<http://www.ukbi.co.uk>>. Acesso em: 13 agosto 2002.

²⁷ Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/glossario>>. Acesso em: 16 agosto 2005.

A incubadora é um instrumento de apoio ao surgimento de novas empresas, sendo mantida por entidades governamentais, universidades, grupos comunitários, entre outros. Caracteriza-se por ser um ambiente planejado para acolher micro e pequenas empresas inovadoras que estão começando a surgir. Geralmente, funcionam em um espaço físico limitado, dividido em módulos. Os empreendimentos em gestão nas incubadoras são classificados como incubados ou residentes. Os empreendimentos incubados possuem, em média, três anos para se estruturar, e posteriormente, serem graduados – deixarem o ambiente oferecido pelas incubadoras e partirem para a competição de mercado.

Conforme Aranha (2002, p. 14), as incubadoras são processos dinâmicos de formação de empreendedores e empreendimentos, alimentados por serviços de suporte e capital humano, subsidiados por investimentos de diversas naturezas e respaldados nos ativos intelectuais e tecnológicos de centros de formação e de pesquisa.

Dornelas (2002, p. 21) define as incubadoras de empresas como um ambiente flexível e encorajador no qual são oferecidas facilidades para o surgimento e o crescimento de novos empreendimentos.

As incubadoras de empresas caracterizam-se por oferecer uma série de serviços que são rateados entre as empresas incubadas. Os programas de incubação oferecem às pequenas e médias empresas apoio durante os primeiros anos de vida e possibilitam o contato direto entre a universidade e o mercado, gerando empregos, difundindo tecnologia e melhorando, desta forma, a qualidade de produtos e serviços para a população em diversos ramos como informática, eletrônica e mecânica. Conforme Nadas *et al.* (1991), a incubadora de empresas deve fornecer uma estrutura compartilhada a seus incubados, com suporte administrativo centralizado.

Já Lalkaka e Bishop (1996) definem as incubadoras de empresas como um ambiente de trabalho controlado e projetado para auxiliar no crescimento dos novos empreendimentos. Tal ambiente visa fomentar o cooperativismo entre os incubados.

O objetivo principal das incubadoras de empresas é reduzir a taxa de mortalidade das pequenas e médias empresas – índice que no Brasil pode chegar a cerca de 80% das empresas

instaladas no mercado que possuem até cinco anos de vida – além da produção de empresas de sucesso, constantemente em desenvolvimento, financeiramente viáveis e competitivas.

A incubação de empresas existe para auxiliar o empresário e/ou empreendedor a desenvolver suas potencialidades e fazer sua empresa se estruturar e crescer. Nesse ambiente, ele desfruta de instalações físicas, suporte técnico-gerencial, além de ter a oportunidade de partilhar experiências com os demais incubados e formar uma rede de relacionamentos.

Para atingir tal objetivo, as incubadoras oferecem um ambiente flexível e motivador onde é oferecida uma série de facilidades para o surgimento e crescimento de novos empreendimentos a um custo bem menor do que no mercado devido ao seu rateamento. Outro motivo para a maior chance de sucesso das empresas incubadas, é o processo de seleção que capta os melhores projetos e seleciona os empreendedores mais aptos, aumentando as possibilidades de sucesso (ANPROTEC, 2004).

A incubação de empresas pode ser física ou à distância. Na incubação física, os empreendimentos ficam instalados nos módulos dentro da incubadora, cada empresa possui o seu módulo, ou espaço privativo de trabalho, além dos espaços coletivos que são utilizados por todos. Na incubação à distância (virtual), o negócio recebe todo o suporte da incubadora, mas não utiliza seu espaço físico, as empresas incubadas não precisam estar instaladas no mesmo local, elas contam com os serviços de apoio e usam quando necessário a estrutura compartilhada, como é o caso das incubadoras de cooperativas.

Quando incubadas, as empresas incubadas possuem acesso a:

- Serviços básicos – telefonia e acesso a *Web*, recepcionista, segurança, copiadoras, entre outros;
- Infra-estrutura – salas de aula individuais e coletivas, auditórios, laboratórios, biblioteca, salas de reunião e recepção;
- Assessoria – de marketing, de recursos humanos, de logística, gerencial, contábil, jurídica, de gestão financeira e de gestão técnica e empresarial;
- Qualificação – treinamento, cursos, assinaturas de revistas, publicações e jornais;
- *Network* – contatos com entidades governamentais e investidores, participação em eventos de divulgação de empresas, entre outros;

- Acesso a mecanismos de financiamento;
- Processo de acompanhamento, avaliação e orientação.

5.3 TIPOS DE INCUBADORAS

O movimento de incubadoras de empresas cresceu consideravelmente nas últimas décadas e como consequência, diversificou-se. Hoje, há incubadoras de vários tipos, atuando em diversos setores e atendendo a diferentes demandas. Há os tipos de incubadoras já consagrados, como as de base tecnológica, as tradicionais e as mistas (MCT, 1998):

- Incubadora de Empresas de Base Tecnológica: é a incubadora que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado (DORNELAS, 2002). A Incubadora Tecnológica Gênesis/ PUC-Rio, o CIETEC/USP e o COPPE/UFRJ pertencem a essa categoria.
- Incubadora de Empresas dos Setores Tradicionais: é a incubadora que abriga empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de incremento no nível tecnológico empregado. Devem estar comprometidas com a absorção ou o desenvolvimento de novas tecnologias (DORNELAS, 2002). Atuam nos setores geralmente industriais, como confecção, embalagens e plásticos. Um exemplo é o programa de incubadoras de empresas desenvolvido pela FIESP/CIESP/SP, conhecido como Núcleo de Desenvolvimento Empresarial. Teve seu início com a instalação da Incubadora na cidade de Itu, em maio de 1991. Hoje conta com 13 Núcleos em funcionamento na capital e interior do Estado de São Paulo. Esses núcleos abrigam cerca de 82 empresas, gerando 482 empregos diretos.
- Incubadora de Empresas Mista: é a incubadora que abriga empresas dos dois tipos anteriormente descritos – de base tecnológica e de setores tradicionais.

Há, também, as incubadoras especializadas, que atuam em setores ou nichos de mercado bastante específicos, ou atendendo a demandas locais e regionais, como é o caso de incubadoras de *internet*, de agronegócios e de biotecnologia, ou as incubadoras de cooperativas

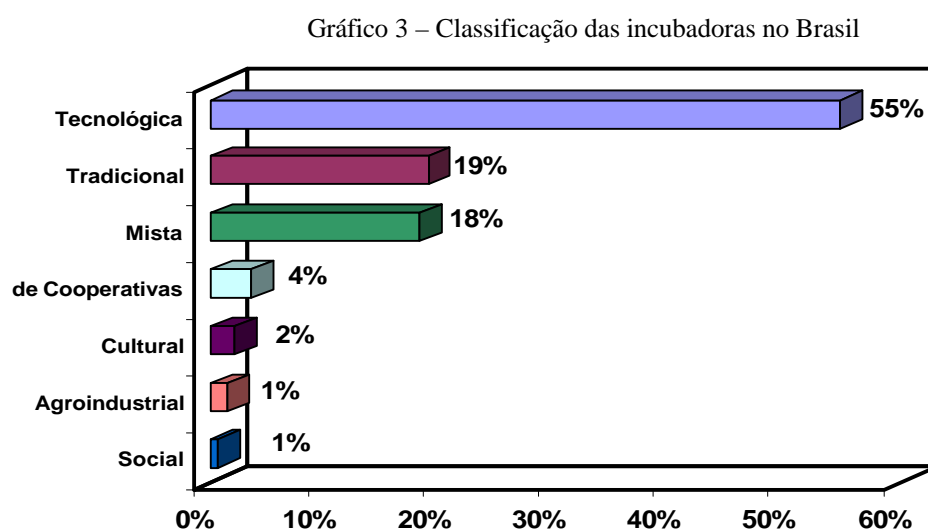
e de base cultural, por exemplo. De acordo com a ANPROTEC (2002), além das Incubadoras de empresas de base tecnológica, de setores tradicional e misto, destacam-se as seguintes incubadoras:

- Incubadora agroindustrial – abriga empreendimentos de produtos e serviços agropecuários, com vistas a facilitar o processo de empresariamento e inovação tecnológica;
- Incubadora cultural – abriga empreendimentos na área da cultura, com vistas a promover o processo de empresariamento de produtos e serviços culturais;
- Incubadora de artes – objetiva apoiar pessoas criativas e empreendedoras que pretendam desenvolver negócios inovadores na área de artes;
- Incubadora setorial – abriga empreendimentos de apenas um setor econômico;
- Incubadora virtual – organização que se estabelece via internet, conta com banco de dados e informática com vistas a estimular novos negócios.
- Incubadora social – organização que abriga empreendimentos oriundos de projetos sociais, ligados aos setores tradicionais, cujo conhecimento é de domínio público e que atendem à demanda de criação de emprego e renda, além da melhoria das condições de vida da comunidade nas quais estão inseridos. Os objetivos da incubadora devem estar alinhados com os objetivos do programa de desenvolvimento local;
- Incubadora de cooperativa – apóia cooperativas em processo de formação e/ou consolidação instaladas dentro ou fora do município. Apresenta características tanto das incubadoras tradicionais como do processo de incubação à distância com o objetivo de criação e emprego e renda.

Dornelas (2002, p. 18) acrescenta que as incubadoras de empresas podem ser classificadas entre as que têm fins lucrativos e as que não têm fins lucrativos. A primeira tipologia caracteriza-se por ser mais antiga e predominar na maior parte dos países. Geralmente são programas de auxílio aos empreendedores na fase inicial de criação e na fase de crescimento do seu negócio. A primeira incubadora sem fins lucrativos foi concebida na década de 1950, em Nova Iorque, como consequência da proliferação dos parques tecnológicos nos Estados Unidos (MCKEE, 1992, p. 40-42).

Na última década, com a velocidade da informação, inúmeras incubadoras com fins lucrativos surgiram, principalmente nos Estados Unidos. Relatórios recentes da *Harvard Business School* apontam para a existência de mais de 350 incubadoras com fins lucrativos (HOFF, 1998).

Conforme dados da NBIA, na América do Norte, 40% das incubadoras atuam na área tecnológica e 30% são de base mista, sendo que 75% de todas as incubadoras não têm fins lucrativos. No Reino Unido, 64% das incubadoras são especializadas nas áreas tecnológicas, conforme dados da Associação de Incubadoras de Empresas do Reino Unido²⁸. De acordo com dados da ANPROTEC (2004), o Brasil caracteriza-se de acordo com o Gráfico 3:



Dessa forma, observa-se que no Brasil 55% das incubadoras são de base tecnológica, 19% apóiam empresas de setores tradicionais e 18% são mistas.

5.4 O MOVIMENTO NO BRASIL

Os primeiros programas de incubação de empresas surgiram no Brasil na década de 80. Tais programas começaram a se desenvolver com o intuito de tentar diminuir o índice de

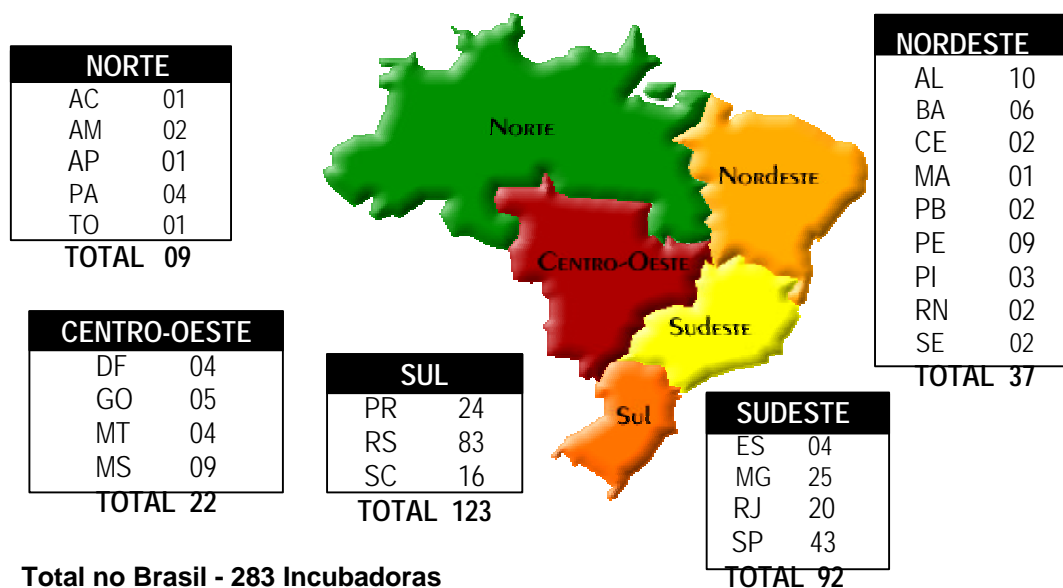
²⁸ United Kingdom Business Incubation. Disponível em: <http://www.ukbi.co.uk>. Acesso em: 15 setembro 2004.

mortalidade das pequenas e médias empresas no Brasil pois, até tal década, mais da metade das pequenas e médias empresas fechavam suas portas até o quinto ano de vida.

A primeira incubadora de empresas brasileira surgiu em 1985, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo. De acordo com Dornelas (2002, p. 18), até 1990, o número de incubadoras no Brasil era de apenas 7. Já em 1995 havia 27 incubadoras no País.

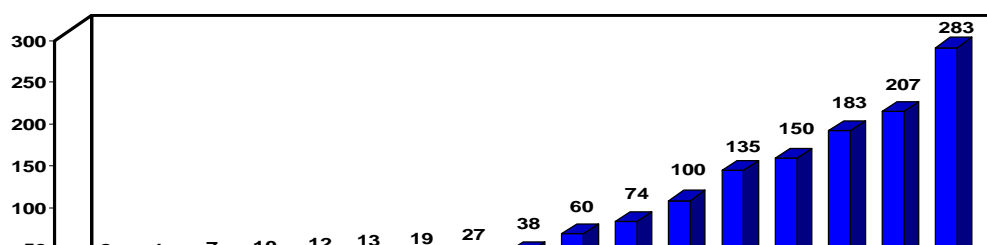
Assim, de 1980 até o atual momento ocorreu um significativo crescimento. Em 2000 havia 135 incubadoras, 1.100 empresas residentes e 450 graduadas (ANPROTEC, 2002), colocando o Brasil em evidência frente ao cenário mundial. Existem hoje cerca de 283 incubadoras espalhadas pelo Brasil, número que não chegava a 10 em 1991, comportando 2.114 empresas incubadas (ANPROTEC, 2004), conforme o Gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 – Incubadoras no Brasil por região



Atualmente, existem 74 incubadoras em implementação no Brasil, o que indica que o movimento de criação de incubadoras continua em expansão. Conforme o Gráfico 5 abaixo, observa-se um aumento de 148 incubadoras entre o ano de 2000 e 2004:

Gráfico 5 – Crescimento do número de incubadoras no Brasil



Uma característica das incubadoras - não somente brasileiras como também estrangeira - é o seu relacionamento com os parques tecnológicos. Conforme Dornelas (2002, p. 19), os primeiros projetos de parques tecnológicos surgiram no Brasil a partir de 1984, por meio de convênios do CNPq com diversas instituições, tendo como principal objetivo a criação de empresas de base tecnológica. Tais experiências motivaram a multiplicação e criação de parques tecnológicos em diversas regiões do País.

Dessa forma, com o surgimento de diversas incubadoras de empresas ocorreu a criação dos parques tecnológicos, já que havia a necessidade de se construir espaços que proporcionassem o desenvolvimento de negócios inovadores e acelerassem sua consolidação (MCKEE, 1992).

6. ISONOMIA E AÇÃO COMUNICATIVA

Neste capítulo será apresentado modelo paraeconômico de Guerreiro Ramos²⁹ e a perspectiva crítica da Escola de Frankfurt focando, principalmente, as contribuições oferecidas por Jürgen Habermas, pertencente à segunda geração *frankfurtiana*.

²⁹ Guerreiro Ramos era baiano e veio para o Rio de Janeiro na década de 30. Foi funcionário do Departamento Administrativo do Serviço Público e, depois da guerra, incorporou-se à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. No início dos anos 50, Guerreiro Ramos participou do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos, o IBESP, também conhecido como o "Grupo de Itatiaia", que editou os *Cadernos de Nosso Tempo* e deu origem ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. O ISEB tinha como proposta se constituir em uma liderança intelectual e ideológica para o País, da qual decorresse uma posição de liderança política efetiva. Conseqüente com esta postura, Guerreiro Ramos se candidatou a deputado federal no início da década de 60, termina sendo cassado em 1964, e parte, finalmente, para os Estados Unidos, onde é acolhido na Universidade do Sul da Califórnia, que tem uma longa tradição de intercâmbio e cooperação com a EBAP. (Simon Schwartzman, Painel sobre a "Contribuição de Guerreiro Ramos para a Sociologia Brasileira," In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, abr.-jun., p.30-34, 1983.

Em 1981, Alberto Guerreiro Ramos (1989, p. 2) escreveu o livro “A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações”, na primeira frase do primeiro capítulo, o autor caracteriza: *“a teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua”*, pouco prática e inoperante. Segundo o autor, as ciências naturais ocidentais caracterizam-se por interesses práticos e imediatos, não são fundamentadas através do pensamento analítico e sim através da racionalidade instrumental, *“(...) a ciência social estabelecida também se fundamenta numa racionalidade instrumental, particularmente característica do sistema de mercado”*.

O autor alerta para as teorias que definem as organizações a partir de critérios ligados exclusivamente à racionalidade instrumental, característica da sociedade moderna, a *“teoria substantiva da vida humana associada está baseada na distinção feita por Max Weber entre a racionalidade substantiva e a racionalidade funcional (ou instrumental) e na análise de Karl Polanyi da sociedade centrada no mercado”* (GUERREIRO RAMOS, 1989).

A “razão moderna” tal como conhecida, aparece primeiramente clara, explícita e sistematicamente articulada através dos trabalhos de Hobbes. Hobbes define a razão como *“uma capacidade que o indivíduo adquire ‘pelo esforço’ e que o habilita a nada mais do que fazer o cálculo utilitário de conseqüências”* (HOBBS, 1974, p. 45).

Segundo Hobbes, o termo racionalidade tornou-se semanticamente desgastado e aparece empregado por leigos, tanto quanto cientistas sociais, não refletindo mais o tipo de indagação consciente por ele empregado, e sim, profunda desorientação. Segundo Guerreiro Ramos (1989, p. 3):

“(...) quando comparada com outras sociedades, a sociedade moderna tem demonstrado uma alta capacidade de absorver, distorcendo-os, palavras e conceitos cujo significado original se chocaria com o processo de auto-sustentação dessa sociedade”.

Touraine (1994) defende a idéia da inexistência da modernidade sem a existência da racionalização, *“mas também não sem formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante a si mesmo e perante a sociedade.”* O autor completa *“é portanto à idéia de*

modernidade que é preciso voltar, porque se escondeu atrás de um discurso positivista, como se não fosse uma idéia, mas a simples observação dos fatos”.

Guerreiro Ramos (1989, p. 4), considera Max Weber como o fundador da análise funcional, e considera o julgamento que fez sobre o capitalismo e a sociedade moderna de massa essencialmente crítico, apesar de parecer “*laudatório*”, segundo o autor, Weber “*(...) não era um fundamentalista, no sentido de que explicava o mercado e sua lógica específica como constituindo a síndrome de uma época singular: a história, segundo ele, não iria encerrar seu curso com o advento dessa época*”.

Weber (1968, p. 24-5) alertou que a racionalidade formal e instrumental é determinada baseada numa expectativa de resultados, ou “*fins calculados*”, já a racionalidade substantiva, ou de valor, é determinada “*independentemente de suas expectativas de sucesso*” e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na “*consecução de um resultado ulterior a ela*”:

“(...) orienta sua ação pelos fins, meios e conseqüências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação às conseqüências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si: isto é, quem não age de modo afetivo (e particularmente não-emocional) nem de modo tradicional” (WEBER, 1994, p. 16).

A partir de tal concepção, fundamentam-se os elementos da racionalidade instrumental, caracterizando-se pelo aspecto utilitarista, no qual os meios justificam-se na busca dos fins. Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 6), esta distinção entre racionalidade substancial e racionalidade funcional apresentada por Weber será utilizada por Karl Mannheim. O autor (1940, p. 53-8) apresenta a racionalidade funcional como qualquer conduta, acontecimento ou objeto e é reconhecida como sendo apenas um meio de atingir uma determinada meta.

Já a racionalidade substancial refere-se ao “*ato de pensamento que revela percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos, numa situação determinada*” (MANNHEIM, 1940, p. 53). Assim, em sua análise, Mannheim vê um declínio das faculdades críticas do indivíduo, na proporção do desenvolvimento da industrialização e encara a sociedade moderna com o intuito de abranger a totalidade da vida humana, não restando ao

indivíduo outra escolha além da desistência de sua própria autonomia, e “*de sua própria interpretação dos eventos em favor daquilo que os outros lhe dão*” (Mannheim, 1940, p. 59). De acordo com Guerreiro Ramos (1989, p. 7):

“A distinção que Mannheim faz não sugere que a racionalidade funcional deva ser abolida do domínio social. Estipula, antes, que uma ordem social verdadeira e sadia não pode ser obtida quando o homem médio perde a força psicológica que lhe permite suportar a tensão entre a racionalidade funcional e substancial e por completo se rende às exigências da primeira”.

Apesar da teoria das organizações, unicamente, não oferecer subsídios suficientes para a distinção entre a racionalidade funcional e a racionalidade substantiva, ambas fazem parte da vida humana associada - guiada por mais de um tipo de racionalidade – rejeitando assim, as teorias que definem as organizações a partir de critérios ligados exclusivamente à racionalidade instrumental. De acordo com Tenório (2002, p. 33):

“A racionalidade instrumental ou funcional é o processo organizacional que visa alcançar objetivos prefixados, ou seja, é uma razão com relação a fins na qual vai predominar a instrumentalização da ação social dentro das organizações, predomínio este centralizado na formalização mecanicista das relações sociais em que a divisão do trabalho é um imperativo categórico, através do qual se procura justificar a prática administrativa dentro dos sistemas sociais organizados. Por sua vez, a racionalidade substantiva é a percepção individual-racional da interação de fatos em determinado momento”.

Na sociedade moderna, pode-se observar a presença crescente, indiscriminada e predominante da racionalidade instrumental nas organizações o que ocasiona, muitas vezes, a “anulação” da racionalidade substantiva. Geuss (1988, p. 38) acrescenta que “*a ciência é parte das forças de produção, o que torna possível a constante atualização ou modernização dos sistemas produtivos*”. A partir desta perspectiva, o autor justifica que:

“boa parte da atual pesquisa social empírica, principalmente no campo da administração e da engenharia da produção, está intimamente ligada ao pragmatismo do mercado, sendo os seus métodos e técnicas mol-

dados de acordo com o determinismo de mercado. Tal determinismo impede que 'os pesquisadores tradicionais' tenham uma visão clara do mundo que os cerca, já que esse tipo de pesquisador mimetiza suas análises sob a ótica exclusiva da razão instrumental”.

Seguindo esta visão crítica à teoria das organizações, faz-se necessário a quebra de paradigma que mude esta concepção acadêmica do pensar administrativo funcionalista e o faça interagir com outros conhecimentos. Conforme Tenório (2002, p. 26):

“(...) há uma tendência de ação racional de excluir a possibilidade de reflexão compreensiva dos meios na prática gerencial, tornando a razão instrumental auto-suficiente e, por conseguinte, divorciada da realidade” e acrescenta, “a ‘saída’ está em resgatar ou pesquisar conhecimentos que não circulam na ‘normalidade’ dos estudos administrativos, mas que podem auxiliá-los em sua emancipação”.

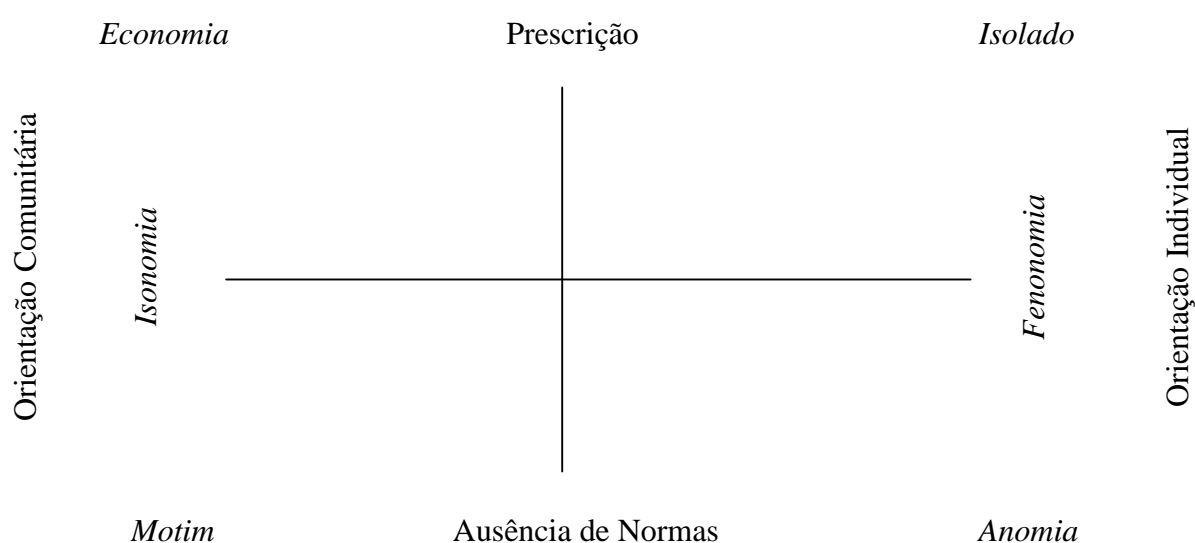
Dessa forma, faz-se necessário uma "nova ciência das organizações", baseada na construção de uma nova concepção de delimitação de sistemas ou cenários sociais com base na *razão substantiva*, já que a racionalidade instrumental tem dominado, até então, a teoria das organizações, ocasionando um sucesso ingênuo (GUERREIRO RAMOS, 1989). Somam-se a esta necessidade, alternativas de modelos administrativos e econômicos que tenham como principal objetivo o sujeito, em detrimento do mercado:

"Torna-se claro que a teoria da organização precisa ser reformulada sobre novos fundamentos epistemológicos. Dos dias de Taylor até hoje, a teoria da organização (...) tem sido, em grande parte, uma ideologia do sistema de preço de mercado. Só sobreviverá se for transformada numa teoria realmente viável, fazendo-se sensível aos pontos cegos de sua conceitualização e redefinindo-se sobre bases substantivas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 136).

A partir desta problemática, Guerreiro Ramos apresenta como modelo alternativo o paradigma paraeconômico. De acordo com o autor, o modelo de análise e planejamento de sistemas sociais que predomina atualmente nos campos da administração, da ciência política,

da economia e da ciência social em geral, caracteriza-se por ser unidimensional³⁰, pois reflete o moderno paradigma que, na maioria das vezes, considera o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 140). Dessa forma, a partir da crítica à teoria da organização, Guerreiro Ramos inicia a composição de uma “*teoria da delimitação dos sistemas sociais*” – que ele também chama de “*modelo multidimensional*”, em contraposição ao unidimensionalismo da teoria dominante.

O ponto central do modelo multidimensional de Guerreiro Ramos é a noção de delimitação organizacional que envolve: a) uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas; b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 140). Quanto ao primeiro dos fatores acima, Guerreiro Ramos destaca e desenvolve os seguintes tópicos: orientação individual e comunitária; prescrição contra ausência de normas. Depois compõe a “*conceituação das categorias delimitadoras*”, que são: anomia e motim, economia, isonomia, fenonomia, isolamento. As principais dimensões do paradigma paraeconômico são apresentadas por Guerreiro Ramos (1989, p. 141) de acordo com a Figura 1:



³⁰ A unidimensionalização é um tipo específico de socialização através do qual ocorre a internacionalização profunda por parte do indivíduo do caráter do mercado, e este age como se tal caráter fosse o supremo padrão

Figura 1 – O Paradigma Paraeconômico

Vale ressaltar que as categorias do paradigma (termos grifados) devem ser consideradas como elaborações heurísticas, no sentido weberiano, como aponta o autor, e acrescenta: *“não se espera de nenhuma situação existente na vida social que coincida como esses tipos ideais. No mundo concreto, só existem sistemas sociais mistos”* (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 40).

A partir do modelo apresentado, no mundo social visualizado pelo paradigma ocorre a redução do indivíduo, ou o cidadão, a um agente de maximização da utilidade, ocupado permanentemente em atividades de comércio. Segundo Guerreiro Ramos (1989, p. 141), *“a escolha exercida por esse agente não envolve uma confrontação do mercado, mas pressupõe que o indivíduo neste se inclui completamente, tendo sua natureza definida pelas exigências do mercado”*.

Contrário a esta perspectiva, o padrão paraeconômico apresentado pelo autor parte do pressuposto de que o mercado constituiu um enclave dentro de uma realidade multicêntrica, na qual ocorrem descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais.

Soma-se o fato de, nesse espaço social, só incidentalmente o indivíduo é um maximizador da utilidade e seu esforço básico é no sentido da ordenação de sua existência de acordo com as próprias necessidades de atualização pessoal. Finalmente, neste espaço social, o indivíduo *“não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores de mercado. São-lhes dadas oportunidade de ocupar-se³¹, ou mesmo de levar a melhor³² sobre o sistema de mercado, criando uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza e deles participando”* (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 143).

Reforçando tal ponto de vista, Guerreiro Ramos defende que:

normativo de todo o espectro de suas relações internacionais (Polanyi, 1971).

³¹ Grifo do autor.

³² Grifo do autor.

“Uma arte de formulação de sistemas sociais preocupada com a atualização humana³³, por direito próprio, assim como com a eficiência na produção de bens e na prestação de serviços, tem que defender uma variedade de ambientes organizacionais, em que esses diferentes objetivos possam ser mais ou menos atendidos. A afirmação inadequada de que o interesse pelas pessoas pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias, só se justifica à base de uma abordagem unidimensional da organização” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 143).

Já com relação à prescrição contra ausência de normas, Guerreiro Ramos alerta que para se conseguir a execução de qualquer trabalho, faz-se necessário a observância de normas operacionais, assim, quanto maior for o caráter econômico do trabalho, menor será a oportunidade de atualização pessoal oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais, segundo o autor, isso ocorre *“porque há uma oportunidade mínima de escolha pessoal”*³⁴.

Assim, o problema relativo ao modelo atual da teoria unidimensional de organização e à sua prática, de acordo com Guerreiro Ramos (1989, p. 144), está em que o mesmo pressupõe que o comportamento administrativo é idêntico à natureza humana. Dessa forma, *“a teoria corrente dá legitimidade ao crescente processo de superorganização e de despersonalização do indivíduo, no contexto do sistema de mercado de um tipo industrial desenvolvido”* (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 144).

³³ De acordo com Pierre Lévy (1996, p. 16): "A realização de um possível não é uma criação, no sentido pleno do termo, pois a criação implica também a produção inovadora de uma idéia ou de uma forma. A diferença entre o possível e o real é, portanto, puramente lógica. Já o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual. Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a **atualização**. Esse complexo problemático pertence à entidade considerada e constitui inclusive uma de suas dimensões maiores. O problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore. A semente 'é' esse problema (...) Isso significa que ela 'conhece' exatamente a forma da árvore que expandirá sua folhagem acima dela. A partir das coerções que lhe são próprias, deverá inventá-la, coproduzi-la com as circunstâncias que encontrar". Assim, o termo "utilização" refere-se à solução criativa de um problema, solução que é "invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades" (Idem, ibidem). Não é então a realização de um possível, mas a produção de "qualidades novas, uma transformação de idéias".

Neste contexto, Guerreiro Ramos defende que uma arte multidimensional de desenho de sistemas sociais não procura eliminar os efeitos psicológicos das prescrições operacionais do mundo social porque elas são indispensáveis para a manutenção e para o desenvolvimento do sistema de apoio de qualquer coletividade. Porém, é de seu interesse a delimitação dos enclaves em que cabem tais prescrições e nos quais podem ser legitimamente impostas ao indivíduo.³⁵

A fim de melhor compreender o paradigma, faz-se necessário a definição das categorias delimitadoras que o compõem, quais sejam: (i) anomia e *motim*; (ii) economia; (iii) fe-nonomia; (iv) isolado; (v) isonomia.

(i) Anomia e *motim*

De acordo com Guerreiro Ramos (1989, p. 146), “*a anomia*³⁶ é conceituada como uma situação estanque, em que a vida pessoal e social desaparece (...) refere-se a indivíduos desprovidos de normas orientadoras, que não têm senso de relacionamento com outros indivíduos”. Assim, os indivíduos nesta situação encontram-se desprovidos de normas e raízes, não possuem compromissos com prescrições operacionais e são incapazes de modelar suas vidas de acordo com um projeto pessoal. Como exemplo, apresentam-se os marginais, os excluídos, alguns criminosos, os indigentes e os mentalmente defeituosos. O indivíduo anômico não é capaz de criar um ambiente social para si próprio e, simultaneamente, obedecer às prescrições operacionais de organizações importantes para sua subsistência.

Já *motim*, “*é a referência de coletividade desprovidas de normas, a cujos membros falta o senso de ordem social*”. Assim, “*pode acontecer que uma sociedade se torne passível de perturbações pelos motins quando perder, para seus membros, a representatividade e o significado*” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 147).

(ii) Economia

³⁴ O autor define o comportamento administrativo como sendo a atividade humana sob prescrições operacionais formais impostas. Assim, quanto mais a atividade humana é considerada administrativa, menos ela é uma expressão da atualização humana.

³⁵ Nos sistemas sociais que visam maximizar a atualização pessoal, as prescrições operacionais não são eliminadas, porém, são mínimas e nunca são estabelecidas sem o pleno consentimento dos indivíduos interessados (GUERREIRO RAMOS, 1989).

³⁶ O termo anomia (*anomie*, em francês), foi originalmente inventado pelo sociólogo francês Émile Durkheim, definindo uma condição na qual os indivíduos subsistem na orla do sistema social.

O autor apresenta, em termos gerais, uma economia como sendo “*um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para a produção de bens e/ ou para a prestação de serviços*”. Para tanto, Guerreiro Ramos (1989, p. 148) define as seguintes características referentes à produção de bens e à prestação dos serviços: (1) presta serviços a fregueses e / ou clientes que, na melhor das hipóteses, têm sua influência indireta no planejamento e na execução de suas atividades; (2) sua sobrevivência é uma função da eficiência com que produz os bens e presta serviços aos fregueses e clientes; (3) pode e geralmente precisa assumir grandes dimensões em tamanho e complexidade; (4) seus membros são detentores de empregos e são avaliados, sobretudo, nessa qualidade; (5) a informação circula de maneira irregular entre seus membros, assim como entre a própria economia, como entidade , e o público.

Guerreiro Ramos presume que as cinco características mencionadas são comuns a todas as economias, sejam elas monopólios, firmas competidoras, organizações sem fins-lucrativos e agências. O autor ressalta que:

“o mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social. Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral. Assim, uma teoria política e administrativa centrada no mercado, como é característico da que atualmente prevalece e é largamente ensinada, pressupõe que o critério do desempenho eficiente, nas mútuas relações entre os indivíduos e as economias, resume completamente a natureza humana” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 148-149).

(iii) Fenonomia

A fenonomia caracteriza-se por ser um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais, como define Guerreiro Ramos (1989, p. 152). O autor acrescenta que uma fenonomia possui as seguintes características principais:

(1) Constitui-se como um ambiente necessário às pessoas para a liberação de sua criatividade sob formas e maneiras escolhidas com plena autonomia;

(2) Seus membros empenham-se apenas em obras automotivadas, o que significa que, de modo geral, se mantêm ocupados ao extremo e seriamente comprometidos com a consecução daquilo que, em termos pessoais, consideram relevante;

(3) Embora o resultado das atividades empreendidas em fenonomia possa ser considerado em termos de mercado, os critérios econômicos são incidentais, em relação à motivação dos membros³⁷;

(4) Apesar de interessado em sua própria singularidade, o membro da fenonomia tem consciência social (sua opção não significa o abandono da sociedade como um todo, mas tem como objetivo tornar outros indivíduos sensíveis a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou de apreciar).

Como exemplo, Guerreiro Ramos (1989, p. 152) cita o caso da mulher e do marido habilitados que reservam sistematicamente um canto da casa para planejar e produzir cerâmicas, bem como oficinas de artistas, jornalistas, que trabalham por conta própria.

(iv) Isolado

Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 153), *“enquanto o indivíduo anômico e os membros do motim não tem normas, o ator isolado, tal como representado no paradigma, está excessivamente comprometido com uma norma que para ele é única”*.

Dessa forma, o mundo social torna-se para o indivíduo isolado inteiramente incontrolável e sem remédio:

“(...) a despeito de sua total posição interior ao sistema social em conjunto, encontra ele um canto em que, de forma consistente, pode viver de acordo com seu peculiar e rígido sistema de crença. Este não é o caso do indivíduo anômico que falha no desenvolvimento de um sistema pessoal de crença, bem como em seu ajustamento ao conjunto de padrões sociais. Os isolados podem, afinal, ser considerados casos clínicos de paranóia, mas não é necessariamente assim” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 153).

Conseqüentemente, muitos deles são empregados não participantes e cidadãos que, sistematicamente, escondem suas convicções pessoais.

³⁷ As fenomenias são cenários sociais protegidos contra a penetração do mercado, aspecto delimitador da natureza da fenonomia.

(v) Isonomia

De acordo com Guerreiro Ramos, a “*isonomia pode ser definida como um contexto em que todos os membros são iguais*”. Como principais características da isonomia, o autor ressalta: (1) seu objetivo essencial é permitir a atualização de seus membros, independentemente de prescrições impostas³⁸; (2) é amplamente gratificante no sentido de que nela, indivíduos livremente associados desempenham atividades compensadoras em si mesmas; (3) suas atividades são sobretudo promovidas como vocações, não como empregos; (4) seu sistema de tomada de decisões e de fixação de diretrizes é totalmente abrangente; (5) sua eficácia exige que prevaleçam entre seus membros relações interpessoais primárias.³⁹

Como exemplo de isonomia, o autor apresenta associações de pais e professores, associações de estudantes, grupos de cidadãos interessados em assuntos e problemas da comunidade, entre outros. Vale ressaltar que o referencial teórico apresentado anteriormente referente à conceituação do cooperativismo corrobora para o enquadramento da cooperativa na categoria de isonomia, dessa forma, em relação aos seus aspectos teóricos, a cooperativa apresenta as características mencionadas por Guerreiro Ramos na definição de tal conceito.

Assim, Guerreiro Ramos (1989, p. 153) apresenta o seu paradigma paraeconômico e resalta o fato de tal paradigma se constituir na referência para uma “*nova abordagem do planejamento de sistemas sociais e da nova ciência das organizações*”.

Paralelamente às idéias de Guerreiro Ramos, a Escola de Frankfurt⁴⁰ ofereceu meios para se entender criticamente alguns postulados das teorias organizacionais apresentando a ra-

³⁸ As prescrições são mínimas, e quando ocorrem, são estabelecidas por consenso.

³⁹ Se ela aumentar de tamanho além do seu ponto ótimo, as pessoas desenvolvem entre elas relacionamentos secundários ou categóricos, e não mais primários.

⁴⁰ Segundo Tenório (2002, p. 13-4), a “*Escola de Frankfurt* foi a institucionalização de um grupo de pensadores alemães originalmente liderados por Felix Weil que se reúnem no verão de 1922 em Ilmenau (Turíngia), para discutir o marxismo através do encontro por eles denominados de *Primeira Semana do Trabalho Marxista*.”. De acordo com Freitag (1986), o nome “*Escola de Frankfurt*” refere-se simultaneamente a um grupo de intelectuais e a uma teoria social, acrescenta: “*(...) procura-se designar a institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não ortodoxos, que na década dos anos 20 permaneceram à margem de um marxismo-leninismo “clássico”, seja em sua versão teórico-ideológica, seja em sua linha militante e partidária*”. Ainda segundo Freitag (1986), a Escola tematiza o profundo conflito existente entre a dialética e o positivismo, “*contrapõe a filosofia de Descartes (teoria tradicional) ao pensamento de Marx (teoria crítica), denunciando o caráter sistêmico e conservador do primeiro, e sublinhando enfaticamente a dimensão humanística, emancipatória do segundo*”.

cionalidade como um dos temas centrais da Escola. Neste contexto, o presente trabalho utiliza como uma de suas fundamentações teóricas o conceito desenvolvido por Jürgen Habermas – pertencente à segunda geração de *frankfurteanos* – qual seja: a ação comunicativa.

De acordo com Guerreiro Ramos (1989, p. 11), os trabalhos apresentados por Habermas tornam-se importantes na medida que seus temas:

- Restauram o conceito de um interesse racional, que embora implícito no pensamento político grego, passou a ser tema central dos sistemas filosóficos dos idealistas alemães;
- Reexaminam as opiniões históricas de Marx e, especialmente, de sua premissa de que uma sociedade racional iria resultar, necessariamente, do desenvolvimento das forças de produção;
- Investigam as conseqüências políticas e psicológicas do domínio da racionalidade instrumental sobre as sociedades modernas;
- Usam a padronização da comunicação como ponto de referência para uma teoria social integrativa crítica.

Conforme Guerreiro Ramos (1989), Habermas se vê como um continuador da teoria marxista e admite a possibilidade de uma teoria social crítica incorporada através de contribuições de Marx, liberada dos seus erros relacionados à racionalidade e liberdade. Na opinião de Marx, a liberdade e a racionalidade seriam conseqüências diretas do desenvolvimento das forças de produção, Habermas⁴¹ atenta para a invalidade de tal pressuposto ao longo da história, e acrescenta que o crescimento das forças de produção não significa o mesmo que a intenção da boa vida.

Segundo Habermas (1969, p. 106), “*a sociedade industrial de larga escala, a pesquisa, a ciência, a tecnologia e a utilização industrial fundiram-se num sistema*” que se caracteriza por ser repressor de estrutura institucional. O autor afirma que:

⁴¹ *Apud* Guerreiro Ramos (1989, p. 11).

“A superioridade da forma capitalista de produção sobre as que a precedem tem estas duas raízes: o estabelecimento de um mecanismo econômico que torna permanente a expansão dos subsistemas de ação racional de propósito determinado, e a criação de uma legitimação econômica, através da qual o sistema político pode ser adaptado aos novos requisitos de racionalidade trazidos à luz pelo desenvolvimento desses subsistemas. É esse processo de adaptação que Weber entende como ‘racionalização’” (HABERMAS, 1970, p. 97).

Dessa forma, de acordo com Tenório (2002, p. 121), a proposta de Habermas visa a elaboração de uma teoria da sociedade com intenção prática a partir de suas perspectivas:

“investigar, por uma parte, o contexto histórico de constituição de uma situação de interesse a que pretende a teoria, por assim dizer, através do ato do conhecimento; e, por outra parte, investigar o contexto histórico de ação sobre o qual a teoria pode exercer uma influência que oriente a ação” (HABERMAS, 1987, p. 13).

Tal pensamento concretiza-se a partir dos anos 60, na qual será inserida em 1981 a *“Teoria da ação comunicativa”*, que segundo McCarthy (1978, p. 446) caracteriza-se por uma *“teoria da sociedade com intenção prática”*.

Tenório (2000, p. 46) afirma que: *“Habermas então vai tentar dar continuidade ao pensamento frankfurtiano por meio de uma teoria social, que é a teoria da ação comunicativa”*:

“Vou tratar de mostrar que o abandono desse paradigma, sua substituição por uma teoria da comunicação, permite retornar a uma empresa que em seu momento ficou interrompida com a ‘Crítica da razão instrumental’; essa mudança de paradigma permite uma recolocação de tarefas que têm pendente a teoria crítica da sociedade” (HABERMAS, 1987c, v. 1, p. 493).

De acordo com Siebeneicher (*apud* TENÓRIO, 2002, p. 36), Habermas contrapõe em 1986 o agir racional com relação a fins, com sua proposta do agir comunicativo. Tenório (2000, p. 46) afirma que:

“(...) a intenção de Habermas vai ser substituir a filosofia da consciência – do saber intuitivo, da reflexão ou da introspecção, da relação sujeito-objeto – pela filosofia da linguagem – do entendimento intersubjetivo ou comunicação, ficando o aspecto cognitivo-instrumental inserido no conceito mais amplo da razão comunicativa”.

Para Habermas (*apud* TENÓRIO, 2002):

“O foco da pesquisa se desloca então da racionalidade cognitivo-instrumental à racionalidade comunicativa. Para esta, o paradigmático não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo, que pode representar-se e manipular-se, mas sim a relação intersubjetiva que implementam os sujeitos”.

Segundo Tenório (2002, p. 36), a diferença entre os dois tipos de ação está relacionada ao fato da racionalidade instrumental desenvolver uma mediação entre a teoria e a prática a partir de postulados técnico-formais e a racionalidade comunicativa *“promove essa mesma mediação por meio do diálogo entre os agentes sociais do processo”.*

De acordo com Habermas, (1987, p. 143) a *“ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio dentro do qual tem lugar um tipo de processo de entendimento, em cujo transcurso dos participantes, ao relacionar-se com um mundo, se apresentam uns frente aos outros com pretensões de validade que podem ser reconhecidas ou postas em questão”.*

Assim, o fenômeno da comunicação tornou-se uma preocupação fundamental para Habermas que estudou o reconhecimento intersubjetivo (comunicativo) de expectativas de comportamento, através de papéis sociais possíveis. Para o autor, a solução está no processo dialógico, intersubjetivo no qual *“os interlocutores buscam através da argumentação fundada, o consenso possível”* (Freitag, 1986, p. 85).

Tal pensamento desenvolve-se a partir das ações sociais apresentadas de acordo com a seguinte tipologia: teleológica, estratégica, normativa, dramatúrgica e comunicativa⁴². O presente trabalho se detém na ação comunicativa que, segundo Habermas (1987b, Vol.1):

“se refere à interação de ao menos dois sujeitos capazes de linguagem e de ação que (já seja com meios verbais ou com meios extra-verbais) entabulam uma relação interpessoal. Os atores buscam entender-se sobre uma situação de ação para poder assim coordenar de comum acordo seus planos de ação e com ele, suas ações. O conceito aqui central é o de interpretação, se refere primordialmente a negociação de definições da situação susceptível de consenso” (HABERMAS, 1987b, Vol. I, p. 124)

As ações sociais interagem, podendo ocorrer simultaneamente entre diferentes atores. Opta-se, neste trabalho por trabalhar o conceito de ação estratégica - que abrange as ações teleológica, estratégica, normativa e dramatúrgica - em oposição à ação comunicativa, por dois motivos específicos, seguindo o raciocínio de Tenório (2002, p. 123):

- 1) porque a ação estratégica, como afirma o próprio Habermas, amplia o conceito de *ação teleológica* “quando no cálculo que o ator faz de seu êxito intervém a expectativa de decisões de ao menos outro ator que também atua com vistas a realização de seus próprios propósitos. Este

⁴² As outras definições apresentadas pelo autor são: Ação Teleológica: “o autor realiza um fim ou faz com que se produza um estado de coisas desejado elegendo, em uma situação dada, os meios mais congruentes e aplicando-os de maneira adequada. O conceito central é o de uma decisão entre alternativas de ação, endereçada a realização de um propósito, dirigida por máximas e apoiada em uma interpretação da situação” (HABERMAS, 1987b, Vol. I, p. 122); Ação Estratégica: “a ação teleológica se amplia e se converte em ação estratégica quando no cálculo que o ator faz de seu êxito intervém a expectativa de decisões de ao menos outro ator que também atua com vistas à realização de seus próprios propósitos. Este modelo de ação é interpretado de forma estritamente utilitarista; então se supõe que o ator eleja e calcule meios e fins deste ponto de vista da maximização da utilidade ou de expectativas de utilidade” (HABERMAS, 1987b, Vol. I, p. 123); Ação Normativa: é o comportamento de um ator perante “os membros de um grupo social que orientam sua ação por valores comuns. O ator particular observa uma norma (ou a viola) tão logo em uma dada situação estão presentes as condições a que a norma se aplica. As normas expressam um acordo existente em um grupo social” (HABERMAS, 1987b, Vol. I, p. 123); Ação Dramatúrgica: “não faz referência primariamente nem a um ator solitário nem ao membro de um grupo social, mas sim a participantes em uma interação que constituem uns para os outros em público ante o qual se põem a si mesmos em cena. O ator suscita em seu público uma determinada imagem, uma determinada impressão de si mesmo, ao revelar ao mesmo de propósito sua própria subjetividade” (HABERMAS, 1987b, Vol. I, p. 124).

modelo de ação é interpretado de forma estritamente utilitarista” (HABERMAS, 1987b, p. 123);

- 2) porque as ações do tipo *normativo* e *dramatúrgico*, quando ocorrem dentro dos sistemas sociais organizados, se dão sob o imperativo categórico da razão funcional implementada através de ações orientadas para o futuro, portanto, do cálculo-de-meios-e-fins do ponto de vista da maximização da utilidade ou de expectativas de utilidade.

A partir da convenção supramencionada, Tenório (2002, p. 123-25) apresenta as seguintes tipologias de ação:

- 1) Gestão estratégica – é um tipo de ação utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins e implementada através da interação de duas ou mais pessoas na qual uma delas tem autoridade formal sobre a(s) outra(s). Por extensão, este tipo de ação gerencial é aquele no qual o sistema-empresa determina as suas condições de funcionamento e o Estado se impõe sobre a sociedade. É uma combinação de competência técnica com atribuição hierárquica, o que produz a substância do comportamento tecnocrática⁴³(...);
- 2) Gestão social – contrapõe-se à gestão estratégica à medida que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais.

A ação dialógica é exercida através de pressupostos do agir comunicativo:

“(...) quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas. (...) o modelo estratégico da ação pode se satisfazer com a descrição de estruturas do agir imediatamente orientado para o sucesso, ao passo que o modelo do agir orientado para o entendimento mútuo tem que especificar condições para um acordo alcançado comuni-

cativamente sob as quais Alter pode integrar suas ações às do Ego”
(HABERMAS, 1989, p. 165).

Assim, no processo de gestão social “(...) *verdade é a promessa de consenso racional ou, a verdade não é uma relação entre indivíduo e a sua percepção do mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da participação intersubjetiva*” (TENÓRIO, 2002, p. 127).

A partir das idéias apresentadas por Guerreiro Ramos e por Jürgen Habermas, Serva (1997)⁴⁴ alerta para a complementaridade entre a abordagem substantiva e a ação comunicativa. Segundo o autor, Guerreiro Ramos fundamentou seus estudos sobre a racionalidade nas organizações através de uma abordagem ampla por ele mesmo denominada “*teoria substantiva da vida humana associada*”. Para Guerreiro Ramos, tal teoria apresentaria a razão substantiva como a principal categoria de análise e teria a ética como sua disciplina preponderante sobre qualquer outra que venha a abordar a vida social (SERVA, 1997, p. 3).

Dessa forma, observa-se que tal ponto de vista soa diferente daquele que apresenta a busca do sucesso individual desprendido da ética, apenas pautado no cálculo utilitário e no êxito econômico. Tal atitude, como menciona Serva (1997), é típica do embasamento fornecido pela lógica da razão instrumental. Assim como Guerreiro Ramos, Habermas elaborou um profundo estudo sobre o tema da racionalidade, tocando o campo das filosofias e das ciências sociais.

Alguns aspectos da teoria de Habermas podem ser destacados a fim de salientar sua complementaridade com os estudos de Guerreiro Ramos. Para Habermas, a ação pode-se apoiar em dois eixos: a orientação para o êxito e a orientação para o entendimento. Por êxito, Habermas entende a implementação no mundo, de um estudo de coisas desejado, que em uma dada situação pode ser gerado causadamente através de uma ação ou omissão calculada.

⁴³ Por comportamento tecnocrático entendemos toda ação social implementada sob hegemonia do poder técnico ou tecno-burocrático, que se manifesta tanto no setor público quanto no privado, fenômeno comum às sociedades contemporâneas. (Tenório, 2002, p. 124)

⁴⁴ SERVA, Maurício. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. In: *Revista de Administração Pública – RAP*. Ed. FGV, n.2, v.31. p.217-222, mar/abr. 1997.

Já o entendimento, Habermas define como um processo de obtenção de um acordo entre sujeitos lingüística e interativamente competentes. Dessa forma, os processos de entendimento têm como meta um acordo que satisfaça as condições de aceitação racionalmente motivada, do conteúdo da emissão (SERVA, 1997, p. 5). Daí decorre a definição da ação comunicativa:

“falo de ações comunicativas quando os planos de ação de atores implicados não se coordenam através de um cálculo egocêntrico de resultados, e sim mediante atos de entendimentos. Na ação comunicativa, os participantes não se orientam primariamente para o próprio êxito; antes perseguem seus fins individuais sob a condição de que seus respectivos planos de ação possam harmonizar-se entre si sobre a base de uma definição compartilhada da situação” (HABERMAS, 1987, p. 367).

Vale ressaltar que, para Habermas, o seu modelo comunicativo não coincide ação com comunicação, nele, a linguagem funciona como um meio de comunicação que serve ao entendimento, enquanto os agentes, ao entenderem-se entre si para coordenar suas ações, perseguem cada um determinadas metas. Assim, a ação comunicativa não deve ser confundida ou limitada ao uso das palavras, seu conceito não deve ser confundido ou interpretado como um mero exercício discursivo (SERVA, 1997, p. 6).

A partir das idéias apresentadas por Guerreiro Ramos e Habermas, Serva (1997, p. 6) resalta que:

“as abordagens de Guerreiro Ramos e de Habermas, além de terem como ponto de partida emancipar o ser humano dos constrangimentos à auto-realização impostos pela sociedade contemporânea, constituem um caso flagrante de complementaridade, especialmente para os que se arriscam a estudar a razão substantiva nas organizações”.

Tal possibilidade já havia sido sinalizada por Barreto (1993), ao realizar um importante estudo sobre a racionalidade nas organizações. Barreto conclui em seu estudo que *“percebe-se que as concepções de Habermas e de Ramos, no que se refere a uma nova orientação,*

não-disciplinadora e não-opressiva, da conduta social, não são contraditórias e sim complementares”, o autor ainda acrescenta que:

“prevemos e desejamos, a intensificação de estudos e reflexões sobre a racionalidade comunicativa, de Habermas, e sobre a razão substantiva fundada na psiquê humana, e reencontrada por Guerreiro Ramos. A possível noção racional do futuro, emergente da intersubjetividade e do senso comum, não torna excludentes as propostas de Habermas e as do sociólogo brasileiro. Portanto, julgamos ter encontrado uma das dimensões teóricas da razão do futuro nas concepções estabelecidas por esses autores” (BARRETO, 1993, p. 49).

Dessa forma, observa-se que ambas as teorias ressaltam o sujeito. De acordo com Guerreiro Ramos, a razão substantiva é um atributo do sujeito, está contida na psiquê como recurso potencial. Com relação à ação, para a dinamização do potencial de racionalidade, Habermas destaca fortemente o sujeito, apontando os seus requisitos básicos para a concretização da ação comunicativa, que são a plena capacidade de comunicação, autonomia para agir e a responsabilidade. De acordo com Habermas, com relação à ação comunicativa, só pode ser considerado capaz de responder por seus atos o sujeito que possa, como membro de uma comunidade de comunicação, orientar sua ação por pretensões de validade intersubjetivamente reconhecidas (SERVA, 1997, p. 8).

Outro ponto refere-se ao debate racional e à ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica. De acordo com Serva (1997, p. 11), este item guarda uma íntima relação. De acordo com Guerreiro Ramos, a razão substantiva nos leva a uma teoria de sociedade que possui, como essência da forma política de vida, o debate racional. A prática permanente do debate racional decorre do princípio da superordenação ética da teoria política sobre qualquer disciplina eventual que tenha como foco questões da vida humana associada. Assim, é o mesmo que dizer que o juízo de valor é uma dimensão que rege todas as ações no sentido da construção da sociedade requerida. Dessa forma, o autor ressalta diversas vezes que *“a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática e, em teoria, tende a produzir uma análise defectiva”* (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 29).

Por outro lado, de acordo com Serva (1997, p. 11), Habermas foca a ação comunicativa também no julgamento ético e detalha esse processo, ressaltando assim o papel das pretensões de validade. Como apresentado anteriormente, uma das condições básicas para a ação comunicativa é a responsabilidade do sujeito, vista como a capacidade de orientar suas ações mediante pretensões de validade intersubjetivamente reconhecidas. Assim, de acordo com Serva (1997, p. 11), *“as pretensões de validade suscetíveis à crítica valorativa são a mola mestra do debate racional, o qual é requerido por Guerreiro Ramos”*.

Habermas ressalta o papel pragmático dessas pretensões, afirmando que todo ato de palavra pode ser negado a partir da retidão em relação a um contexto normativo que o emissor pretender para a ação que se propõe, assim, numa ação comunicativa, espera-se que o emissor (SERVA, 1997, p. 11):

1. esteja executando uma ação correta com relação a um contexto normativo dado e reconhecido no mundo da vida cotidiano, a fim de estabelecer entre ele e o ouvinte uma relação interpessoal tida como legítima;
2. emita um enunciado verdadeiro, ou com pressupostos de existência pertinentes, para que o ouvinte possa aceitar e compartilhar o saber do emissor;
3. manifeste autenticamente suas opiniões, intenções, desejos, ... para que o ouvinte possa dar credibilidade ao que é dito (HABERMAS, 1989).

Assim, de acordo com Serva (1997, p. 12):

“ao afirmar-se a validade de uma pretensão comunicativa no processo do debate racional, transforma-se correção normativa/valorativa em legitimidade, verdade em aceitação e autenticidade em credibilidade. Isto posto, fica claro o papel pragmático das pretensões de validade: ‘um consenso não se pode produzir quando, por exemplo, um ouvinte aceita a verdade de uma afirmação, mas põe em dúvida a veracidade do emissor ou a adequação normativa de sua emissão; e o mesmo vale para o caso em que, por exemplo, um ouvinte aceita a validade normativa de um mandato, mas põe em dúvida a seriedade de desejo que nesse mandato se expressa ou os pressupostos de existência anexos à ação que se lhe ordena (e com isso a exeqüibilidade do mandato)’ (HABERMAS, 1987, p. 172, v. 2 apud SERVA, 1997).

7. REFERENCIAL PRÁTICO: COOPERATIVAS DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP/COPPE/UFRJ



Neste capítulo será apresentado o referencial prático utilizado na dissertação. Para tanto, será apresentado sua história, suas características principais, linhas de atuação e demais conteúdos referentes à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ.

7.1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, a reestruturação produtiva, a globalização da economia e a privatização de empresas públicas trouxeram como consequência aos trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura causadora do desemprego com índices jamais antes vistos na história brasileira (SINGER, 2003, p. 111).

Neste contexto desfavorável aos trabalhadores e como reação ao aumento do desemprego e ao fechamento de postos de trabalho floresceram importantes projetos que marcaram os anos 1990.

Dentro desta realidade, em meados da década de 1990, teve início o programa da ITCP/COPPE/UFRJ com o objetivo de utilizar os recursos humanos e conhecimento da u-

niversidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho (GONÇALO *apud* SINGER, 2003, p. 111).

Criada em 1995, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares nasceu da articulação do COEP com a FINEP, a COPPE/UFRJ e a FBB, no âmbito da segunda fase da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida (campanha coordenada por Herbert José de Souza), tendo a geração de emprego e renda como preocupação central.

Num momento de reestruturação econômica que acentua a precarização do mercado de trabalho, a experiência da ITCP/COPPE/UFRJ faz parte de um processo organizado e espontâneo dos setores da classe trabalhadora nas comunidades excluídas do espaço social e produtivo do capital⁴⁵.

A ITCP/COPPE/UFRJ caracteriza-se por ser uma atividade de extensão universitária. Atua no desenvolvimento econômico através do subsídio às propostas de políticas públicas, além de buscar responder às novas relações no mundo do trabalho utilizando como ferramentas fundamentais a autogestão e a cidadania. A Incubadora está focada na inserção de setores economicamente marginalizados no mercado formal de trabalho, atuando junto a um grande contingente de trabalhadores desempregados ou vinculados ao plano da economia informal buscando alcançar requisitos básicos de cidadania a partir da organização do trabalho, assim, busca fomentar a cultura cooperativa e inserir no mercado formal da economia setores marginalizados social e economicamente.

Atualmente a Incubadora busca desenvolver um trabalho nacional que abrange as novas relações de trabalho, cooperativismo, mercado, legislação e sistemas de crédito voltados para o microempreendimento. A ITCP/COPPE/UFRJ apresenta, desta forma, um modelo de interação entre a universidade e o mercado na busca pela diminuição do desemprego e no combate à exclusão.

⁴⁵ Trecho do texto publicado no livro *Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais* / organizadores Ilka Camarotti e Peter Spink. Rio de Janeiro: editora FGV, 2001. (Coleção FGV Prática).

De acordo com Gonçalo Guimarães, coordenador da ITCP/COPPE/UFRJ e coordenador Nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares:

“O projeto da Incubadora é, hoje, uma vertente de extensão das universidades públicas brasileiras. Iniciado em meados da década de 1990, na COPPE/UFRJ, encontra-se implantado em treze universidades, distribuídas em partes significativas do território nacional. Essas universidades estão estruturadas sob forma de Rede, num programa da Fundação UNITRABALHO, que reúne 78 universidades brasileiras, envolvendo grupos ligados especificamente à área do trabalho”.

Desde o início de sua criação, a ITCP/COPPE/UFRJ debate assuntos ligados à reorientação estratégica do modelo de desenvolvimento do país, a partir do seu engajamento na questão da economia solidária. Assim, ITCP/COPPE/UFRJ define seus eixos de atuação básicos como sendo:

1. Construção de cooperativas populares;
2. Criação de condições institucionais e de políticas públicas favoráveis ao fortalecimento e à viabilização econômica do cooperativismo popular;
3. Construção de redes universitárias e de cooperativas que façam avançar um projeto mais amplo de economia solidária.

7.2 A INCUBAGEM DE COOPERATIVAS

A Incubagem de Cooperativas Populares é um fator crítico de sucesso para as cooperativas que ingressam na Incubadora. Este processo garante apoio à construção associativa e legal-formal, ao acesso ao mercado, à elaboração de projetos, à definição de processo e produto, ao acompanhamento e à capacitação gerencial, à administração, ao planejamento, à controladoria e a outras áreas necessárias ao sucesso do empreendimento. Tal processo é de longa duração e é fortalecido por redes e construção de alianças.

Esta vertente de ação na ITCP/COPPE/UFRJ é fundamentalmente educacional e responsável pela organização e acompanhamento dos grupos de trabalho, desde a sua entrada na Incubadora até a sua transformação em cooperativa e inserção no mercado. Para tanto, a Incubadora trabalha com dois núcleos complementares na formação dos cooperados:

1. **Assessorias** – responsáveis pelo suporte jurídico, contábil, econômico, social e administrativo na formação dos grupos cooperativados. A Assessoria Jurídica atua na legalização das cooperativas as orientando neste processo e auxiliando-as nos gargalos. A Contábil/Financeira é responsável pela orientação diária contábil auxiliando as cooperativas na construção dos seus fluxos de caixa, gastos e pagamentos. Já a Assessoria Econômica encontra-se inserida na CNC e contempla a elaboração de planos de negócio e diagnósticos, projetos de captação de recursos e a interface entre as cooperativas e o mercado.

2. **Educação** - responsável pela formação dos cooperados nos temas de cooperativismo, autogestão, cidadania, informática, e, também, pelo diagnóstico, mobilização e encaminhamento destes grupos à educação profissional e formal.

A Incubagem de Cooperativas é composta por uma equipe multidisciplinar que conta com a participação de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes. Esta equipe é responsável por oferecer apoio técnico e educacional, além de promover e assessorar os trabalhos, estimular e buscar novos conhecimentos de forma a permitir que, durante o período de incubagem (de três a seis anos), os grupos tenham condições econômicas para competir no mercado.

O processo de incubagem está dividido em três etapas; a pré-incubagem, a incubagem, e a graduação. A pré-incubagem tem como objetivo iniciar e preparar os candidatos para o processo de incubagem e tem duração de seis meses. O processo de incubagem dura de três a seis anos oferecendo o suporte necessário para as cooperativas. Já a graduação, refere-se à etapa na qual a cooperativa incubada sai da incubadora e ingressa no mercado.

A metodologia desenvolvida pela ITCP/COPPE/UFRJ e utilizada na incubagem chama-se IncubCOPPE e tem como principal foco corresponder às demandas diferenciadas do indivíduo e do grupo, considerando a necessidade de investir na qualificação de novas profissões privilegiando as vertentes da tecnologia e da educação. A metodologia IncubCOPPE abrange as seguintes etapas: (i) Assinatura do Termo de Compromisso; (ii) Diagnósticos, Pareceres e Encaminhamentos sociais e econômicos; (iii) Planejamento Estratégico do Grupo/Cooperativa; (iv) Plano de Trabalho e Plano de Negócios; (v) Assessorias e Orien-

tações Técnicas de Contabilidade, Administração, Economia e Jurídica; (vi) Cursos de capacitação para a Autogestão; (vii) Oficinas Pedagógicas de Cidadania e Cooperativismo; (viii) Eventos sócio-comunitários – Fóruns de Economia Solidária; (ix) Articulação de Parcerias.

Desta forma, a Incubadora busca propiciar às cooperativas e aos grupos um espaço em que a reflexão sobre educação, tecnologia e qualificação, se configure numa perspectiva de organização do trabalho coletivo e autogestionária, consolidando-se como um instrumento de inserção autônoma e cidadã na sociedade através de sua inserção sócio-econômica.

Além de apoio e incentivo ao aumento do nível de educação para o trabalho coletivo e autogestionário, a Incubadora introduz na formação básica dos cooperados dois aportes educacionais: cidadania e informática. Nos cursos de educação cooperativista que a ITCP/COPPE/UFRJ oferece são encontrados os seguintes módulos: Noções Básicas de Cooperativismo; Introdução ao Cooperativismo; Conselho Fiscal; Contabilidade e Conselho de Ética. Esta metodologia engloba o Curso de Introdução ao Cooperativismo e Autogestão, que visa dar ao cooperado conhecimentos sobre a história do cooperativismo, seus princípios básicos e as peculiaridades do trabalho cooperativo e autogestionário frente ao trabalho assalariado. Paralelamente e complementar ao curso de educação cooperativista supramencionado, ocorre o processo de formalização da cooperativa.

Além das ferramentas de capacitação supracitadas, a ITCP/COPPE/UFRJ oferece cursos de contabilidade, conselho fiscal, conselho de ética e de informática básica, sendo os três primeiros realizados nas sedes das cooperativas ou locais próximos e o último na sede da ITCP/COPPE/UFRJ, contando com alunos de diversas cooperativas.

No que tange à educação formal, a ITCP/COPPE/UFRJ em parceria com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes – Educafro –, implementou um pré-vestibular, com reforço ao ensino médio, para cooperados e familiares. Este curso tem como principal finalidade a sua preparação para o ingresso nas universidades.

Com relação à área de informática, a ITCP em parceria com o Centro para Democratização da Informática – CDI – criou o Telecentro. Este centro caracteriza-se como um centro de

referência de educação do jovem e do adulto, com o acesso à informática disponível a todos os cooperativados, com perspectivas de informatização das cooperativas.

7.3 O PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção da Incubadora é feito através de grupos de trabalho escolhidos que serão transformados em uma cooperativa. Este processo ocorre em duas etapas:

- Primeira Etapa: Formalização do grupo enquanto cooperativa – esta etapa inclui a realização da assembléia de fundação e conseqüente elaboração de uma ata de fundação, eleição da diretoria e dos conselhos e a elaboração e aprovação de um estatuto e de um regimento interno;
- Segunda Etapa: Legalização da cooperativa - implica no dispêndio dos recursos necessários para o pagamento das devidas taxas para a legalização.

O processo de seleção da ITCP/COPPE/UFRJ ocorre através da publicação de caráter público do Edital⁴⁶ para seleção de cooperativas e/ou grupos de pessoas interessadas em participar do processo de Incubagem oferecido.

O processo é dividido de acordo com as seguintes etapas: (i) Abertura do Edital; (ii) Retirada dos Documentos para Inscrição; (iii) Encontro com os Candidatos; (iv) Limite para entrega da Ficha de Inscrição; (v) Limite para agendamento da visita; (vi) Entrevistas com Cooperativas ou Grupos; (vii) Sistematização das entrevistas; (viii) Avaliação pela Comissão de Licitação – esta avaliação é realizada por uma Comissão de Licitação composta por integrantes da ITCP/COPPE/UFRJ e convidados não integrantes desta com conhecimento de Cooperativismo Popular e Autogestão; (ix) Limite da entrega da ata; (x) Reunião Deliberativa da Comissão de Licitação; (xi) Divulgação dos resultados - a relação das Cooperativas e/ou Grupos classificados é divulgada na Secretaria da ITCP/COPPE/UFRJ.

A partir deste processo, inicia-se o processo de Incubagem dos grupos interessados que se tornarão, possivelmente, cooperativas.

7.4 AÇÕES DA ITCP/COPPE/UFRJ

7.4.1 Políticas Públicas

A ação de ITCP/COPPE/UFRJ no âmbito de políticas públicas ocorre a partir da sua experiência acumulada na organização de cooperativas autogestionárias e no assessoramento de governos para a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento econômico, pautadas na inserção social e na construção de instrumentos capazes de fortalecer e consolidar o processo de autogestão dos trabalhadores.

Como projetos em desenvolvimento ressaltam-se a assessoria às administrações do Município de Diadema (SP) e do Estado do Rio Grande do Sul, realizada pela ITCP/COPPE/UFRJ e o projeto “Observatório de Políticas Públicas de Diadema” – município com alto índice de desemprego, localizado no ABC, região mais industrializada do estado de São Paulo – que tem como principal objetivo propor políticas indutoras do desenvolvimento local sustentável. Este último conta com uma importante parceria: o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que desenvolve o Programa de Economia Popular e Solidária, responsável por fomentar a criação de empresas interligadas em redes de empreendimentos populares que apontam para um novo modelo de desenvolvimento econômico.

7.4.2 Observatório do Cooperativismo Trabalho & Cidadania

Com origem no acúmulo de conhecimento adquirido pela ITCP/COPPE/UFRJ na formação de cooperativas populares e na assessoria às instituições governamentais para implementação de alternativas de políticas de trabalho e renda, a Incubadora institucionalizou mais uma linha de ação: O Observatório do Cooperativismo, Trabalho & Cidadania.

Seu principal objetivo é analisar as tendências do mercado de trabalho, novas profissões, o cooperativismo e temas afins, além de apontar alternativas de desenvolvimento de políticas públicas na área do trabalho e promover o intercâmbio com instituições que realizem investigações, análises e atividades de interesses comuns.

7.5 ESPAÇO FÍSICO

⁴⁶ Edital no Anexo 1.

A ITCP/COPPE/UFRJ localiza-se no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador. A Incubadora conta com uma infra-estrutura que inclui 10 salas de aula, banheiros e um auditório totalizando 400 m². Uma das salas funciona como escritório de contabilidade e administração, e outras são compartilhadas pelas cooperativas. Esse espaço é disponibilizado para reuniões de equipe, cursos de capacitação, reuniões da rede e da Central das Cooperativas (organização que unifica as cooperativas incubadas). Na Figura 2 apresenta-se o espaço físico:

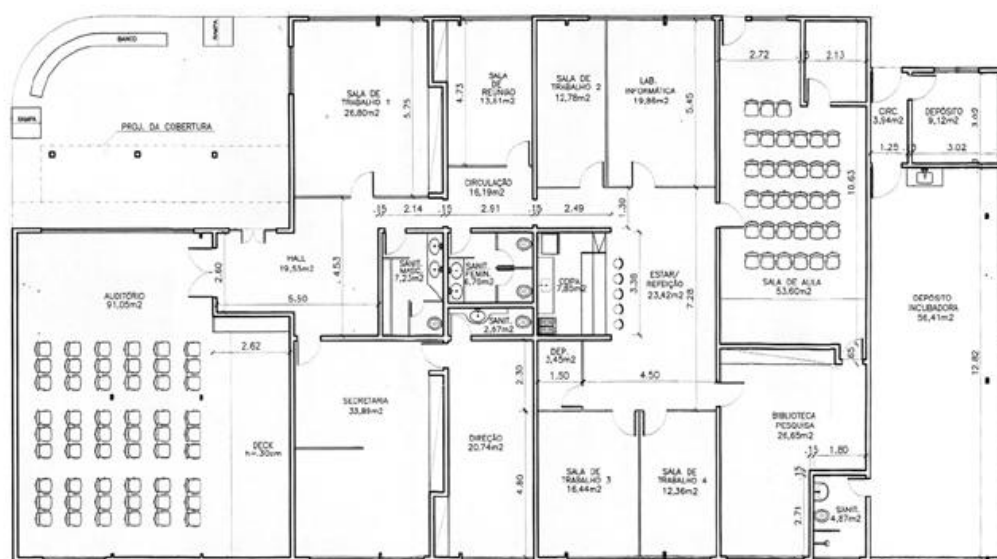


Figura 2 - Planta da Incubadora⁴⁷

Vale ressaltar que a ITCP/COPPE/UFRJ caracteriza-se como um centro de apoio ao cooperativismo, porém, encontra-se ainda bastante isolada no interior da extensão universitária e por isso, aguarda uma política de efetiva reforma e reorientação de prioridades na Universidade.

7.6 ALIANÇAS E PARCERIAS

Além das parcerias explicitadas anteriormente, a ITCP/COPPE/UFRJ busca desenvolver uma política de integração com parceiros nacionais e internacionais que tenham suas principais linhas de ação convergentes com a proposta da Incubadora, ou seja, nas áreas de educação, cooperativismo e cidadania.

Neste contexto, em 1999 a ITCP/COPPE/UFRJ passou a integrar a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, composta até então por seis universidades brasileiras. Atualmente, a Rede contempla 16 universidades, são elas: Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Estadual da Bahia; Universidade do Amazonas; Universidade do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Ceará; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Universidade Federal do Paraná; Universidade Regional de Blumenau; Universidade Católica de Pelotas; Universidade de Campinas; Universidade Federal de São Carlos; Universidade de São Paulo; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal de São João Del Rei; Universidade Federal de Juiz de Fora.

De acordo com Gonçalo (*apud* SINGER 2003, p. 115):

“(...) Esta rede tem entre seus principais objetivos o intercâmbio de experiências entre técnicos e cooperativados; a produção de conhecimento e metodologia; independência; e fomento de uma Rede Nacional de Cooperativas Populares. A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares busca, assim, articular as experiências acumuladas pelas universidades no suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. Promover a inserção social e melhoria de qualidade de vida de comunidades marginalizadas. E a produção e socialização dos conhecimentos, também, como metas a serem atingidas”.

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares possuiu o importante papel no debate nacional sobre universidades e cooperativismo e no campo da extensão universitária, na ampliação dos projetos focados no trabalho e no movimento cooperativista. A estrutura da rede é composta por (GONÇALO *apud* SINGER, 2003:116):

1 – Uma coordenação colegiada composta por representantes das incubadoras com mandato de dois anos e autonomia de trabalho com relação às questões decididas nos encontros da rede. Subdividida em uma coordenação nacional e em coordenações regionais (Sul, Sudeste, Nordeste);

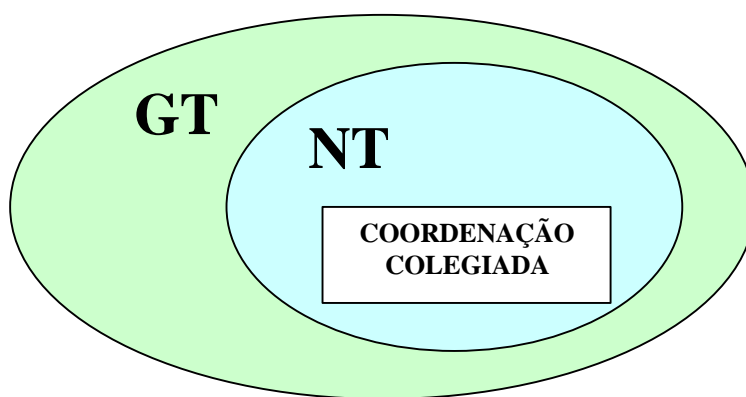
⁴⁷ Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br>>. Acesso em: 17 fevereiro 2005.

2 – Núcleos Temáticos (NT) – formados por membros de no mínimo três diferentes incubadoras filiadas à rede. Os núcleos temáticos são permanentes e buscam aprofundar as discussões temáticas de interesse da rede;

3 – Grupos de Trabalho (GT) – que se formam para executar as decisões nascidas nos encontros da rede e dão suporte à coordenação colegiada. Dissolvem-se à medida que executam o que foi programado.

O Gráfico 6 a seguir indica a organização estrutural da Rede:

Gráfico 6 – Estrutura da Rede Universitária de ITCPs



Dessa forma, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares fazem parte de um projeto que tem por objetivo a inserção de setores marginalizados economicamente no sistema formal da economia. Trabalha atendendo a um grande contingente de trabalhadores, desempregados ou inseridos no plano da economia informal, que pode, a partir da organização do trabalho, conquistar nas suas comunidades a cidadania. Sejam pessoas pertencentes a grupos organizados, tais como associações de moradores, sindicatos ou igrejas, entre outros, desde que possuam uma diretriz coletiva, tendo o cooperativismo como o instrumento de alcance e acesso a esse mercado de trabalho. As ITCPs também buscam promover, sempre por meio do trabalho, a organização popular, tendo como perspectiva uma grande articulação nacional das cooperativas e, por consequência, dos cooperativados.

Outra parceria firmada pela ITCP/COPPE/UFRJ refere-se à sua inserção na Rede Panamericana. Em 1996, no México, universidades das três Américas se mobilizaram para formar a Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo.

Desde então, a Rede Panamericana vem se reunindo anualmente em diversas universidades do continente: em 1997, no México; em 1998, na Costa Rica; em 1999, no Canadá e em 2000, em Cuba. Em 2001, em parceria com a Rede de ITCPs, o encontro foi realizado no Brasil, na Universidade Federal do Paraná⁴⁸. As universidades que integram a Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo são:

América do Sul e Cone Sul

Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil); Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil); Universidade Federal do Paraná (Brasil); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil); Universidade do Chile (Chile); Universidade de La Plata (Argentina); Universidade da República do Uruguai (Uruguai); Universidade Central de Venezuela (Venezuela).

Região Andina

Pontifícia Universidade Javeriana (Colômbia); Universidade Unisangil (Colômbia); Pontifícia Universidade Católica do Equador (Equador); Universidade Técnica de Ambato (Equador).

América do Norte

Universidade de Sherbrooke (Canadá); Universidade Autônoma Chapingo (México); Universidade Autônoma de Queretaro (México).

América Central e Caribe

Universidade de Costa Rica (Costa Rica); Universidade do Panamá (Panamá); Universidade de El Salvador (São Salvador); Universidade Nacional Autônoma de Honduras (Honduras); Universidade de Havana (Cuba); Universidade Raphael Landiver (Guatemala).

7.7 COOPERATIVAS POPULARES INCUBADAS

Em aproximadamente dez anos de existência, de 1995 a 2005, cerca de 30 grupos já foram incubados pela ITCP/COPPE/UFRJ passando pelo seu processo de incubagem e de capacitação para se tornar cooperativas.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br>>. Em 23 janeiro 2005.

Os primeiros grupos a fazerem parte da Incubadora eram de Caxias, na Baixada Fluminense e foram formados no ano de nascimento da Incubadora, em 1995. Geralmente a ITCP/COPPE/UFRJ trabalha com grupos, em média, de 30 pessoas. Em alguns casos este número torna-se maior, variando em função do setor no qual o grupo atua. A partir do ano de 1997, o número de grupos com interesse em montar cooperativas cresceu. As Tabelas 2,3,4,5 e 6 apresentam as cooperativas incubadas de no período de 1996 a 2005:

Tabela 2- Cooperativas no período de 1996 a 2001

Cooperativa Incubada	Produto	Localização
Novo Horizonte	Serviços Gerais	Duque de Caxias (RJ)
Montcoop	Montagem Industrial	Duque de Caxias (RJ)
Coopluz	Eletricitários	Rio de Janeiro (RJ)
Coopstra	Transporte	Rio das Ostras (RJ)
Coopetro	Eletricitários	Niterói (RJ)
Coomerj	Eletricitários	Campos (RJ)
Arco-Íris	Manutenção	Caju (RJ)
Cootravage	Construção Civil	Vigário Geral (RJ)

Tabela 3 - Cooperativas no ano de 2002

Cooperativa Incubada	Produto	Localização
Águia	Serviços de Portaria e limpeza	Nova Iguaçu (RJ)
Cooesperança	Limpeza Geral	Rio de Janeiro (RJ)
Cooptécnica	Manutenção Civil	Rio de Janeiro (RJ)
Courrier	Entrega/motoboy	Rio de Janeiro (RJ)
Lona Viva	Reciclagem	São Gonçalo (RJ)
Monte Real	Reciclagem	Niterói (RJ)
Motriz Curumin	Baby Sitter	Rio de Janeiro (RJ)
Comeice	Manutenção Industrial	Duque de Caxias (RJ)

Tabela 4 – Cooperativas no ano de 2003

Cooperativa Incubada	Produto	Localização
Comeice	Mecânica, Elétrica, Instrumentação Civil e Engenharia.	Duque de Caxias (RJ)
Receba Express	Serviços de entregas em geral focado em jornais, revistas, mala-direta e ou-	Vila Valqueire (RJ)

	tros impressos	
Praia Vermelha	Comercialização e venda dos produtos como bombons, bolos salgados e doces, cachorro quente, pizza, sorvete e paes.	Rio de Janeiro (RJ)
Nova Dimensão	Limpeza e Conservação, impermeabilização e manutenção de exaustores, costura, limpeza de caixa d'água e construção civil.	Vigário Geral (RJ)
Coopama	Reciclagem de resíduos sólidos	Jacarezinho (RJ)

Durante o ano de 2004, a ITCP/COPPE/UFRJ recebeu o total de 25 organizações, sendo 15 grupos de trabalho e 10 cooperativas, todos interessados nas oito vagas abertas pela Incubadora. Destes grupos e cooperativas, 17 pertenciam ao município do Rio de Janeiro, e os outros 8 espalhavam-se por 7 municípios das regiões metropolitana e serrana do Estado do Rio de Janeiro. Deste total, sete foram eliminados no processo de seleção e nove foram desclassificados pela Comissão de Avaliação. Mesmo o edital prevendo 8 vagas, foram selecionados para o processo de incubagem seis grupos e três cooperativas. Assim, mais nove se juntaram às quatro cooperativas já incubadas.

Tabela 5 – Cooperativas no ano de 2004

Cooperativa Incubada	Produto	Localização
Coosturart	Costura artesanal	Santa Cruz (RJ)
Cootrabom	Reciclagem e prestação de serviço	Maré (RJ)
Colônia z-10	Pesca	Ilha do Governador (RJ)
Dinamicoop	Informática	Morro dos Macacos, Vila Isabel (RJ)
Yawara	Informática	Realengo (RJ)
Shangri-lá	Costura, artesanato e prestação de serviços	Belford Roxo (RJ)
Pendocoop	Alimentação	Pendotiba- Niterói (RJ)

Tabela 6 – Cooperativas no ano de 2005

Cooperativa Incubada	Produto	Localização
Emanuel	Prestação de serviços em geral	Campo Grande (RJ)

Delícias do Rio	Alimentação	Estácio (RJ)
Arte e Reciclagem	Retalhos e Reciclagem	Mesquita (RJ)
Mulheres da Baixada	Reciclagem e Artesanato	Cosmorama (RJ)
Crocheteiras da Maré	Confecção de roupas, bolsas, bijuterias em crochê e tricô	Nova Holanda (RJ)
Bom Apetite	Alimentação	Mesquita (RJ)

A partir deste contexto e de acordo com a proposta do presente estudo, as seguintes cooperativas serão estudadas de forma mais detalhada, são elas: Pendocoop; Coopama; Coosturart; Cootrabom; Dinamicoop; Colônia Z-10.

7.7.1 Cooperativa Sapê Pendotiba – PENDOCOOP

A cooperativa Pendocoop é composta por vinte membros da comunidade do Sapê, Niterói/RJ. Através de um curso conquistado pela comunidade no orçamento participativo e oferecido pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – a comunidade deu início à cooperativa no ano de 2003, tendo como foco o trabalho coletivo dos envolvidos e possuindo o apoio da associação de moradores locais e da sua federação.

A cooperativa atua no setor alimentício através da produção de marmitas e cestas básicas tendo como principais clientes supermercados, empresas, colégios entre outros. Para tanto, já possuem um fogão industrial, uma batedeira e uma fritadeira, além de outros equipamentos.

O grupo conta com o apoio e a parceria da Escola Estadual Paulo Assis Ribeiro, da Associação de Moradores, do Sindicato dos Vigilantes do Rio de Janeiro, do Governo Municipal (através do Orçamento Participativo), do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Comunitário e de diversas igrejas.

As reuniões da Pendocoop são realizadas semanalmente na Escola Estadual Paulo Assis Ribeiro, localizada no Sapê e suas assembléias gerais ocorrem a cada dois meses tendo como principal pauta os assuntos relativos à comunidade e a necessidade de um local para

ensinar e capacitar adolescentes e crianças em cooperativismo, já que a cooperativa atua na comunidade retirando crianças e adolescentes de situações de risco.

Os cooperados da Pendocoop caracterizam-se por 50% do gênero feminino e 50% do gênero masculino. Com relação às condições de trabalho, 50% são autônomos, 10% possuem carteira assinada, 20% possuem trabalho fixo e 20% fazem “bicos”. Individualmente, alguns cooperados trabalham no setor alimentício, através da produção de doces e salgados. Com relação à escolaridade, 40% dos cooperados freqüentaram o ensino fundamental, 50% fizeram o ensino médio e 10% cursaram o ensino superior. Quinze membros dos cooperados trabalham há mais de 10 anos no ramo e cerca de 30% fizeram curso profissionalizante. A faixa etária de 80% dos membros da cooperativa é de 21 a 40 anos, 15% acima de 40 anos e 5% possuem menos do que 20 anos.

O conhecimento de cooperativismo que a Pendocoop possuiu ocorreu através de uma cooperativa de produtores de leite que obteve sucesso no mercado, além de alguns membros da Pendocoop terem participado do curso de “Liderança e Cidadania” oferecido pelo SEBRAE. Assim, iniciaram a formação da cooperativa a fim de formalizar a sua atividade econômica e possibilitar a ampliação de oportunidade para a comunidade na qual estão inseridos.

7.7.2 Cooperativa Popular dos Amigos do Meio Ambiente – COOPAMA

A Coopama surgiu através da iniciativa de empresários e da comunidade local. Os empresários possuíam um galpão no Jacarezinho (Jacaré, Rio de Janeiro/RJ) além de maquinário para a produção de sacos plásticos e queriam que os mesmos fossem utilizados pela comunidade para geração de renda. Dessa forma, através da sua articulação com os moradores de Jacarezinho surgiu a idéia de se montar uma cooperativa.

A cooperativa iniciou sua incubagem em 2003. Atualmente ela possui 24 cooperados e atua na coleta e reciclagem de resíduos plásticos além de prestação de serviços em geral. As assembleias gerais da cooperativa, as mesmas ocorrem anualmente, porém, ocorrem eventuais reuniões para questões pontuais ou emergenciais da Coopama. Já com relação à esco-

laridade, 85% dos cooperados freqüentaram o ensino fundamental e 5% fizeram o ensino médio

Segundo a equipe da ITCP/COPPE/UFRJ, em julho de 2004, a Coopama obteve seu registro junto ao CNPJ. Neste mesmo mês, firmou um contrato de prestação de serviços com a Usina Verde, para um projeto de geração de energia elétrica a partir da queima de resíduos sólidos orgânicos. Este contrato gerou dezessete postos de trabalho para cooperados, que separam os resíduos sólidos não combustíveis dos combustíveis. Em agosto de 2004, foi enviado o projeto de financiamento não reembolsável da Coopama pela FBB, destinado a financiar maquinário e a reforma do galpão onde se dará a produção da cooperativa. Entre outubro e dezembro de 2004, os cooperados da Coopama freqüentaram um curso de saúde do trabalhador, através de parceria firmada entre a ITCP/COPPE/UFRJ e o Projeto MAIS – Mobilização Para a Ação Integral Solidária – formado por alunos da Faculdade de Medicina da UFRJ.

7.7.3 Cooperativa de Costura Artesanal – COOSTURART

A Cooperativa de Costura Artesanal foi fundada em abril de 2002 e legalizada em novembro deste mesmo ano. Localiza-se no Conjunto João XXIII, no bairro carioca de Santa Cruz, Rio de Janeiro.

A cooperativa é composta por trinta e nove cooperados pertencentes à comunidade de Santa Cruz que já estavam se mobilizando desde 2002 com o objetivo de desenvolver um projeto de geração de trabalho e renda. Suas assembleias gerais ocorrem mensalmente no espaço cultural da comunidade, além de organizarem eventuais reuniões ao longo do mês.

A Coosturart atua na atividade econômica têxtil, através da costura voltada para bordado em geral, crochê e fuxico. Possui rendimento médio de R\$ 200,00 por mês, variando de acordo com a função na confecção: corte, costura, arremate e bordado. A partir do Fundo Carioca – programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – a cooperativa obteve cinco máquinas industriais em troca de cursos oferecidos para a comunidade.

Sua atuação na comunidade ocorre através de cursos que são oferecidos, doações de bolas e bonecas para a creche local e doações de peças feitas no curso de malha direcionadas a asilos e orfanatos. A cooperativa pretende atuar também em novos mercados através da exportação de seus produtos, para tanto, está em processo de reestruturação e definição do seu público-alvo.

A cooperativa já estabeleceu parcerias com o Programa Fundo Carioca e com a ONG Viva Rio ao longo dos anos de 2002 e 2003, através das quais obteve a doação de máquinas-de-costura e de um computador. A cooperativa conta também com o apoio de Ferreira Guimarães na doação de retalhos e da UNICOM⁴⁹, através da capacitação em cooperativismo, além da ONG CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – que auxiliou na sua legalização. Estas parcerias trouxeram como consequência a inserção da cooperativa no mercado da Classe A, para a qual são vendidos os produtos de costura artesanal.

A maior parte dos cooperados é composta por mulheres que se caracterizam como autônomas. Todos os membros da cooperativa já trabalham, em média, no ramo de costura, há cinco anos e fizeram curso profissionalizante nesta área. A faixa etária dos cooperados varia; cerca de 20% têm entre 21 a 40 anos e os outros 80% são compostos por cooperados acima de 40 anos. Com relação à escolaridade, 80% possuem o ensino fundamental e 20% fizeram o ensino médio.

Depois de passar por dificuldades financeiras no início do ano de 2004. A Coosturart se reergueu. Através da participação periódica na Babilônia Feira *Hype*, realizada mensalmente, ora na Barra da Tijuca, ora no Jardim Botânico, a Coosturart conseguiu atingir o público de Classe A, que consome as peças de alto valor agregado produzidas pela cooperativa. Além das vendas imediatas, a participação nas feiras propiciou à Coosturart contatos com lojas de moda e redes interessadas em revender seus produtos.

Com relação ao conhecimento de cooperativismo, os cooperados o obtiveram através de livros, fóruns e cursos, além de terem participado de atividades associativas voltadas para eventos sociais e culturais dentro e fora da comunidade, através das parcerias supracitadas.

⁴⁹ Projeto multidisciplinar que atende comunidades de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro.

7.7.4 Cooperativa dos Trabalhadores de Bonsucesso – COOTRABOM

Localizada nas comunidades de Bento Ribeiro Dantas e Vila do Pinheiro, integrantes do Complexo da Maré, no município do Rio de Janeiro, a cooperativa foi fundada no segundo semestre de 2002, porém, até ser selecionada para participar do processo de incubagem da ITCP/COPPE/UFRJ, ainda não havia sido legalizada. Seus vinte e um membros ocupam-se, predominantemente, da atividade de coleta de resíduos sólidos e revenda do material coletado. O principal objetivo da Cooperativa é agregar maior valor ao material reciclado, limpando-o e prensando-o, de modo a poder revendê-lo a um preço maior no mercado.

Apesar de ter seu foco direcionado à coleta de material reciclado, a Cootrabom trabalha também com costura, manutenção elétrica, construção civil e jardinagem. Atua na comunidade oferecendo serviços voluntários de motorista para eventos da igreja, além de organizar grupos de dança, música e esporte.

A Cooperativa atualmente encontra-se legalizada. Em busca de auxílio para a sua infraestrutura, a Cootrabom enviou em agosto de 2004 uma proposta à FBB que foi aprovada e contemplava a compra de uma prensa e uma balança, além da reforma de um galpão que abriga as máquinas. Outra proposta foi enviada à LAMSA – Linha Amarela S.A. – que atua de forma complementar ao projeto FBB, de modo a complementar a estrutura logística da Cootrabom, para que a cooperativa possa utilizar de maneira adequada sua capacidade de produção.

As assembléias gerais da cooperativa são realizadas mensalmente na associação de moradores da própria comunidade. Como principais pontos discutidos nas assembléias, destacam-se a sustentabilidade da cooperativa e a localização de sua sede.

Os cooperados são formados por 75% de mulheres e 25% de homens. Com relação às condições de trabalho, 70% dos cooperados são autônomos, 20% possui carteira assinada e 10% fazem “bicos”. Já a escolaridade, 80% possuem o ensino fundamental, 10% fizeram o ensino médio e 10% cursaram nível superior. Todos os cooperados já trabalham no ramo, em média, há três anos, porém, nenhum fez curso profissionalizante. Com relação à faixa

etária, cerca de 50% dos cooperados possuem entre 21 a 40 anos e os outros 50% possuem mais do que 40 anos.

Alguns membros da cooperativa ganham, em média, o valor de um salário mínimo por mês, variando de acordo com a área de atuação. Já com relação aos clientes da cooperativa, destacam-se: a comunidade na qual está inserida; condomínios; prédios; instituições e empresas.

Para exercer sua atividade econômica, a cooperativa dispõe de cinco máquinas de costura, um computador e professores de dança, além de suas parcerias com a Associação de Moradores da Comunidade da Maré, outras cooperativas de reciclagem, grupos associativos da comunidade, cooperativa ONG ECOVIDA e Comlurb da Maré.

O conhecimento na área de cooperativismo por parte dos cooperados ocorreu através do livro “Ossos do Ofício”, publicado pela ITCP/COPPE/UFRJ em 1998. A opção pela formação da cooperativa ocorreu devido à facilidade do caráter organizativo e devido ao momento histórico de apoio e incentivos à formação de cooperativas.

7.7.5 Cooperativa de Prestação de Serviços em Informática, Artes Gráficas e Consultoria – DINAMICOOP

Ao entrar no processo de incubagem da ITCP/COPPE/UFRJ, a Dinamicoop contava com 26 membros, todos residentes no Morro dos Macacos, no bairro de Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro. Atualmente a cooperativa possuiu 39 cooperados.

Seus cooperados são oriundos da EIC coordenada pelo CDI, instalada no Morro dos Macacos desde 1996. Todos já trabalhavam como técnicos de informática, ganhando uma média de R\$300,00 por mês. O objetivo ao montar a Cooperativa foi o trabalho em conjunto e a possibilidade de poder prestar serviços às empresas.

A Cooperativa já se encontrava legalizada ao iniciar o processo de incubagem, porém apresentava problemas com seu CNPJ e alvará de funcionamento. Ao longo de 2004, os problemas foram resolvidos e hoje a cooperativa está regularizada. As reuniões da cooperativa

são realizadas quinzenalmente na sede da cooperativa localizada no Centro Comunitário Ceacá.

O gênero predominante no grupo é 75% composto por homens e 25% mulheres. Quanto às condições de trabalho, 80% dos cooperados são autônomos e 20 % fazem “bicos”. Com relação à escolaridade, 90% cursou o ensino médio e 10% fez o superior. Todos os membros da cooperativa já trabalham, em média, há quatro anos no setor de informática e todos fizeram curso profissionalizante. A faixa etária dos membros é de 90% entre 21 a 40 anos e 10% acima de 40 anos.

Os serviços prestados pela cooperativa englobam as seguintes áreas; informática, artes gráficas, consultoria financeira e consultoria contábil, entre outras. O grupo presta serviços na área de montagem e manutenção de micro-computadores – configuração e instalação – montagem e administração de redes, construção de *Web Sites*, treinamento em informática, arte gráfica e consultoria. A cooperativa também atua na comunidade através de atividades voltadas para o incentivo à leitura através de saraus poéticos e aulas de informática e cidadania, especialmente para crianças.

Como parcerias da cooperativa destacam-se o CDI, o CIEDS, a CDM e o Centro Educacional de Ação Comunitária da Criança e do Adolescente e Fundo Carioca. Já com relação ao conhecimento sobre cooperativismo, o grupo obteve conhecimento sobre cooperativismo através de um curso de cooperativismo oferecido pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

7.7.6 Colônia Z-10

O grupo, formado por cerca de trinta pescadores, conheceu a ITCP/COPPE/UFRJ através dos cursos do programa “Pesca Rio”. Os 30 pescadores vivem na Colônia dos Pescadores Z-10, na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio de Janeiro. Nasceram e foram criados na colônia que existe há 80 anos. A partir dos cursos do “Pesca Rio” oferecido pela Prefeitura em parceria com o IBAM decidiram transformar seu trabalho em uma cooperativa, montar

uma peixaria e vender sua produção diretamente ao consumidor final, eliminando assim o intermediário do processo.

O grupo trabalha com a pesca, reparo de materiais (redes e barcos), comercialização e beneficiamento do peixe e como clientes possuem a própria colônia, além de outros mercados de peixe, como a CEASA – Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A. Os cooperados pretendem, através desta atividade econômica, revitalizar a colônia e o comércio local, transportar a mercadoria, estocar, constituir um entreposto de pesca e montar um frigorífico.

O grupo atua na comunidade através da Associação de Moradores e através de esportes – como a capoeira – da organização comunitária, da dança e da música e do Projeto Siri na Lata em parceria com o Grupo Madruga.

A cooperativa possui como instituições parceiras o IBAM para os cursos de capacitação e financiamento da legalização da cooperativa e o Manguezal do Jequiá e a Prefeitura através do Programa Pesca Rio. Além destas parcerias, o grupo tem facilidade de estabelecer parceiros ligados ao transporte de peixes.

As reuniões da cooperativa ocorrem semanalmente na colônia dos pescadores. O grupo é dividido em 90% de homens e 10% mulheres. Com relação às condições de trabalho, 50% são membros com trabalho fixo e 50% fazem “bicos”.

Já a escolaridade, 70% fizeram o ensino fundamental e 30% cursaram o ensino médio. Todos os membros já trabalham no ramo em média há 15 anos e todos fizeram curso profissionalizante. A faixa etária do grupo é composta por 50% que possuem de 21 a 40 anos e 50% acima de 40 anos.

Os membros da cooperativa obtiveram conhecimento sobre cooperativismo em 1932, através da Fundação da Colônia e de uma cooperativa que não teve resultados positivos para a comunidade, desqualificando o cooperativismo para os pescadores. Após esta primeira impressão, a idéia foi revitalizada e esclarecida pela Prefeitura, IBAM e ITCP/COPPE/UFRJ.

A fim de facilitar a compreensão, a Tabela 7 a seguir apresenta de forma sintética o perfil das cooperativas que pertencem à amostra pesquisada:

Tabela 7 – Perfil das cooperativas estudadas

Cooperativas Estudadas	Setor de Atuação	Localização	Número de Cooperados	Escolaridade
1 – Pendocoop	Alimentação	Pendotiba (Niterói – RJ)	21	- Ensino Fundamental: 40% - Ensino Médio: 50% - Ensino Superior: 10%
2 – Coopama	Reciclagem	Jacarezinho (Niterói – RJ)	24	- Ensino Fundamental: 85% - Ensino Médio: 15% - Ensino Superior: 0%
3 – Coosturart	Costura artesanal	Santa Cruz (RJ)	39	- Ensino Fundamental: 80% - Ensino Médio: 20% - Ensino Superior: 0%
4 – Cootrabom	Reciclagem	Maré (RJ)	21	- Ensino Fundamental: 80% - Ensino Médio: 10% - Ensino Superior: 10%
5 – Dinamicoop	Informática	Vila Isabel (RJ)	26	- Ensino Fundamental: todos - Ensino Médio: 90% - Ensino Superior: 10%
1) Colônia Z-10	Pesca	Ilha do Governador (RJ)	30	- Ensino Fundamental: 70% - Ensino Médio: 30% - Ensino Superior: 0%

8. METODOLOGIA DA PESQUISA

Os tópicos seguintes buscam apresentar as referências teóricas que fundamentaram a escolha da estratégia de pesquisa adotada neste trabalho: o estudo de casos múltiplos, assim como a natureza e tipo da pesquisa, o universo envolvido e a amostra definida, os sujeitos pesquisados, os procedimentos de coleta e tratamento dos dados e as limitações desse estudo.

8.1 O ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS

Segundo Stake (1994) o estudo de caso refere-se a uma pesquisa das particularidades e complexidades de um caso específico, permitindo assim, compreender sua atividade dentro de um contexto. De acordo com o ponto de vista do autor, a decisão de seguir uma abordagem de estudo de caso não se refere a uma escolha metodológica, e sim, à seleção do objeto a ser estudado. Dessa forma, a estratégia de pesquisa emerge como consequência do caso escolhido e possui o objetivo de representar o objeto em si, de forma delimitada e particular.

Conforme com Stake (1994), os estudos de caso podem ser divididos de acordo com a seguinte tipologia: (i) intrínseco – com o propósito de melhor compreender o caso; (ii) instrumental – onde um caso particular é examinado para prover um entendimento maior da questão ou um refinamento da teoria; (iii) múltiplo – no qual um estudo instrumental é estendido a dois ou mais casos simples.

Eisenhardt (1989) ressalta que o estudo de caso favorece o entendimento das dinâmicas presentes em uma situação única, podendo desta forma, ser utilizado para atingir diferentes propósitos, tais como descrever fenômenos, testar teorias ou gerá-las. Segundo a autora, tal método possibilita o uso do “oportunismo controlado”, onde os pesquisadores tiram proveito das idiossincrasias de um caso específico e da emergência de novos temas para enriquecer a teoria resultante.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso contribui para o conhecimento do fenômeno organizacional e tem sido utilizado em pesquisa das mais diversas áreas, tais como administração, sociologia e psicologia. Segundo o autor, o estudo de caso permite ainda manter uma visão das características significativas de eventos, tais como processos organizacionais e gerenciais.

Yin (2005, p. 32) apresenta as características tecnicamente importantes do estudo de caso de duas maneiras:

“Um estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especial-

mente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Uma vez que o fenômeno e o contexto não são sempre discerníveis em situações da vida real, um conjunto inteiro de outras características técnicas, como a coleta de dados e as estratégias de análise de dados, tornam-se a segunda parte da definição técnica:

“A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, como dados precisando convergir (...), e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta de dados” (YIN, 2005, p. 33).

De acordo com Yin (2005), o estudo de caso possui cinco componentes essenciais, são elas: (a) as questões de pesquisa; (b) suas hipóteses ou proposições; (c) as unidades de análises; (d) a lógica que une os dados às proposições; (e) os critérios para interpretações das descobertas realizadas.

Um elemento fundamental na condução de um estudo de caso – e que deve ser feito antes da coleta dos dados - refere-se à escolha de se utilizar um caso único ou casos múltiplos no projeto de pesquisa (YIN, 2005). O autor ressalta que os casos únicos podem ser utilizados com o objetivo de verificar se as proposições de uma teoria estão corretas ou se outro conjunto alternativo de explicações pode ser mais relevante. Assim, como consequência, o estudo pode redirecionar futuras investigações na área pesquisada.

Na decisão pela utilização de casos múltiplos, de acordo com Yin (2005), busca-se minimizar as limitações metodológicas de um estudo de caso único, principalmente no que tange à capacidade de generalização das descobertas. Dessa forma, fortalecem as evidências encontradas através da utilização de replicações e como consequência, aumentam a confiança do estudo.

8.2 NATUREZA E TIPO DA PESQUISA

A pesquisa teve caráter qualitativo atribuído aos questionários e nas entrevistas, recomendado para se obter um entendimento do significado e da intencionalidade inerentes dos atos, relações e estruturas sociais. A abordagem foi fundamentalmente focada na busca pela confirmação ou não da hipótese levantada de que as cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE/UFRJ praticam o processo dialógico.

8.2.1 Quanto aos fins

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, uma vez que visa familiarizar-se com o fenômeno em estudo e busca proporcionar o seu entendimento. É também descritiva, já que tem o propósito de observar os fenômenos procurando descrevê-los e interpretá-los. É igualmente aplicada, pela necessidade de identificar a presença do processo dialógico nas cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE/UFRJ.

8.2.2 Quanto aos meios

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de casos múltiplos tendo como característica o emprego de qualificação, tanto no tratamento da informação como na coleta de dados. Para tanto, foi feita uma pesquisa de campo dividida em duas etapas: (i) aplicação de questionários⁵⁰; (ii) entrevistas abertas semi-estruturadas⁵¹.

Especificamente com relação às entrevistas, as mesmas foram gravadas e compreenderam as seguintes etapas:

1. Foi feito contato telefônico diretamente com as pessoas escolhidas para as entrevistas, mediante o qual foi dada uma explicação detalhada da pesquisa e o agendamento da reunião para as entrevistas;

⁵⁰ Anexo 4.

⁵¹ Anexo 2.

2. Entrevistas. A dinâmica da entrevista foi a seguinte: utilizaram-se perguntas abertas, semi-estruturadas. Durante a conversa, procurou-se aprofundar os principais pontos referentes ao processo dialógico na cooperativa em questão;
3. Transcrição das entrevistas.

O método utilizado na análise das entrevistas foi a análise de discurso. Conforme Gill (2003, p. 266):

“Uma análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e função do discurso. Os analistas de discurso tendem a ser pessoas mais humildes que não gostam de afirmações bombásticas, e nunca irão argumentar que sua maneira é a única maneira de ler um texto. Em uma análise final, a análise de discurso é uma interpretação, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado”.

Segundo a autora, a análise de discurso apresenta quatro características principais:

- Perspectiva crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão e um ceticismo com respeito à visão de que nossas observações do mundo nos revelam, sem problemas, sua natureza autêntica;
- O reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são históricas e culturalmente específicas e relativas;
- A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si, mas pelos processos sociais;
- O compromisso de explorar maneiras com o conhecimento – a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas – estão ligados às ações/práticas.

Dessa forma, a *“motivação da análise de discurso é dupla: as frases contam com elementos que não podem ser interpretados no nível da própria frase e a interpretação de um dado discurso não se reduz à soma das interpretações das frases que o compõe”* (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 44).

A análise de discurso foi feita através da criação de uma matriz⁵² que identificou os principais pontos abordados pelos entrevistados de todas as cooperativas pesquisadas e agrupou o discurso de acordo com tais aspectos. Como principais pontos, foram identificados:

1. Participação na cooperativa;
2. Interesse na cooperativa;
3. Coletivismo e Individualismo;
4. Conhecimento da definição de cooperativa;
5. Tomada de decisão;
6. Relação com a comunidade local;
7. Gargalos.

Também foi utilizada a coleta de dados através de dados secundários oferecidos pela ITCP/COPPE/UFRJ e bibliografias sugeridas acessíveis ao público em geral, tais como referências bibliográficas e documentais, livros e artigos de revistas especializadas no assunto.

8.3 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo englobou seis cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE/UFRJ, contemplando atores em posições gerenciais e cooperados sem cargos específicos com o objetivo de se obter um retrato mais confiável do funcionamento das mesmas.

A partir deste universo, e considerando a fase qualitativa da pesquisa, foi escolhida uma amostra de 14 cooperados: 6 cooperados responderam aos questionários; 9 cooperados responderam às entrevistas (no caso da cooperativa Coopama, o mesmo cooperado respondeu ao questionário e à entrevista). A amostra dos entrevistados ocorreu através do método não-probabilístico de amostragem por julgamento, no qual as pessoas são escolhidas pela relevância de suas informações (ALENCAR e GOMES, 1998 e BABBIE, 1999).

8.4 CRITÉRIO PARA COLETA DE DADOS

⁵² Anexo 3.

A coleta dos dados foi feita a partir do contato com a equipe de incubagem da ITCP/COPPE/UFRJ através de contatos pessoais, e-mail e telefonemas. Este contato possibilitou o acesso aos questionários aplicados pela equipe da ITCP/COPPE/UFRJ nas seis cooperativas incubadas escolhidas fornecendo os dados para a primeira etapa da pesquisa.

A fim de assegurar o direcionamento da pesquisa, sem, no entanto, impossibilitar o surgimento de novas idéias, abordagens e aspectos diferentes do que possam surgir ao longo do trabalho, a pesquisa dividiu-se nas seguintes etapas:

- Questionários estruturados com 135 perguntas (englobando perguntas abertas e fechadas), sendo 13 questões orientadas a obter indicadores que comprovem ou não a hipótese inicial;
- Entrevistas abertas, semi-estruturadas, mantendo uma linha básica de investigação em direção ao objeto da pesquisa, e também viabilizando ao entrevistado que construa sua visão livre sobre o tema;
- Levantamento bibliográfico relacionado com o tema, disponível inclusive na Internet.

8.5 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento e análise dos dados foram efetuados de forma qualitativa quanto à interpretação e opiniões obtidas nas perguntas dos questionários e nas questões abertas das entrevistas.

8.6 RESULTADOS METODOLÓGICOS

Os resultados metodológicos do estudo referem-se à pesquisa realizada com 14 cooperados pertencentes às cooperativas da amostra estudada. Para obtenção dos resultados foi aplicado como base primária um questionário com 135 questões. Este questionário foi respondido por 6 cooperados. Na segunda fase foram feitas entrevistas com 9 cooperados, no caso da cooperativa Coopama, o mesmo cooperado respondeu ao questionário e foi entrevistado.

As tabelas seguintes indicam as cooperativas que participaram da pesquisa, as pessoas que responderam aos questionários e às entrevistas e seus respectivos cargos:

Tabela 8 – Aplicação dos Questionários

	Coosturart	Dinamicoop	Coopama	Pendocoop	Z-10	Cootrabom
Entrevistado	Claudia Pereira de Siqueira	Leandro Farias do Nascimento	Luiz Carlos Fernandes	Joaquim Jorge da Silva	Alberto Augusto Pereira	Luiz Carlos Santiago
Cargo	Presidente	Presidente	Presidente	Presidente	Presidente	Presidente

Tabela 9 – Aplicação das Entrevistas

	Coosturart	Dinamicoop	Coopama	Pendocoop	Z-10	Cootrabom
Entrevistado 1	Washington da Silva Colino	Arnaldo Alves Cardoso	Luiz Carlos Fernandes	Cremildo Santana Gomoos	José Luiz Silva Leonez	Maria Aparecida da Silva Santos
Cargo 1	Sem cargo específico	Diretor Administrativo	Diretor Presidente	Diretor Financeiro	Diretor Financeiro Administrativo	Conselheira Fiscal
Entrevistado 2				Maria da Glória Silva da Silva		Sebastiana da Silva Santos Eugênia
Cargo 2				Secretária		Diretora de Finanças
Entrevistado 3				Carlos Alberto Vicente		
Cargo 3				Diretor Administrativo		

A aplicação das entrevistas teve como finalidade complementar e validar ou não as informações apuradas através dos questionários além de acrescentar novos dados à pesquisa. A partir da coleta dos dados através dos questionários, os seguintes resultados foram obtidos:

- 173 páginas para serem analisadas contendo os dados referentes às 135 questões;
- 78 questões específicas (selecionadas a partir das 135 perguntas) relacionadas diretamente à hipótese para serem analisadas.

Com relação aos resultados metodológicos referentes às entrevistas, apresentam-se os seguintes pontos:

- 2 horas e 45 minutos de fita K-7 para serem transcritas e analisadas;
- 60 páginas referentes à transcrição das entrevistas para análise.

A partir destes resultados metodológicos obtidos, foi possível a elaboração da análise aprofundada do estudo utilizando os alicerces teóricos apresentados e os respectivos casos práticos.

8.7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Com relação às limitações do estudo, alguns pontos podem ser identificados:

- A literatura consultada sobre o tema específico é pouco dirigida às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares;
- Existência de poucos trabalhos acadêmicos realizados neste campo de estudo;
- O tema ainda encontra-se em fase de “nascimento” no contexto da realidade brasileira, poucos casos de economia solidária (*strictu-sensu*) são encontrados;
- O tempo disponibilizado para a pesquisa, comprometendo maiores análises e aprofundamentos;
- A coleta de dados relacionada aos questionários foi feita exclusivamente com os presidentes das cooperativas analisadas, possibilitando a influência de tal fato nas respostas oferecidas pelos mesmos.

Já com relação às limitações do método de pesquisa utilizado, ressaltam-se os seguintes aspectos:

- Impossibilidade de entrevistar todos os cooperados das 6 cooperativas pesquisadas;
- Possível parcialidade nas respostas oferecidas pelos diretores e presidentes das cooperativas, o depoimento das pessoas poderá conter “sentimentos” em relação à experiência de cada uma (um aprofundamento na pesquisa via entrevista poderá minimizar esse efeito);
- Impossibilidade de visitar todas as cooperativas devido à questão geográfica.

9. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa proporcionou a identificação de alguns pontos similares presentes nas cooperativas estudadas. Convém lembrar que o presente estudo não apresenta como proposta a comparação das mesmas e sim, conclusões que corroborem ou não com a sua hipótese norteadora.

Com este objetivo foi possível salientar, a partir dos dados primários e secundários obtidos, sete aspectos que contribuíram para a análise deste trabalho e funcionaram como variáveis norteadoras, são eles:

- (i) conhecimento da definição de cooperativa;
- (ii) participação na cooperativa;
- (iii) interesse na cooperativa;
- (iv) coletivismo e individualismo;
- (v) tomada de decisão;
- vi) relação com a comunidade local;
- (vii) gargalos.

(i) Conhecimento da Definição de Cooperativa

O primeiro aspecto que será analisado refere-se ao conhecimento da definição de cooperativa. São os próprios entrevistados que fornecem dois pontos de vista com relação a este aspecto. De um lado, alguns entrevistados definem a cooperativa como uma organização composta por um grupo de pessoas e com objetivos comuns, na qual todos os cooperados são responsáveis pelo seu funcionamento:

“a cooperativa é o coletivo, tudo é voltado pro coletivo, pela visão da maioria”.

“todo mundo é dono, né, no caso, não tem patrão, no caso, todo mundo é responsável, pelo lucro ou pelo prejuízo, no caso participando direto”.

Porém, de fato, um grande número de cooperados ao definir a cooperativa refere-se, espontaneamente, à forma de funcionamento empresarial e a enxerga como um ‘negócio’:

“(...) a cooperativa (...) é uma empresa”.

“todos têm que buscar as soluções e usufruir do sucesso, da empresa, no caso da cooperativa”.

“a cooperativa é um negócio das pessoas todas”.

“é empresa, não deixa de ser empresa”.

“a cooperativa é claro como o próprio nome diz, uma pessoa se juntar a outros que trabalhem dentro da mesma atividade, ou do mesmo ramo,

no mesmo segmento, se juntar e formar uma empresa, porque é tratado como uma empresa”.

“Eles [os cooperados] não tão entendendo ainda, eles pensam que é assim, que cooperativa é uma firma, ‘quando é que nós vamo começar a trabalhar’, ‘eu preciso ganhar dinheiro, tô com o meu filho doente’, entendeu? eles não tão entendendo ainda, (...) eles não tão sabendo separar o que é uma firma e o que é uma cooperativa”.

A idéia que é apresentada nestas citações está presente na maior parte das cooperativas estudadas – podendo ser constatada ao longo de toda a análise – e reforça o fato da cooperativa ser vista como uma empresa capitalista. As citações seguintes confirmam esta perspectiva:

“eles ainda estão com aquilo na cabeça de patrão”.

“uns acham que é ir lá trabalha, receber o dinheiro, só” .

A partir dos discursos apresentados, observa-se que este tipo de mentalidade compromete de forma drástica o funcionamento da cooperativa, pois traz conseqüências diretas no envolvimento dos cooperados, na sua participação e nas tomadas de decisões.

Para a melhor compreensão das duas definições apresentadas pelos cooperados no âmbito da cooperativa, faz-se necessário a leitura de alguns trechos citados pelos entrevistados que identificam a justificativa para a sua formação:

“[a cooperativa] é um grupo de pessoas onde não, não conseguem ingressar no mercado novamente e que procuram outra fonte de renda, a cooperativa eu entendo como essa segunda fonte de, a segunda opção praticamente de todos”.

“uma cooperativa pra mim é, são as pessoas, é um fruto das pessoas com o único objetivo de trabalhar, é pra formar um, um grupo de trabalho onde é, é o objetivo é estar gerando renda”.

“é um grupo de pessoas, buscando é, trabalho e renda, nos dias atuais onde o mercado tá muito escasso”.

“é um grupo de pessoas que trabalham, né juntos, né, com o mesmo objetivo, principalmente hoje conforme tá o mercado, né, muito competi-

vo, ou seja, trabalha só um produto, eu e meus companheiros com o objetivo de chegá e tê renda, sobreviver no caso”.

“eles [alguns cooperados] pensam que é uma firma, e exige alguma coisa que não tá dentro do padrão da cooperativa”.

Ao examinar o conteúdo destes trechos, observa-se que a formação da cooperativa é tida como uma solução para a questão do desemprego, ou seja, muitos dos cooperados que não possuíam emprego se uniram e identificaram na cooperativa uma saída para solucionar o problema relativo à geração de renda.

Assim, de acordo com um entrevistado, *“é como se hoje o mercado te obrigasse até a tomar uma certa solução rápida devido à situação”*, que neste caso é a formação de uma cooperativa, *“uma oportunidade melhor de trabalho, pra cada uma, uma coisa fixa, uma coisa firme que pudéssemos ficar mais tranquilos”*.

A partir deste contexto, torna-se inevitável que alguns cooperados ingressem nas cooperativas desconhecendo seu significado, assim como os direitos e deveres de um cooperado, buscando um retorno financeiro imediato sem que seja necessário um comprometimento maior com a cooperativa:

“Eu creio que tem pessoas que estão até, nesse início de trabalho, porque não tem uma idéia do que é sê um cooperado e buscam talvez o lucro imediato, não sei, tão buscando um negócio com rentabilidade imediata, não é um trabalho conjunto, pelo o que eu tô nesses dois meses assistindo, tendo oportunidade de ver, né, eu não vejo muito interesse de algumas pessoas não”.

“os antigos [cooperados] já saíram porque as pessoas querem resultado imediato, não acontece um resultado imediato e muitas pessoas entram achando que já vai ganhar dinheiro, e quando vê que ainda existe a parte burocrática, aí, aí vê que ainda tem a coisa burocrática pra se organizar e estruturar, aí não tem paciência aí sai”.

Porém, alguns entrevistados sabem qual é o seu papel na cooperativa, e sabem que *“o cooperado tem seus deveres, seus direitos”* e que sua função na cooperativa *“é participar é, é*

ter visão de grupo, é auxiliar o outro quando precisa pro entendimento”. Para a grande parte que compõe este grupo, o “cooperativismo é um caminho pra liberdade”, e não somente uma alternativa ao desemprego.

A partir dos trechos apresentados anteriormente, é possível identificar que o conhecimento a respeito das cooperativas e da função do cooperado refletirá diretamente na participação dos mesmos em assembléias gerais ou em eventuais reuniões. A definição clara a respeito do conceito de cooperativa e dos direitos e deveres de quem a compõe ocasionarão maior ou menor nível de participação dos cooperados nos espaços públicos criados. De fato, a maioria dos entrevistados exprime a importância desta participação:

“(...) as pessoas têm que participar, elas têm de administrar juntos, cada uma saber da sua responsabilidade dentro do grupo, cada um pegar pra si o que tem que fazer e resolver e participar a todos o que tá fazendo, pra que todos tenham idéia do que tá acontecendo no, na empresa que na verdade é todos, né”.

(ii) Participação na Cooperativa

Mesmo com a importância atribuída à participação dos cooperados nos espaços públicos, constatou-se, ao longo das entrevistas, que a participação dos cooperados em algumas cooperativas pesquisadas mantêm-se num nível médio de 50%:

“no meu ponto de vista são 50% [que participam nas assembléias]”.

“uma parte dela [da cooperativa] frequenta [as assembléias] uma parte não, algumas pessoas, essa parte que não frequenta, acredito que umas porque não tenham interesse, não querem, como você perguntou anteriormente, interesse por conhecer nada, estão ali simplesmente esperando um resultado das outras pessoas”.

“olha, não vou te dizer que seja fácil juntar essa turma não. Não é fácil você juntar, né, o cooperado, o que tem perfil empreendedor, aqueles que gostariam de ter sua empresa e ter controle dela eles vão pras assembléias, e não é a grande maioria”.

“é menos, é menos [do que 50% que participa das assembleias]. A grande maioria, é porque a situação mundial, não vou dizer aqui no país porque o problema não é só no Brasil, as pessoas tão preocupadas com o emprego, elas querem um local pra produzir o seu sustento, elas não querem nem saber se elas tem o perfil empreendedor e se podem tocar o seu próprio negócio”.

Tal fato pode ser constatado também através de outras citações que corroboram para a realidade apresentada anteriormente:

“Só quem comparece mesmo é o presidente, o vice-presidente, eu, minha irmã, comparece deste vinte e um que tem na ata, só comparece mesmo acho que cinco ou seis. O resto tudo são pessoas que entraram agora, ainda não deram nada de contraparte, e todos da cooperativa aceita”.

“Oh, tá sendo uma base de 50% [que participam das assembleias]. Inclusive tem alguns dos nossos cooperados, né, fundadores, que tem faltado muito (...) e tem muitos que tem há meses, não participam, não tem interesse. Então eu creio que a metade é que está presente”.

O fato de ser constantemente mencionada a importância da participação dos cooperados nas assembleias e reuniões, não impede que muitos cooperados estejam ausentes:

“toda vez que tem alguma coisa a gente não pode decidir sozinho. Então quando se coloca dessa forma reunião, reunião, reunião, a gente sempre esbarra em alguns empecilhos que eles [os cooperados] colocam”.

“Infelizmente, mesmo convocados com bastante antecedência, foi assim massificado isso que todos têm que ir mas nem todos apareceram”.

Porém, em outros casos, os entrevistados mencionaram que *“não são todos [que participam das assembleias gerais]. Mas, mais da metade participa quando tem”*. Quando não se trata de casos como estes, no qual mais da metade dos cooperados participa, alguns cooperados recorrem a mecanismos de sensibilização, para aumentar dessa forma o número de participantes nas assembleias e reuniões:

*“a gente procura, mexe às vezes até com o emocional da pessoa, aqueles que são menos assíduos, ‘pô, só uma vez? pô, aí depois não vai ter outra, você não vai participar, não vai saber, vai ficar desinformado”.
“mesmo sendo de cooperativas, onde todos são empresários, poucos vão nas assembleias, aí tem a primeira, a segunda, a terceira chamada, né, e aí tem que ir, não tem conversa”.*

(iii) Interesse na Cooperativa

O interesse dos cooperados e seu perfil de atuação na cooperativa são fatores que interferem diretamente no seu funcionamento. O número de cooperados que estão presentes nas assembleias retrata de forma legítima se os assuntos nestes espaços discutidos fazem parte ou não dos interesses de cada um e se os mesmos estão ou não envolvidos com as questões que envolvem as cooperativas.

Como pode-se observar de acordo com as citações apresentadas anteriormente, a maior parte das cooperativas possui um número relativamente pequeno de cooperados nas assembleias e reuniões que são organizadas. Como principal causa para esta situação, um entrevistado aponta:

“tem que tá numa cooperativa as pessoas empreendedoras, aquelas pessoas que gostam ou se acostumaram a trabalhar pra alguém, vamos dizer assim, ter carteira assinada, né, gostam de acordar de manhã, vão lá batem seu cartão, a tarde cabo, bate de novo, volta pra casa, responsabilidade com a produtividade, onde é que vai escoar, quem é que vai vender, isso não importa. Então essas pessoas eu acho que não deveria entrar na cooperativa, então ela não tem o espírito empreendedor, eu acho que cooperativa é só pra empreendedores. Há pessoas que tem vontade de montar seu próprio negócio, se libertar, né”.

Tal depoimento apresenta de forma crítica a mentalidade de patrão – a diretoria – e empregado – o cooperado sem cargo específico – existente na maioria das cooperativas pesquisadas, como reafirma outro diretor:

“Eu acho que muitos estão nessa atividade porque nunca tiveram oportunidade por outros caminhos. Que se acostumou com aquilo. Na pró-

pria cooperativa, não querem se importar muito com as atividades de organização, querem chegar lá, sair de manhã, vou pego, entrego, vejo, metade é nosso e tchau. Por exemplo, reunião, tem reunião na ITCP, tem reunião na Prefeitura, ‘ah, pelo amor de Deus, é pra você isso aí’, é o tipo de mentalidade da carteira assinada”.

(iv) Coletivismo e Individualismo

Em relação aos interesses defendidos nas cooperativas, observa-se que, em cerca da metade dos cooperados, prevalecem os interesses coletivos em detrimento dos individuais. Esta perspectiva permite ressaltar que, apesar de possuir uma parcela de cooperados que buscou a cooperativa para a obtenção de uma fonte de renda tendo como foco inicial interesses particulares, a outra metade dos cooperados busca, através da defesa dos interesses coletivos, alcançar seus objetivos individuais, dessa forma, alguns cooperados declaram:

“[Interesse] individual acho que fica por conta dessas pessoas que não estão nem participando nem estudando e que tão sempre com essa desculpa que, sempre tendo uma desculpa pra não tá participando, que tem isso, que tem aquilo,... então essas pessoas aí que eu acho que têm interesse que, eles tão agindo com interesse próprio, esperando aonde vai chegar, como se diz, aonde vai chegar isso aí pra vê se a gente entra, se vai ou se sai”.

“individualmente você não consegue nada, mas só no coletivo”.

“sempre usamos a palavra ‘vamos fazer’, ‘temos que estar juntos’, ‘vamos nos unir’, quer dizer então é sempre colocado que a união é importante, é fundamental”.

(v) Tomada de Decisão

Outro aspecto refere-se às tomadas de decisões nas cooperativas. De acordo com os dados obtidos foi possível constatar que a forma através da qual os cooperados estipulam as diretrizes e traçam os rumos da cooperativa é praticamente igual em todas elas. De maneira similar, todas as cooperativas comunicam aos cooperados, seja através de telefonemas, cartas ou cartazes expostos, os dias nos quais ocorrerão as reuniões e assembléias e as pautas destes encontros. Nestes locais públicos, são levantados os pontos estipulados na pauta e, a partir desta etapa, as opiniões são colocadas. Caso ocorram divergências de pontos-de-vista

– não interessando que cargo ocupa o cooperado que o esteja levantando – que não sejam solucionadas através do debate, como último recurso é feita uma votação, na qual prevalecerá o argumento apoiado pela maioria dos cooperados:

“os debates são argumentados, é bem debatido mesmo”.

“cada um vai falando, não é um que, que manda pronto e acabou. Sempre tem um que, sempre tem, o grupo tem que compartilhar, e lá a gente é bem aberta a isso”.

“independentemente disso [de ser membro da diretoria], todos têm, é, a mesma força. (...) a diretoria, nós não somos patrões, nós somos iguais, batalhar por aquilo ali pra fazer o melhor”.

“Ah, eu não concordo, eu não concordo, eu concordo, esse grupo aqui é maioria, esse grupo é a decisão fica por esse grupo que é a maioria, é um voto. Não tem essa ‘ah, mas ele é o presidente’ não, não existe isso”.

“se alguém concorda com aquilo ali, ou discorda, vai colocar a sua situação pra depois (...) tem temas que é vinte minutos ali ‘ah, mas eu não concordo, mas eu não quero assim’”.

Outros cooperados acrescentam:

“você tem cinco pessoas, um exemplo, cinco pessoas, se três ou quatro diz sim, um diz não, geralmente a maior parte venceu. Então temos que ir pela maior parte, né, pela decisão maior”.

“todos levantam as opiniões, levanta e é analisado, se é preciso votar também votam”.

“as pessoas normalmente opinam, sempre tem aquele grupo com relação a preço que conhece mais um pouquinho do que o outro”.

“(...) mas sempre as decisões são dessa forma, abrangendo o máximo de cooperados possível”.

De acordo com as análises apresentadas anteriormente, constatou-se em algumas cooperativas que diversos cooperados ainda as enxergavam como uma empresa capitalista e, devido a este fato, se comportavam como empregados não interferindo em seu processo decisório e não atuando como agentes capazes de proporcionar modificações no processo interno

e interferir nas decisões tomadas. Em função desta mentalidade, observou-se que tais cooperados não compareciam aos espaços públicos oferecidos, pois não percebiam a importância de sua interferência nas decisões e não identificavam o seu verdadeiro papel como cooperados nas cooperativas.

A ausência deste grupo nestes espaços públicos propicia ao grupo de cooperados presentes nestes encontros uma certa cumplicidade, já que muitas vezes, e como os próprios cooperados mencionaram em suas citações, são sempre as mesmas pessoas que comparecem. Neste caso, é possível identificar em todas as cooperativas estudadas e afirmar que, com relação aos cooperados presentes nas assembleias e nas reuniões, subordinados e superiores hierárquicos, administrados e administradores se apresentam uns frente aos outros com pretensões de validade que podem ser reconhecidas ou postas em questão, fazendo com que as tomadas de decisão sejam consequência de um processo que busca o entendimento entre os agentes sociais envolvidos.

Observou-se, também, como os próprios depoimentos demonstram, que o nível de participação dos cooperados nos espaços públicos criados para as tomadas de decisões é relativamente pequeno, alcançando uma média de até 50% de presença na grande parte das cooperativas analisadas. Porém, com relação aos cooperados que estão presentes nestes espaços, comparecendo nas assembleias e nas reuniões que são organizadas, observou-se um enorme envolvimento com os temas abordados e um enorme interesse com os temas relacionados à cooperativa.

Dessa forma, a partir do contexto apresentado, pode-se constatar que não são todos os cooperados que são atuantes na cooperativa, já que muitos não possuem conhecimento da sua função dentro desta organização, ocasionando um nível baixo de participação nas assembleias e reuniões. Todavia, ao mesmo tempo, um grupo minoritário que está presente nos espaços públicos criados tem conhecimento da sua função na cooperativa e da importância de sua participação. Tal fato reverte-se na participação assídua desta minoria e nos debates que ocorrem a partir de decisões que devem ser tomadas pelos cooperados. Dessa forma, as mesmas pessoas comparecem sempre às assembleias e reuniões, e, nestes espaços compostos por esses grupos conscientes de seu papel na cooperativa, ocorrem debates e buscas de soluções em conjunto visando objetivos comuns e o benefício da cooperativa.

(vi) Relação com a Comunidade Local

Outro aspecto identificado em algumas cooperativas refere-se à sua inserção na comunidade e aos projetos que desenvolvem com o objetivo de proporcionar a interação com aquele local e seu desenvolvimento econômico e social, como mostra o exemplo de uma cooperativa criada com o objetivo de absorver jovens de uma comunidade de baixo desenvolvimento econômico:

“a cooperativa é de jovens mas com o potencial muito grande, que muitas vezes o mercado, ele não absorve pela questão social, ‘ah, mora no morro, é bandido’, é mais ou menos isso que acontece”.

“todos sabem que a área da Maré é uma área muito falada, tem muita coisa ruim mas tem muita coisa boa também que as pessoas não têm conhecimento”.

“a gente tem muito esse, esse cunho social com a comunidade, naquilo que nós pudermos, porque a absorção desses cooperados vai ser da, do morro, nós não podemos, podemos até absorver alguém que tenha potencial que seria de fora, mas o ideal, e o que a gente tá procurando, são as pessoas que moram lá, que participam daquele, é, daquele local, daquele momento de vida, pra não ser simplesmente num futuro mais um na violência. Que a gente tenta trazer eles pra uma visão mais ampla, não aquele mundinho, é um mundo muito pequeno que a gente vive lá, mas que tem horizontes pra gente alcançar”.

Outro fato notório refere-se ao perfil de pessoas que compõem as seis cooperativas pesquisadas. Grande parte dos cooperados eram pessoas desempregadas quando a cooperativa foi inicialmente criada, talvez este fato nos leve a entender a sua perspectiva em tentar buscar na cooperativa a solução para seus problemas econômicos. Porém, um ponto deve ser ressaltado, pois foi observado em toda a amostra, para essas pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa proporciona um resgate da cidadania na medida que melhora a auto-estima dos seus integrantes e os re-inserem numa realidade na qual o desemprego traz como consequência direta a exclusão social e a marginalização. Assim, novos horizontes são abertos e uma nova identidade social é conferida a estes atores.

(vii) Gargalos

Na finalização da análise dos dados, pôde ser constatado alguns gargalos vivenciados pelas cooperativas pesquisadas. Tais gargalos referem-se principalmente à:

1) Ausência de políticas públicas na área de cooperativismo:

“até mesmo o governo ainda não tem leis definidas, vamos dizer assim, pra essa questão então tem a que tá sempre buscando informação entendeu, todos os setores, quem quiser pra poder a gente entender mais do funcionamento”.

2) Falta de capital:

“[a cooperativa] não consegue se manter, por falta de capital, por falta dessa possibilidade econômica, pode ter até o entusiasmo mas acaba se perdendo com essa dificuldade financeira”.

3) Corrupção associada à formação de cooperativas:

“A diretora administrativa que acabava, infelizmente, ela fazia um abuso assim de poder, então é por isso, as pessoas viam desse jeito, por talvez serem menos esclarecidas ou temerosas por causa de trabalho, então, havia esse mal, essa, esse medo deles acharem ‘ah, é patrão, vou perder o trabalho’, de jeito nenhum, até o momento que se entendeu, nós fizemos entender”.

“A grande parte que forma cooperativa por aí, por não ser todos empreendedores na cooperativa, fica realmente aquela diretoria fechada ninguém sabe de nada, eles vão comendo mesmo o dinheiro, aí acaba o quê, manchando né a imagem de cooperativismo”.

4) Baixa escolaridade dos cooperados:

“um aumento de escolaridade, que é pras pessoas terem mais conhecimento é, das coisas, do cooperativismo e dos seus direitos pra que isso

não venha se tornar aquela coisa que já foi colocada, menos esclarecidas, tem a direção que geralmente são as pessoas mais esclarecidas, é, tem a escolaridade maior, não coloque da forma como 'patrão-empregado', pra que,... o cooperado acaba vendo dessa forma, né, 'a porque o cara tem nível superior, ele administra isso aqui', então vai ser sempre cria essa forma, administração é superior que o cooperado, então eu tenho só que responder como empregado".

5) Altos impostos:

"só que os impostos em cima da cooperativa, são os mesmos em cima de uma empresa, aí começa aquele problema de novo, se eu não pago atravessador eu começo a vender, mas a incidência de impostos é tão grande que você passa a vender o mesmo preço que o atravessador vendia, é um círculo que você não consegue escapar dele".

6) Entraves burocráticos:

"você não tem o quê? título de propriedade, e pra você ter uma inscrição estadual pra poder emitir nota fiscal, você tem que ter título de propriedade, aí você é obrigado, eu acho que é obrigado a burlar a lei, você botou a sua sede num local que não tem nada a ver com a cooperativa, porque você precisa de quê? De título de propriedade. Tão atrelando ao homem o direito que ele tem de trabalhar a que ele tenha que ter terra".

"mas é muita dificuldade, as cooperativas todas elas tem muitas dificuldades, principalmente essa, de título de propriedade pra você ter sua sede pra poder emitir nota fiscal".

Tais gargalos corroboram para dois fatores já apresentados por Paul Singer (2004), em capítulos anteriores, nos quais o autor aponta que a maioria das cooperativas sobrevive por anos, apesar da extrema debilidade do que ele chama de bases de sustentação e a maioria das cooperativas ainda depende muito do apoio das entidades que continuam acompanhando, tais como incubadoras de cooperativas.

Com o objetivo de apresentar de forma sintética os resultados obtidos na análise de dados, a Tabela 10 retrata os seguintes aspectos:

Tabela 10 – Resultados encontrados

Variáveis Norteadoras	Como deveria ser (perspectiva ideal)⁵³	Como é (perspectiva prática da amostra)
(i) Conhecimento da Definição de Cooperativa	Conhecimento do conceito de cooperativa por parte de todos os cooperados.	Existência de dois grupos: Grupo 1 – Possui conhecimento da definição, assim como de seus direitos e deveres como cooperados; Grupo 2 – Desconhece o conceito e enxerga a cooperativa como uma empresa capitalista.
(ii) Participação na Cooperativa	Participação dos cooperados nos espaços públicos criados.	Nível de participação mantendo-se num nível médio de 50%.
(iii) Interesse na Cooperativa	Interesse constante dos cooperados nos assuntos referentes à cooperativa.	Número relativamente pequeno de cooperados nas assembleias e reuniões que são organizadas. Pouco interesse por parte dos cooperados.
(iv) Coletivismo e Individualismo	Interesses coletivos predominam e convergem com interesses individuais dos cooperados.	Existência de dois grupos: Grupo 1 – Predominância dos interesses individuais em detrimento dos coletivos; Grupo 2 – Fins individuais sob a condição de que seus respectivos planos de ação sejam convergentes com a base de uma definição de ação compartilhada.
(v) Tomada de Decisão	Envolvimento de todos	Tomada de decisão mediada pelo

⁵³ De acordo com o referencial teórico apresentado nos capítulos 3 e 4.

	os cooperados através do processo dialógico.	diálogo entre alguns agentes sociais do processo e funcionamento da linguagem como um meio para se alcançar um tipo de processo de entendimento entre estes agentes.
(vi) Relação com a Comunidade Local	Envolvimento da cooperativa no desenvolvimento sócio-econômico da comunidade na qual está inserida.	Existência de alguns projetos sociais e preocupação de buscar o desenvolvimento econômico e social da comunidade.
(vii) Gargalos	Inexistência de gargalos ou auxílio das esferas pública e privada na solução dos mesmos.	Auxílio insuficiente oferecido pela Incubadora e pelas esferas pública e privada, propiciando o aparecimento dos seguintes gargalos: <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de políticas públicas na área de cooperativismo; - Falta de capital; - Corrupção associada à formação de cooperativas; - Baixa escolaridade dos cooperados; - Altos impostos; - Entraves burocráticos.

É interessante notar que os gargalos apresentados referem-se a problemas comuns entre todas as cooperativas analisadas. Dessa forma, enfatiza-se a importância da busca de soluções em conjunto para que o caminho a ser percorrido não seja tão longo, e se possa solucionar tais gargalos rapidamente através da união dos atores.

10. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo apresenta as conclusões sobre a pesquisa realizada e também as recomendações sugeridas para a realização de futuros trabalhos assim como a busca de soluções para os gargalos apresentados.

10.1 CONCLUSÕES

Numa época caracterizada por uma crise de amplo espectro, é de suma importância resgatar o papel que as ciências sociais aplicadas desempenha tanto em diagnosticar as causas reais da crise quanto em repensar novas teorias organizacionais e novas práticas sociais.

Levando-se em consideração as teorias organizacionais, o diagnóstico da crise e o repensar de novas práticas sociais podem abrir diversos caminhos, entre eles o caminho que nos leva à abordagem do tema da racionalidade.

A escolha por esse caminho proporciona o questionamento de um dos argumentos mais utilizados pelas práticas sociais da “gestão moderna”, qual seja: a busca da racionalidade como meio de se atingir a eficiência e eficácia administrativa. Dessa forma, aprofundar o debate referente à racionalidade atinge o âmago das questões presentes na atualidade.

Com esse intuito, o presente estudo buscou se apoiar nos alicerces teóricos referentes ao conceito de racionalidade utilizando como diretriz a complementaridade entre a abordagem substantiva das organizações, elaborada por Guerreiro Ramos e a teoria da ação comunicativa, estabelecida por Jürgen Habermas, a fim de fornecer uma contribuição ao tema e proporcionar a sua análise à luz da prática administrativa das cooperativas estudadas.

Através da complementaridade entre a abordagem substantiva da organização e a teoria da ação comunicativa é possível apontar uma direção para que a proposta de Guerreiro Ramos seja conduzida ao campo da ação. Através da ação comunicativa torna-se possível a implementação da racionalidade substantiva organizacional.

Levando-se em consideração a amostra pesquisada, pôde-se observar que a ação comunicativa presente nas tomadas de decisões das cooperativas proporcionava a implementação da

racionalidade substantiva da organização, propiciando assim a emancipação do sujeito e sua liberdade.

Utilizando-se como diretriz a hipótese deste trabalho e os dados primários e secundários obtidos, foi possível observar que apesar de existir um número relativamente pequeno – em média a metade – de cooperados presentes nas assembleias gerais e reuniões, fato constatado na maioria das cooperativas analisadas, os cooperados presentes nos espaços públicos criados para as tomadas de decisões demonstram que as mesmas são mediadas por meio do diálogo entre os agentes sociais do processo e que a linguagem funciona como um meio para se alcançar um tipo de processo de entendimento, corroborando desta forma para a confirmação parcial da hipótese levantada (já que não são todos os cooperados presentes nestes espaços públicos).

Ao longo das entrevistas realizadas pôde-se observar que nos espaços públicos proporcionados para as discussões referentes às questões das cooperativas a linguagem funciona como um meio para o entendimento do grupo, ao entenderem-se entre si para organizar suas ações, os cooperados perseguem cada um determinada meta. Através da linguagem, os cooperados apresentam uns frente aos outros seus argumentos que são reconhecidos ou postos em questão, abrindo espaço para novas discussões e consensos.

Dessa forma, os cooperados procuram, através do entendimento, coordenar de comum acordo seus planos de ação e conseqüentemente, suas ações individuais. Tal fato não se traduz num cálculo egocêntrico – talvez este ocorra com os cooperados que não participam destes espaços para discussões – mas sim na busca que seus fins individuais possam harmonizar-se através de uma situação compartilhada.

A partir deste contexto, a razão é implementada socialmente através de um processo de interação dialógica entre os atores envolvidos na situação vivenciada pelos cooperados presentes. Dessa forma, o que se propicia é um processo dialógico, intersubjetivo, no qual os cooperados buscam através da exposição de argumentos fundados, o consenso possível. Vale ressaltar que este processo de decisão requer uma estrutura democrática que necessariamente deve superar eventuais problemas de comunicação causados, por exemplo, pela timidez e pela omissão por parte dos cooperados. Tais problemas devem ser superados tan-

to no ambiente interno quanto no ambiente externo, pois se faz necessário que a cooperativa se comunique com clientes externos e outras organizações sociais.

Assim, o processo dialógico existente nestes espaços públicos e o debate racional que ocorre nas assembléias e reuniões propiciam aos cooperados conduzir sua vida pessoal na direção da auto-realização, contrabalançando essa busca da emancipação e da auto-realização com o alicerce da satisfação social, ou seja, considerando também o direito dos outros cooperados de fazê-lo.

Dessa forma, pode-se considerar a ação comunicativa como uma ferramenta prática para a implementação de uma racionalidade substantiva da organização, como apresentado nas práticas sociais presentes nas cooperativas analisadas.

Torna-se possível apontar a cooperativa *stricto-sensu* como uma organização que proporciona uma prática social que corrobora para a implementação da ação comunicativa e que traz como consequência a racionalidade substantiva da organização em prol da emancipação do homem no espaço social do trabalho. Soma-se a este fato, a possibilidade que a mesma oferece para o início de pequenas ‘revoluções locais’ que buscam não só o enfrentamento do desemprego e da exclusão social a partir da qualificação social e profissional mas também a mudança do relacionamento inter e intrapessoal, fazendo com que a cooperativa represente um modelo de organização democrática e igualitária, na qual é proporcionado o espaço para o processo dialógico contrastando assim com modelos autoritários e hierárquicos, tão presentes na nossa sociedade atualmente.

10.2 RECOMENDAÇÕES

A partir do contexto apresentado e levando-se em consideração os gargalos apresentados pelas cooperativas: (i) ausência de políticas públicas na área de cooperativismo; (ii) falta de capital; (iii) corrupção associada à formação de cooperativas; (iv) baixa escolaridade dos cooperados; (v) altos impostos; (vi) entraves burocráticos, é possível tecer futuras recomendações.

Os desafios postos às cooperativas populares para manter uma receita que garanta renda e ganhos permanentes, exigem a institucionalização de políticas públicas e de um tratamento

diferenciado por parte dos órgãos e agentes governamentais, assim como um tratamento tributário adequado aos limites próprios das cooperativas populares. Faz-se necessário a implementação de uma política pública e regulamentações direcionadas à lei das cooperativas que proporcionem às mesmas viabilidade econômica inibindo dessa forma entraves burocráticos e tributações inviáveis.

A transparência na gestão das cooperativas pode ser fator decisivo para o seu sucesso e também para desassociar práticas corruptas ao cooperativismo. Assim, podem ser estipuladas através de debates e consensos, práticas regulamentárias e transparentes para o processo administrativo das cooperativas, tais como balanços patrimoniais.

A capacitação dos membros que compõem as cooperativas e a formação de quadros especializados parecem ser imprescindíveis para sua sobrevivência. Tal formação deve ir além das oferecidas por incubadoras, como no exemplo dos casos estudados, durante o processo de incubação proporcionando novos espaços de articulação abertos a novas demandas. Para tanto, podem ser realizadas capacitações através de um trabalho em parceria com instituições e órgãos de pesquisa, tais como universidades, que se proponham a trabalhar tal tema, formando assim uma rede de relacionamentos com objetivos pré-estabelecidos pelos atores que a compõe.

A partir deste contexto, recomenda-se que estudos complementares sejam realizados com o objetivo de:

- identificar outras práticas organizacionais nas quais esteja presente a complementaridade entre a ação comunicativa e a racionalidade substantiva;
- identificar o nível de participação e o processo dialógico em outras cooperativas;
- fornecer subsídios para a identificação de novos gargalos que corroborem ou não com a hipótese levantada neste estudo;
- apontar novas soluções para os gargalos identificados;
- identificar novas causas para o nascimento de cooperativas;

- analisar o processo decisório de outras cooperativas.

Particularmente no âmbito da economia solidária, as recomendações sugeridas através deste trabalho englobam: a integração das políticas governamentais de qualificação com as políticas de trabalho, renda e desenvolvimento, fundamentadas na economia solidária; a orientação de entidades executoras para ações de qualificação voltadas à economia solidária; a indicação de elementos metodológicos e conteúdos específicos para as ações de qualificação referentes à economia solidária através de um projeto pedagógico que tenha como foco central temas ligados ao trabalho e à cidadania; pesquisas no campo conceitual da economia solidária; e a ampliação dos mecanismos e espaços públicos de gestão participativa e de controle social nos processos de desenvolvimento.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Edgar; GOMES, Marcos A. O. *Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo*. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas & SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Glossário dinâmico de termos na área de Tecnópolis, Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas*. Brasília, 2002. Disponível em: <www.anprotec.org.br/glossario>. Acesso em: 24 setembro 2005.

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. *Panorama 2004*. Brasília: Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada, 2004.

ARANHA, José Alberto Sampaio. *Modelo de Gestão para Incubadoras de Empresas – implementação do modelo*. Rio de Janeiro: Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, 2002.

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: _____ e BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BABBIE, Earl. *Método de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BARRETO, César. Sobre a racionalidade humana: conceitos, dimensões e tendências. In: Enanpad, 17. *Anais*. Salvador, Anpad, 1993, v.9.

BIRCHALL, Johnston. *The International Co-operative Movement*. Manchester, Manchester University Press, 1997.

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1945.

BUCKART, Hans. Desenvolvimento sustentável e gerenciamento empresarial: elementos para um novo paradigma de gestão. In: BRUNI, Luigino (org.); LUBICH, Chiara; ARAÚJO, Vera; FERRUCCI, Alberto; BURCKART, Hans; MOLTENI, Mario; GUI, Benedetto; ZAMAGNI, Stefano. *Economia de Comunhão: Uma cultura em várias dimensões*. Varagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

BUSINESS INCUBATION WORKS. *The Results of the Impacto f Incubator Investment Study*. Ohio: NBIA, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COLE, G. D. H. *A Century of Co-operation*. Manchester, Co-operative Union Ltd., 1944.

DEFOURNY, Jacques. Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d'Études Sociales. Liège, 15 jun. 2001.

CRUZ, Luis Fábio. *Avaliando o desempenho das cooperativas: uma contribuição para a consolidação dos indicadores*. Rio de Janeiro, 2005. COPPE/UFRJ, M.Sc., Engenharia de Produção. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

Disponível em:

<<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Downloads/termodereferencial.pdf+uma+utopia+militante%27&hl=pt-BR>>. Acesso em: 6 abril 2005.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Planejando Incubadoras de Empresas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

EISENHARDT, Kathleen M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14, p. 532-550, 1989.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise de Dados*, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, jun. 2002b.

_____. ; DZIMIRA, S. *Don et économie solidaire*. Paris: MAUSS, 2000.

FREITAG, Bárbara. A teoria crítica ontem e hoje. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Habermas e a filosofia da modernidade*. Perspectivas. Revista de Ciências Sociais. São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (16):23-45, 1993.

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (Org.) *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUBER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático*. Ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 244-270.

GÓMEZ, Enrique S. *Legitimación y racionalización. Weber y Habermas: la dimensión normativa de un orden secularizado*. Barcelona, Anthropos, 1994.

GUÉLIN, André. L'invention de l'économie sociale. Paris: Economica, 1988.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed. 1989.

GUEUSS, Raymond. *Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*. Campinas: Papi-rus, 1988.

GUIMARAES, Gonçalo. “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda”. In SINGER e Souza (org.). *A Economia solidária no Brasil – a auto-gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Editora Contexto, 2003.

HABERMAS, J. *Towards a rational society*. Boston: Beacon Press, 1970.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social* (Vol. I); crítica de la razón funcionalista (vol. II). Madrid: Taurus, 1987.

_____. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa, Edições 70, 1987b.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social* (v. 1); crítica de la razón funcionalista (v. 2). Madrid, Taurus, 1987c.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Catedra, 1989.

HOBBS, Thomas. In: Oakshott, Michael. *Leviathan*. London, Macmillan, 1974.

HOFF, M.N. *For-profit Incubators: an industry survey report*. Ohio: NBIA, 1998.

LALKAKA, R.; BISHOP, J. *Business incubator in economic development*. An initial assessment in industrializing countries. New York: United Nations Programme, 1996.

LARRAECHEA Ignacio e NYSENS, Marthe. L'économie solidaire, un autre regard sur l'économie populaire au Chili. In: LAVILLE, Jean-Louis (dir.) *L'économie solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.) *L'économie solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

_____. *La crise de la condition salariale: emploi, activité et nouvelle question sociale*. Paris: Gallimard, 1997.

_____; ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In : DE-FOURNY e outros. *Economie social au Nord et au Sud*. Bruxelles : Deboeck, 1999. p. 217-238.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: 34 letras, 1996.

MANCINI, E. A. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANNHEIM, Karl. *Men and society in an age of reconstruction*. New York: Brace & World, 1940.

MCCARTHY, Thomas. *La teoria crítica de Jürgen Habermas*. Madrid: Tecnos, 1978.

McKEE, B. *A Boost for Start-Ups*. *Nation's Business*, pp.40-42, 1992.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Manual para implementação de incubadoras de empresas*. Brasília, MCT /Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, 1998.

MEEDER, R.A. *Forging The Incubator: How To Design and Implement a Feasibility Study For Business Incubation Programs*. Ohio: NBIA, 1993.

MILL, John Stuart. *Capítulos sobre o socialismo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MOLTGNI, Mario. Os problemas de desenvolvimento das empresas de “motivação ideal”. In: BRUNI, Luigino (org.); LUBICH, Chiara; ARAÚJO, Vera; FERRUCCI, Alberto; BURCKART, Hans; MOLTENI, Mario; GUI, Benedetto; ZAMAGNI, Stefano. *Economia de Comunhão: Uma cultura em várias dimensões*. 2002.

MOODY, J.; FITE, C.; GILBERT, C. *The Credit Union Movement: origins development 1850-1970*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1971.

NADAS, G.; NORDTVEDT, E.; VINTURELLA, J. *Business Incubation and the Small Business Institute: a case Study*. JEDCO Enterprise Center, 1991.

NBIA. National Business Incubation Association. Disponível em: <www.nbia.org>. Acesso em: 6 fevereiro 2002.

NYSSSENS, Marthe. Economie populaire au sud, économie sociale au nord. In : OCDE. p. 95-120. Réconcilier l'économique et le social. Vers une économie plurielle., Paris, 1996.

PINHO, Diva Benevides. *O Cooperativismo no Brasil* – da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização* – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo. Boitempo, 2001.

POLANYI, Karl. *The Great transformation*. Boston: Beacon Press, 1971.

_____. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris, Librairie Larousse, 1975.

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (Orgs). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RICE, M.P.; MATHEWS, J.B. *Growing New Ventures, Creating New Jobs*. New York: Quorum Books, 1995.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Virgílio. *Cooperativismo* – cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 63-72.

SERVA, Maurício. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. In: *Revista de Administração Pública – RAP.*, n.2, v.31.p.217-222, mar/abr. 1997.

SINGER, Paul. *Economia Solidária em Desenvolvimento*. SENAES. TEM, 2003.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Uma utopia militante*. Repensando o Socialismo, Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

SOUZA SANTOS, Boaventura de (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STAKE, Robert E. *Case Studies*. In: Denzin, N.K.; Lincoln, Y. S. (Eds.), *Handbook Of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, 1994.

TENÓRIO, Fernando G. *Flexibilização organizacional, mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. *Tem Razão à Administração?* Ensaios de Teoria Organizacional e Gestão Social. Rio Grande do Sul: Unijuí. 2002.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Série Economia Solidária, nº 1. Rio de Janeiro, Editora: FASE, dez. 1999.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da UnB, 1994.

_____. *Economy and society*. New York, Bedminster Press, 1968. v.1.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____.
Estudo de Caso – Planejamento e Métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

12. ANEXOS

12.1 ANEXO 1 – EDITAL DE SELEÇÃO DE INCUBAGEM

JANEIRO DE 2004

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação de Pesquisas e Pós-Graduação da Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ITCP/COPPE-UFRJ - abre nesta data Edital para seleção de cooperativas e/ou grupos de pessoas candidatas interessadas em participar do seu Processo de Incubagem no período de 2004 a 2006. Este Edital rege-se pelas disposições que seguem:

Art. 1º - O objetivo deste Edital é tornar público o processo de classificação e seleção dos interessados em participar do processo de incubagem de cooperativas populares oferecido pela ITCP/COPPE-UFRJ a COOPERATIVAS constituídas e/ou GRUPOS de pessoas interessadas em constituir uma cooperativa com potencial de viabilidade técnica, social e econômica, considerando diversidade de setores econômicos e de público alvo, otimizando os resultados dos recursos disponibilizados para tal.

Parágrafo Único – Este processo de seleção não impede que a ITCP/COPPE-UFRJ, a qualquer tempo, assuma a incubagem de Cooperativas ou Grupos com características especiais.

Art 2º - A participação no processo de incubagem ocasionará compromissos entre as partes que serão determinados em contrato a ser firmado entre a ITCP/COPPE-UFRJ e a Cooperativa ou Grupo.

Art 3º - O Processo de Seleção será desenvolvido conforme o seguinte calendário:

- Abertura do Edital – 13 de janeiro de 2004;

- Retirada dos Documentos para Inscrição – de 13 a 23 de janeiro de 2004;
- Encontro com os Candidatos – 24 de janeiro de 2004;
- Limite para entrega da Ficha de Inscrição – 24 de janeiro de 2004;
- Limite para agendamento da visita – 24 de janeiro de 2004;
- Entrevistas com Cooperativas ou Grupos – 26 a 30 de janeiro de 2004;
- Sistematização das entrevistas – de 2 a 6 de fevereiro de 2004;
- Avaliação pela Comissão de Licitação – 9 a 12 de fevereiro de 2004;
- Limite entrega ata – 12 de fevereiro de 2004;
- Reunião Deliberativa da Comissão de Licitação – 13 de fevereiro de 2004;
- Divulgação dos resultados – 16 de fevereiro de 2004;
- Início do processo de Incubagem – 6 de março de 2004.

Art. 4º - A abertura do presente Edital se dá nesta data com a sua publicação. Estando desde já disponibilizadas as informações e documentação necessária a COOPERATIVAS constituídas e/ou GRUPOS de pessoas interessadas em constituir uma cooperativa popular. Esta disponibilização se dará na Secretaria da ITCP/COPPE-UFRJ e por outros meios de comunicação que a Incubadora dispor.

Art 5º - Será realizado na ITCP/COPPE-UFRJ em 24 de janeiro de 2004 um encontro com os candidatos à Incubagem para esclarecimento de dúvidas. A ausência de algum candidato nesta atividade não é fator eliminatório mas, a presença demonstrará o real interesse da Cooperativa ou Grupo no Processo de Incubagem. Esta será, inclusive a data limite para a entrega da Ficha de Inscrição e agendamento de uma visita da equipe técnica da ITCP/COPPE/UFRJ à Cooperativa ou Grupo.

Art 6º - A análise das Propostas será realizada por uma Comissão de Licitação composta por integrantes da ITCP/COPPE-UFRJ e convidados não integrantes desta com conhecimento de Cooperativismo Popular e Autogestão.

Art 7º - A data limite de entrega da Ata de Assembléia Geral (para Cooperativas Anexo V) ou Ata de Reunião que decidiu pela participação neste processo de seleção será 12 de fevereiro de 2004 na Secretaria da ITCP/COPPE-UFRJ.

Art 8º - A relação das Cooperativas e/ou Grupos classificados estará disponível na Secretaria da ITCP/COPPE-UFRJ a partir de 16 de fevereiro de 2004 e terá ampla divulgação. Caso uma Cooperativa ou Grupo, neste momento, não mais se interessar pela sua integração à Incubagem ou descumprir qualquer obrigação ou compromisso constante deste Edital, a Cooperativa ou Grupo com classificação imediatamente posterior será chamado, e assim sucessivamente, até completar o limite de 8 (oito).

Art 9º - O início das atividades de Incubagem se dará no dia 6 de março de 2004.

Art 10 - Os casos omissos a este Edital serão encaminhados pela Coordenação da ITCP/COPPE/UFRJ.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2004.

12.2 ANEXO 2 – PERGUNTAS NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS

Nome da Cooperativa que faz parte:

Nome:

Cargo:

Perguntas:

1. Você pode contar a história da cooperativa?
2. Onde a cooperativa atua?
3. O que vende?
4. Quantos cooperados possui?
5. O que você entende como cooperativa? Você tem interesse em saber mais sobre o movimento cooperativista?
6. O que é ser um cooperado?
7. As pessoas que fazem parte da cooperativa sabem o que significa ser um cooperado? Elas demonstram interesse em saber mais sobre este assunto?
8. Como são tomadas as decisões na cooperativa?
9. Quais decisões são discutidas nas assembleias?
10. Todos participam das Assembleias Gerais?
11. Qual o grau de participação nas Assembleias? Mais ou menos que 50% dos cooperados?
12. Todos têm conhecimento prévio dos temas abordados nas assembleias?
13. Os debates que ocorrem nas assembleias são argumentados?
14. Nas assembleias, predominam mais interesses individuais ou coletivos?

15. Você desejaria enfatizar mais alguma questão?

12.3 ANEXO 3 – MATRIZES PARA ANÁLISE DE DISCURSO

- Participação na Cooperativa

<p>COOSTURART</p>	<p>1) “(...) as pessoas têm que participar, elas têm de administrar juntos, cada uma saber da sua responsabilidade dentro do grupo, cada um pegar pra si o que tem que fazer e resolver e participar a todos o que ta fazendo, pra que todos tenham idéia do que tá acontecendo no, na empresa que na verdade é todos, né”.</p> <p>2) “[ser um cooperado] (...) é participar é, é ter visão de grupo, é auxiliar o outro quando precisa pro entendimento”.</p> <p>3) “se o coletivo funcionar, a cooperativa vai evoluir”.</p>
<p>DINAMICOOP</p>	<p>1) “no meu ponto de vista são 50%. [que participam nas assembléias]”</p> <p>2) “vamos decidi quem merece porque também não pode sê qualquer um, ‘o fulano ele entende mais, mas ele não participa, o outro entende menos, mas tá ali, esse vai’.</p> <p>3) “Não são todos [que participam das assembléias gerais]. Mas, mais da metade participa quando tem”.</p> <p>4) “gente procura mexe às vezes até com o emocional da pessoa, aqueles que são menos assíduos, ‘pô, só uma vez? pô, aí depois não vai ter outra, você não vai participar, não vai saber, vai ficar desinformado”.</p>
<p>COOPAMA</p>	<p>1) “eles ainda estão com aquilo na cabeça de padrão”.</p> <p>2) “uns acham que é i lá trabalha, receber o dinheiro, só”.</p> <p>3) “ toda vez que tem alguma coisa a gente não pode decidir sozinho. Então quando se coloca dessa forma reunião, reunião, reunião, a gente sempre esbarra em alguns impecilhos que eles colocam tem mesmo, né, de estar presentes”</p> <p>4) “Então é, sem remuneração aí acaba to sem grana de passagem, dinheiro de passagem, aí complica um pouco, né, aí que eu digo aonde eles não entendem, eu sei que há, há uma dificuldade, onde alguns não entendem tem que fazer um esforço, pra sei lá, a cooperativa é isso, a cooperativa não é só minha, não é só da nossa direção, ou de mais uns poucos, é de todos, tem que tá ali, não importa, criar mesmo um, uma força de vontade, né, pra se sacrificar, pra estar presente, pro que for chamado”.</p>

	<p>5) “Infelizmente, mesmo convocados com bastante antecedência, foi assim massificado isso que todos têm que ir mas nem todos apareceram”.</p>
PENDOCOOP	<p>1) “uma parte dela frequenta [as assembleias] uma parte não, algumas pessoas, essa parte que não frequenta, acredito que umas porque não tenham interesse, não querem, como você perguntou anteriormente, interesse por conhecer nada, estão ali simplesmente esperando um resultado das outras pessoas”.</p>
COLÔNIA Z-10	<p>1) “Olha, não vou te dizer que seja fácil juntar essa turma não. Não é fácil você juntar, né, o cooperado, o que tem perfil empreendedor, aqueles que gostariam de ter sua empresa e ter controle dela eles vão pras assembleias, e não é a grande maioria”.</p> <p>2) “É menos, é menos [do que 50% que participa das assembleias]. A grande maioria, é porque a situação mundial, não vou dizer aqui no País porque o problema não é só no Brasil, as pessoas tão preocupadas com o emprego, elas querem um local pra produzir o seu sustento, elas não querem nem saber se elas tem o perfil empreendedor e se podem tocar o seu próprio negócio”.</p> <p>3) “mesmo sendo de cooperativas, onde todos são empresários, poucos vão nas assembleias, aí tem a primeira, a segunda, a terceira chamada, né, e aí tem que ir, não tem conversa”.</p>
COOTRABOM	<p>1) “A Cootrabom tem 21 cooperados, nem todos cooperam”.</p> <p>2) “Eu acho que nem todos [sabem o que é ser um cooperado] porque muitos que entraram agora por exemplo, eu já to na cooperativa já vai dá quatro anos, eu nunca ganhei um tostão e sempre dentro dela trabalhando, fazendo de tudo sem ganhar nada, os que tão entrando agora, já quer entrar ganhando, tem tido muita confusão.</p> <p>3) “Só que comparece mesmo é o presidente, o vice-presidente, eu, minha irmã, comparece deste vinte e um que tem na ata, só comparece mesmo acho que cinco ou seis. O resto tudo são pessoas que entram agora, ainda não deram nada de contraparte, e todos da cooperativa aceita”.</p> <p>4) “Menos da metade dos cooperados, nem todos comparecem [nas assembleias]”</p> <p>5) “Essas reuniões que nós tamos fazendo, nem todos participam”</p> <p>6) “Oh, tá sendo uma base de 50% [participação nas assembleias]. Inclusive tem alguns dos nossos cooperados, né, fundadores, que tem faltado muito então nós vamos fazer uma nova assembleia comunicar a eles e saber o que que tá acontecendo, porque nós precisamos é, fazê um quadro inteiro entendeu? e tem muitos que tem há meses, não participam, não tem interesse, e aquele grupo inicial, eu to falando dos inicial, eles tão assim, desfalcado. Então eu creio que a metade é que está presente. (...) Eles [o grupo novo] não tão entendendo ainda, eles</p>

	<i>pensam que é assim. Que cooperativa é uma firma, 'quando é que nós vamo começar a trabalhar', 'eu preciso ganhar dinheiro, to com o meu filho doente', entendeu? eles não tão entendendo ainda, (...) eles não tão sabendo separar o que é uma firma e o que é uma cooperativa.</i>
--	--

- Interesse na Cooperativa

DINAMICOOP	<p>1) “50% se interessam [na cooperativa]”.</p> <p>2) “[cooperativismo] É o saber, se interessar, por tudo o que envolve a cooperativa, já foi perguntado aí, a questão de... o que é sê um cooperado, eu vejo como, não são todos que querem, não são todos que é, levam jeito pra se interessar por essas questões aí”.</p>
PENDOCOOP	<p>1) “os antigos já saíram porque as pessoas querem resultado imediato, não acontece um resultado imediato e muitas pessoas entram achando que já vai ganhar dinheiro, e quando vê que ainda existe a parte burocrática, aí, aí vê que ainda tem a coisa burocrática pra se organizar e estruturar, aí não tem paciência aí sair”.</p>
COLÔNIA Z-10	<p>1) “tem que tá numa cooperativa as pessoas empreendedoras, aquelas pessoas que gostam ou se acostumaram a trabalhar pra alguém, vamos dizer assim, que, vamos mais comum, ter carteira assinada, né, gostam de acordar de manhã, vão lá batem seu cartão, a tarde cabo, bate de novo, volta pra casa, responsabilidade com a produtividade, onde é que vai escoar, quem é que vai vender, isso não importa. Então essas pessoas eu acho que não deveria entrar na cooperativa, então ela não tem o espírito empreendedor, eu acho que cooperativa é só pra empreendedores. Há pessoas que tem vontade de montar seu próprio negócio, se libertar, né”</p> <p>2) “Eu acho que muitos estão nessa atividade porque nunca tiveram oportunidade por outros caminhos. Que se acostumou com aquilo. Na própria cooperativa, não querem se importar muito com as atividades de organização, querem chegar lá, sair de manhã, vou pego, entrego, vejo, metade é nosso e tchau. Por exemplo, reunião, tem reunião na ITCP, tem reunião na Prefeitura, ‘ah, pelo amor de D’s, é pra você isso aí’, é o tipo de mentalidade aí da carteira assinada”</p>

- Coletivismo e Individualismo

DINAMICOOP	<p>1) “individualmente você não consegue nada, mas só no coletivo”.</p> <p>2) “Só os coletivos [interesses que predominam nas assembleias]”.</p>
PENDOCOOP	<p>1) “Sempre usamos a palavra ‘vamos fazer’, ‘temos que estar juntos’, ‘vamos nos unir’, quer dizer então é sempre colocado que a união é importante, é fundamental”</p> <p>2) “[Interesse] individual acho que fica por conta dessas pessoas que não estão nem participando nem estudando e que tão sempre com essa desculpa que, sempre tendo uma desculpa pra não ta participando, que tem isso, que tem aquilo,... então essas pessoas aí que eu acho que têm interesse que, eles tão agindo com interesse próprio, esperando aonde vai chegar, como se diz, aonde vai chegar isso aí pra vê se a gente entra, se vai ou se sai”.</p>
COLÔNIA Z-10	<p>1) “Eles [os cooperados] entram na cooperativa porque vêem benefício de se tornar um empregado”.</p>

- Conhecimento da Definição de Cooperativa

COOSTURART	<p>1) “(...) a cooperativa (...) é uma empresa”.</p> <p>2) “todos têm que buscar as soluções e usufruir do sucesso, da da da empresa, no caso da cooperativa”.</p> <p>3) “a cooperativa é um negócio das pessoas todas”.</p>
DINAMICOOP	<p>1) “que é um grupo de pessoas, buscando é, trabalho e renda, nos dias atuais onde o mercado tá muito escasso”.</p> <p>2) “[a cooperativa] é um grupo de pessoas onde não, não conseguem ingressar no mercado novamente e que procuram outra fonte de renda, ou informalmente, ou se precisar de nota fiscal, essa coisa mais certinha, ter seu INSS pago, tudo certo, a cooperativa eu entendo como essa segunda fonte de, a segunda opção praticamente de todos”.</p> <p>3) “a cooperativa é o coletivo, tudo é voltado pro coletivo, pela visão da maioria”.</p>
COOPAMA	<p>1) “uma cooperativa pra mim é, são as pessoas, é um fruto das pessoas com o único objetivo de trabalhar, é pra formar um, um grupo de trabalho onde é, é o objetivo é estar gerando renda, né, que seja mais de uma forma como fala cooperada, né, todos se ajudarem mutuamente”.</p>
PENDOCOOP	<p>1) “São um grupo de pessoas que trabalham, né juntos, né, com o mesmo objetivo, principalmente hoje conforme tá o mercado, né, muito competitivo, ou seja, trabalha só um produto, eu e meus companhei-</p>

	<p>ros com o objetivo de chegá e tê renda, sobreviver no caso”.</p> <p>2) “pessoal pensa que cooperativa é começá ontem e hoje já ganha (...) no caso tamos desempregados, fica difícil a coisa acontecê [a cooperativa] tão rapidamente”.</p> <p>3) “que todo mundo é dono, né, no caso, não tem patrão, no caso, todo mundo é responsável, pelo lucro ou pelo prejuízo, no caso participando direto”.</p> <p>4) “é empresa, não deixa de ser empresa”.</p> <p>5) “é como se hoje o mercado te obrigasse até a tomar uma certa solução rápida devido à situação”.</p> <p>6) “cada um já trabalhava, mas cada um com muita dificuldade, então resolvemo nos unir, e vim buscar um, uma oportunidade melhor de trabalho, pra cada uma, uma coisa fixa, uma coisa firme que pudéssemos ficar mais tranqüilos”.</p> <p>7) “Eu creio que tem pessoas que estão até, nesse início de trabalho, porque não tem uma idéia do que é sê um cooperado e buscaram talvez o lucro imediato, não sei, tão buscando um negócio com rentabilidade imediata, não é um trabalho conjunto, pelo o que eu to nesses dois meses assistindo, tendo oportunidade de ver, né, eu não vejo muito interesse de algumas pessoas não”.</p>
COLÔNIA Z-10	<p>1) “Pra mim a cooperativa é claro como o próprio nome diz, uma pessoa se juntar a outros que trabalhem dentro da mesma atividade, ou do mesmo ramo, no mesmo segmento, se juntar e formar uma empresa, porque é tratado como uma empresa, chega aqui fora pra você legalizar uma cooperativa, não tem nada diferente da empresa, mas eu vejo que a , o mando da nação, eu botei a palavra elite, considero elite, eles criaram mecanismos que te travam, que tudo é fácil pra você abrir uma empresa, pra abrir uma cooperativa é uma dificuldade, a forma de você apanhar recursos também, não é fácil, né, a forma como a sociedade vê as cooperativas, todo mundo acha que é um embuste, acha que cooperativismo é coisa de armação, realmente muitas são”.</p> <p>2) “cooperativismo é um caminho pra liberdade, né, dessa base que vive só trabalhando e nem recebe o suficiente pelo seu trabalho, e não é todo mundo dentro da elite, entre aspas, que aceita essa história de cooperativa, entendeu?”</p>
COOTRABOM	<p>1) “o cooperado tem seus deveres, seus direitos e seus deveres”.</p> <p>2) “eles[alguns cooperados] pensam que é uma firma, e exige alguma coisa que não ta dentro do padrão da cooperativa”.</p>

- Tomada de Decisão

<p>DINAMICOOP</p>	<p>1) “Ah, eu não concordo, eu não concordo, eu concordo, esse grupo aqui é maioria, esse grupo é a decisão fica por esse grupo que é a maioria, é um voto. Não tem essa ‘ah, mas ele é o presidente’ não, não existe isso”.</p> <p>2) “cada um vai falando, não é um que, que manda pronto e acabou. Sempre tem um que, sempre tem, o grupo tem que compartilhar, e lá a gente é bem aberta a isso”.</p> <p>3) “Independentemente disso [de ser membro da diretoria], todos têm, é, a mesma força”.</p> <p>4) “se alguém concorda com aquilo ali, ou discorda, vai colocar a sua situação pra depois, é, haver uma, um debate até, tem temas que é vinte minutos ali ‘ah, mas eu não concordo, mas eu não quero assim’, mas não é o querer da pessoa, e outros que é errado, na utilização de telefone, de impressora, de computador, coisas mais simples que acaba é, sendo mais rápido, tem outros que só falta de brincadeira, é claro, só falta cair na porrada, ‘aí, depois eu te pego’”.</p>
<p>COOPAMA</p>	<p>1) “a diretoria, nós não somos patrões, nós somos iguais, batalhar por aquilo ali pra fazer o melhor”</p> <p>2) “Os debates são argumentados, é bem debatido mesmo”.</p>
<p>COLÔNIA Z-10</p>	<p>1) “tudo decidimos juntos, a opinião de todos é sempre importante, né, estamos sempre convidando, incentivando quem tá faltando, mas nada é decidido sozinho”.</p> <p>2) “Todos levantam as opiniões, levanta e é analisado, se é preciso votar também votam”.</p> <p>3) “Tem uns aguardando sempre outros tomarem a decisão, mas depois na hora de votar, aí vota”.</p> <p>4) “As pessoas normalmente opinam, sempre tem aquele grupo com relação a preço que conhece mais um pouquinho do que o outro”.</p> <p>5) “qualquer cooperado ele tem voz ativa dentro da cooperativa, mas não exercem, preferem deixar na mão dos outros”.</p> <p>6) “quem vai pra dentro da assembléia tem uma visão do que quer e como quer que as coisas se conduzam e normalmente tem até discussões bem violentas, não é violenta, bem acirradas, violenta não porque violenta demanda espancamento, não tem nada disso. As pessoas que vão querem saber o que tá acontecendo, querem expor o seu ponto de vista, né, e se puder mudar alguma coisa, fala em questão da mudança”.</p> <p>7) “(...) mas sempre as decisões são dessa forma, abrangendo o máximo de cooperados possível”.</p>
<p>COOTRABOM</p>	<p>1) “você tem cinco pessoas, um exemplo, cinco pessoas, se três ou quatro diz sim, um diz não, geralmente a maior parte venceu. Então temos que ir pela maior parte, né, pela decisão maior”.</p>

- Relação com a Comunidade Local

<p>COOSTURART</p>	<p>1) “cooperativa de jovens mas com o potencial muito grande, que muitas vezes o mercado ele não absorve pela questão social, ‘ah, mora no morro, é bandido’, é mais ou menos isso que acontece”.</p> <p>2) “a gente tem muito esse, esse cunho social com a comunidade, naquilo que nós pudermos, porque a absorção desses cooperados vai ser da, do morro, nós não podemos, podemos até absorver alguém que tenha potencial que seria de fora, mas o ideal, e o que a gente ta procurando, são as pessoas que moram lá, que participam daquele, é, daquele local, daquele momento de vida, pra não ser simplesmente num futuro mais um na violência. Que a gente tenta trazer eles pra uma visão mais ampla, não aquele mundinho, é um mundo muito pequeno que a gente vive lá, mas que tem horizontes pra gente alcançar”.</p>
--------------------------	--

- Gargalos

<p>COOSTURART</p>	<p>1) “até mesmo o governo ainda não tem leis definidas, vamos dizer assim, pra essa questão então teme que ta sempre buscando informação entendeu, todos os setores, quem quiser pra poder a gente entender mais do funcionamento”.</p> <p>2) “[a cooperativa] não consegue se manter, por falta de capital, por falta dessa possibilidade econômica, pode ter até o entusiasmo mas acaba se perdendo com essa dificuldade financeira”.</p>
<p>COOPAMA</p>	<p>1) “A diretora administrativa que acabava, infelizmente, ela fazia um abuso assim de poder, então é por isso, as pessoas viam desse jeito, por talvez serem menos esclarecidas ou temerosas por causa de trabalho, então, havia esse mal, essa, esse medo deles acharem ‘ah, é patrão, vô perder o trabalho’, de jeito nenhum, até o momento que se entendeu, nós fizemos entender”.</p> <p>2) “um aumento de escolaridade, que é pras pessoas terem mais conhecimento é, das coisas, do cooperativismo e dos seus direitos pra que isso não venha se tornar aquela coisa que já foi colocada, menos esclarecidas, tem a direção que geralmente são as pessoas mais esclarecidas, é, tem a escolaridade maior, não coloque da forma como ‘patrão-empregado’, pra que,... o cooperado acaba vendo dessa forma, né, ‘a porque o cara tem nível superior, ele administra isso aqui’, então vai ser sempre cria essa forma, administração é superior que o cooperado, então eu tenho só que responder como empregado”.</p>

PENDOCOOP	<p>1) “a maioria das pessoa que hoje fazem parte eram pessoas que tinham saído de seus empregos”.</p>
COLÔNIA Z-10	<p>1) “precisamos nos envolver mais com o trabalho, trazer mais novidades, aprendermos também a tomar decisões”.</p> <p>2) “só que os impostos em cima da cooperativa, são os mesmos em cima de uma empresa, aí começa aquele problema de novo, se eu não pago atravessador eu começo a vender, mas a incidência de impostos é tão grande que você passa a vender o mesmo preço que o atravessador vendia, é um círculo que você não consegue escapar dele”.</p> <p>3) “você não tem o quê? título de propriedade, e pra você te uma inscrição estadual pra podê emitir nota fiscal, você tem que ter título de propriedade, aí você é obrigado, eu acho que é obrigado a burlar a lei, você botou a sua sede num local que não tem nada a ver com a cooperativa, porque você precisa de quê? De título de propriedade. Tão atrelando ao homem o direito que ele tem de trabalhar a que ele tenha que ter terra.”.</p> <p>4) “A grande parte que forma cooperativa por aí, por não ser todos empreendedores na cooperativa, fica realmente aquela diretoria fechada ninguém sabe de nada, eles vão comendo mesmo o dinheiro, aí acaba o quê, manchando né a imagem de cooperativismo. Mas é muita dificuldade, as cooperativas todas elas tem muitas dificuldade, principalmente essa, de título de propriedade pra você ter sua sede pra poder emitir nota fiscal”.</p>
COOTRABOM	<p>1) “todos sabem que a área da Maré é uma área muito falada, tem muita coisa ruim mas tem muita coisa boa também que as pessoas não têm conhecimento”.</p>

12.4 ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO APLICADO

12.4 ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO APLICADO

INCUBAGEM

INDICADORES DE RESULTADO

QUESTIONÁRIO EMPREENDIMENTO



Nº

--	--	--	--	--

DADOS CADASTRAIS

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

01. Nome ou Razão Social _____	
02. Nome Fantasia _____	
03. ENDEREÇO: _____	04. Nº.: _____
05. COMPLEMENTO: _____	06. BAIRRO: _____
07. COMUNIDADE: _____	08. DISTRITO: _____
09. CEP: _____ - _____	10. TELEFONE: _____ 11. FAX: _____
12. E-MAIL: _____	
13. SUBPREFEITURA: _____	
14. INSTITUIÇÃO PARCEIRA INCUBADORA: _____	

ENTREVISTADO

15. NOME: _____

16. IDADE: _____ 17. SEXO: _____ 18. ETNIA (cor/raça) _____

19. TELEFONE (RES): _____ 20. CEL: _____

21. TELEFONE (RECAD): _____ 22. (Nome p/ recado) _____

23. ENDEREÇO: _____ 24. N°.: _____

25. COMPLEMENTO: _____ 26. CEP: _____ - _____

27. BAIRRO: _____

28. COMUNIDADE: _____ 29. DISTRITO: _____

30. CARGO NO EMPREENDIMENTO: _____

ENTREVISTADOR	CODIFICADOR	VERIFICADOR
31. N ° __ __	33. N ° __ __	35. N ° __ __
32. DATA __/__/2004	34. DATA __/__/2004	36. DATA __/__/2004

37 – Organização do Empreendimento:

- 1) Individual
2) Coletivo
3) Familiar

37. ☐

38 - Tipo de Empreendimento:

- 1) Cooperativa
2) Associação
3) Empresa (micro-empresa)
4) Outros (explicitar) _____
5) Em definição

38. ☐

39– Data da Formação do empreendimento/grupo? (primeira reunião que resolveu montar um empreendimento)

____/____/____

39. ☐

40 a. Seu empreendimento fez um Plano de Negócios?

1. SIM ☐
2. NÃO (neste caso não responder 41, 64, 68 e 79) ☐

40 b. Não sabe responder (neste caso não responder 41, 64, 68 e 79)

41 - Quantos postos de trabalho estão previstos no Plano de Negócios do empreendimento?

41.

42 - Número atual de pessoas no empreendimento:(preencher com número)

a – Total	42.a	<input type="text"/>
b – Homens	42.b	<input type="text"/>
c – Mulheres	42.c	<input type="text"/>

43 - Quantas pessoas trabalham efetivamente no empreendimento?

a – Total	43.a	<input type="text"/>
b – Homens	43.b	<input type="text"/>
c – Mulheres	43.c	<input type="text"/>

44 - Quantas pessoas trabalham eventualmente no empreendimento?

a – Total	44.a	<input type="text"/>
b – Homens	44.b	<input type="text"/>
c – Mulheres	44.c	<input type="text"/>

45– Composição da Diretoria (se o empreendimento é FAMILIAR ir para a questão 47)

Cargo	Primeiro Nome	Sexo	Etnia	Idade	Escolaridade	Formação Profissional
Presidente		a -	b-	c -	d -	e -
Tesoureiro		f -	g -	h -	i -	j -
Diretor 1		k -	l -	m -	n -	o -
Diretor 2		p -	q-	r -	s -	t -
Diretor 3		u -	v -	x -	y -	z -

46 –Número de pessoas que fazem parte da direção?

Nº _____

46.

FORMALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO

47 - O Empreendimento está formalizado? (marcar somente uma opção)

1) Sim, está formalizado (neste caso ir para a questão 48)

47.

- 2) Não, mas está em processo de formalização (neste caso seguir para a questão 51)
- 3) Não está formalizado mas tem intenção de formalizar (neste caso seguir para a questão 49)
- 4) Não está formalizado e não tem intenção de formalizar (neste caso seguir para a questão 49)
- 5) Não está formalizado e não tem condição de formalizar (neste caso seguir para a questão 49)

48 – Data da Formalização? (seguir para a questão 52)

____/____/____

48.

49 – Se o empreendimento não está formalizado, qual o motivo principal para não formalizar? (marcar somente uma opção)

- 1) Não há segurança
- 2) Grupo não está completamente convencido
- 3) Medo de contrair dívidas
- 4) Medo de perdas patrimoniais pessoais dos sócios
- 5) Não tem clareza das vantagens
- 6) Outros

49.

(Se a resposta for **6** seguir para a questão **50**, se **NÃO** for 6 ir para a questão **57**)

50 - Em caso de OUTROS na questão anterior (49), explicitá-los:

51 - Se o empreendimento estiver em processo de formalização, em que etapa se encontra?

(marcar somente uma opção)

- 1) Organização do grupo
 - 2) Qualificação do grupo
 - 3) Definição da atividade econômica
 - 4) Elaboração do estatuto
 - 5) Fundação
 - 6) Apresentação de documentos nos órgãos competentes
- (seguir para a questão 57)**

51.

52 – O empreendimento está legalizado? (marcar somente uma opção)

- 1) Sim, está legalizado (neste caso ir para a questão 56)
- 2) Não, mas está em processo de legalização (neste caso ir para a questão 55)
- 3) Não está legalizado mas tem intenção de legalizar (neste caso ir para a questão 53)
- 4) Não está legalizado e não tem intenção de legalizar (neste caso ir para a questão 53)
- 5) Não está legalizado e não tem condições de legalizar (neste caso ir para a questão 53)

52.

53 - Se o empreendimento não está legalizado, qual é a principal dificuldade encontrada para a legalização? (marcar somente uma opção)

- 1) Número de integrantes insuficiente
- 2) Custo de legalização
- 3) Falta de local definitivo
- 4) Falta documentação pessoal
- 5) Falta de informações sobre como legalizar
- 6) Dívidas anteriores dos sócios
- 7) Outros

53. ☐

(Se a resposta for **7** seguir para a questão **54**, se **NÃO** for 6 ir para a questão **57**)

54 - Em caso de OUTROS na questão anterior (53), explicitá-los:

55 – Se o empreendimento está em processo de legalização, quais documentos já possui? (marcar todos os que têm)

a - Estatuto homologado pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
(ou registro na Junta Comercial)

55.a ☐

b - Inscrição na Receita Federal

55.b ☐

c - Número do CNPJ

55.c ☐

d - Inscrição na Secretaria Estadual de Fazenda

55.d ☐

e- Inscrição na Secretaria Municipal de Fazenda

55.e ☐

56 – Data de retirada do Alvará?

56. ____/____/____

COMPROMETIMENTO

57 - O empreendimento está em funcionamento (produzindo ou prestando serviços)?

- 1) Sim
- 2) Não (neste caso ir para a questão 61)

57. ☐

58 - No período de incubagem houve alguma alteração nas devoluções/reclamações dos produtos ou serviços? (marcar somente uma opção)

- 1) Sim, diminuíram as devoluções/reclamações
- 2) Nunca houve devolução/reclamação
- 3) Não, permanecem as mesmas devoluções/reclamações
- 4) Sim, aumentaram as devoluções/ reclamações

58. ☐

59 – No período de incubagem houve descumprimento da jornada de trabalho combinada no empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Diminuiu o descumprimento
- 2) Nunca houve descumprimento
- 3) Permanece o mesmo nível de descumprimento
- 4) Aumentou o descumprimento

59. ☐

60 – No período de incubagem houve problemas no cumprimento dos prazos de entrega de produtos ou serviços?

- 1) Diminuíram os problemas com descumprimento de prazos
- 2) Nunca houve problemas com cumprimento de prazos
- 3) Permanece o mesmo nível de cumprimento de prazos
- 4) Aumentaram os problemas de descumprimento de prazos

60. ☐

MEIOS DE PRODUÇÃO

61 – Qual é a condição de posse dos principais equipamentos utilizados no empreendimento?

- 1) Próprio
- 2) Empréstimo por tempo indeterminado
- 3) Aluguel por tempo indeterminado
- 4) Empréstimo por tempo determinado
- 5) Aluguel por tempo determinado
- 6) Não possui equipamentos

61. ☐

62 – Qual é a condição da instalação (sede) do empreendimento?

- 1) Própria
- 2) Empréstimo por tempo indeterminado
- 3) Aluguel por tempo indeterminado
- 4) Empréstimo por tempo determinado
- 5) Aluguel por tempo determinado
- 6) Não possui equipamentos

62. ☐

COMERCIALIZAÇÃO

63 – Em quantos pontos fixos de venda ou por quantos vendedores seu produto/serviço é ofertado?

63.

--	--	--

64 – Quantos pontos de venda ou pessoas, para oferecer os produtos/serviços, foram planejados no Plano de Negócios do empreendimento?

64.

--	--	--

65 - Quais os meios utilizados para vender os produtos ou serviços? (marcar todos os meios utilizados)

a - Sede/Loja permanente

65.a ☐

b - Feira permanente

65.b ☐

c - Feira eventual

65.c ☐

d - Porta a porta

65.d ☐

e - Por telefone

65.e ☐

f – Outros

65.f ☐

66 - Em caso de OUTROS na questão anterior (66), explicitá-los:

CLIENTES

67 – Quantos clientes em média o empreendimento teve no período de Incubagem?

67.

--	--	--

68 – Qual era o número de clientes projetados no plano de negócios?

68.

--	--	--

69 – Qual é o principal cliente do empreendimento? (marcar somente uma opção)

1) Pessoa jurídica da comunidade

2) Pessoa física da comunidade 3) Pessoa jurídica de fora comunidade 4) Pessoa física de fora da comunidade 5) Órgão Público 6) Outros	69. <input type="checkbox"/>
--	------------------------------

70 - Em caso de OUTROS na questão anterior (70), explicitá-los: <hr/> <hr/>

QUALIDADE

71 - Quais as agressões ao meio ambiente são provocadas pela atividade econômica desenvolvida pelo empreendimento? (pode marcar mais de uma)	
a - Não produz agressões ao meio ambiente (neste caso ir para a questão 68)	71.a <input type="checkbox"/>
b - Resíduos sólidos	71.b <input type="checkbox"/>
c - Esgotos líquidos	71.c <input type="checkbox"/>
d - Produtos químicos	71.d <input type="checkbox"/>
e - Fuligem/fumaça	71.e <input type="checkbox"/>
f – Ruído	71.f <input type="checkbox"/>
g. Não sabe responder (neste caso não responder a questão 72)	

72 – Foram implementadas soluções para as agressões identificadas ao meio ambiente ? (marcar somente uma opção)	
1) Sim foram implementadas e reduziram as agressões ao meio ambiente	72. <input type="checkbox"/>
2) Não, mas estamos implementando medidas para a redução das agressões ao meio ambiente	
3) Identificamos o problema e estamos em busca de soluções	
4) Ainda não discutimos este assunto	
5) Identificamos o problema mas não estamos em busca de soluções	
5) Não sabe informar	

73 – No período de incubagem observaram-se avanços na qualificação profissional dos membros do empreendimento? (marcar somente uma opção)	
1) Sim, por iniciativa do empreendimento	73. <input type="checkbox"/>
2) Sim, por iniciativa pessoal	
3) Sim, por iniciativa da incubadora	

- 4) Sim, por iniciativa da prefeitura.
5) Não foram observadas mudanças

74 – No período de incubagem observaram-se iniciativas para melhorar as condições de saúde dos trabalhadores do empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Sim, por iniciativa do empreendimento
2) Sim, por iniciativa pessoal
3) Sim, por iniciativa da incubadora
4) Sim, por iniciativa da prefeitura.
5) Não foram observadas mudanças

74. ☐

75 – Durante o período de incubagem o empreendimento organizou e/ou apoiou eventos sociais e culturais? (marcar somente uma opção)

- 1) Sim, por iniciativa do empreendimento
2) Sim, por iniciativa pessoal
3) Sim, por iniciativa da incubadora
4) Sim, por iniciativa da prefeitura.
5) Não organizou ou participou de nenhum

75. ☐

76 - Em caso de SIM na questão anterior (75), listar os eventos:

77 - Durante o período de incubagem, de quantos eventos de caráter econômico (feiras, seminários, encontros, rodada de negócios, etc.) o empreendimento participou?

77.

78 - Durante o período de incubagem, de quantas atividades econômicas (compras, vendas, produção) o empreendimento participou em parceria com outros empreendimentos ?

78.

Qual o valor da receita mensal média do empreendimento desde de sua criação?

80 - Vendas

R\$

81 - Empréstimos

R\$

82 - Doações

R\$

83 - Outros

R\$

84 – Total

R\$

RECEITA

79 - Qual o valor da receita mensal média planejada no Plano de Negócios?

R\$

80 - Qual é o valor mensal gasto com o total de despesas de empreendimento?

R\$ _____

81 - Qual é o valor mensal gasto com o total de retirada (remuneração) dos sócios?

R\$ _____

81.

82 - Qual é o valor mensal gasto com o pagamento do trabalho de não sócios?

R\$ _____

82.

83 - Qual é o valor mensal gasto com despesas de administração?

R\$ _____

83

84 - Qual o valor mensal gasto com pagamento de financiamentos, se houver?

R\$ _____

84

85 - Qual o valor mensal gasto com pagamento de aluguéis (máquinas, equipamentos, prédio, etc.), se houver?

R\$ _____

85

86 - Qual o valor médio mensal gasto com investimentos (aquisição de novas máquinas, equipamentos, reformas nas edificações, etc.), se houver?

R\$ _____

86

TRIBUTOS

PREENCHER, NA PLANILHA ABAIXO, OS TRIBUTOS PAGOS (ÚLTIMO RECOLHIMENTO) PELO EMPREENDIMENTO E SEUS VALORES: (caso não pague, registrar R\$ 0,00)

TRIBUTOS	VALOR (R\$)
87 - IPTU	
88 - ISS	
89 - INSS	
90 - IPVA	
91 - ICMS	
92 - PIS	
93 - PASEP	
94 - COFINS	
95 - SIMPLES	
TOTAL	

FINANCIAMENTO

96 - O empreendimento solicitou crédito de outras fontes?

- 1) Sim
- 2) Não

96. ☐

97 – Em caso positivo, qual valor solicitado?

97.

R\$

98 - O empreendimento obteve recursos destas fontes?

- 1) Sim
- 2) Não

98. ☐

99 – Em caso positivo, qual valor recebido?

99.

R\$

MELHORIA TECNOLÓGICA

100 – Desde de sua criação, foram incorporadas modificações no produto ofertado pelo empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Sim, foram elaborados novos produtos
- 2) Sim, foram desenvolvidas melhorias nos produtos ofertados
- 3) Não, mas há projetos em elaboração
- 4) Não, por impossibilidade
- 5) Não, por desconhecimento de alternativas

100 ☐

101 – Foram incorporadas melhorias na organização do trabalho? (marcar somente uma opção)

- 1) Sim, foram realizadas
- 2) Sim, estão em processo de implantação
- 3) Não, mas há projetos em elaboração
- 4) Não, por impossibilidade
- 5) Não, por desconhecimento de alternativas

101 ☐

102 – Foram incorporadas melhorias tecnológicas na produção? (marcar somente uma opção)

- 1) Sim, foram realizadas
- 2) Sim, estão em processo de implantação
- 3) Não, mas há projetos em elaboração

102 ☐

- 4) Não, por impossibilidade
- 5) Não, por desconhecimento de alternativas

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

103 – De que forma é realizada a prestação de contas do balanço no empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Em assembléias ou reuniões gerais periódicas
- 2) Por escrito periodicamente (mural, informativo interno etc.)
- 3) Em Assembléia Geral Ordinária
- 4) Não realiza, mas pretende implantar
- 5) Não realiza por considerar desnecessário
- 6) Não realiza por desconhecer a necessidade

103. ☐

104 – Como é realizado o parecer do Conselho Fiscal no empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Reuniões periódicas pré-determinadas
- 2) Periodicamente quando é solicitado
- 3) Anualmente e/ou conforme Estatuto Social
- 4) Não adota, mas pretende implantar
- 5) Não realiza por considerar desnecessário
- 6) Não realiza por desconhecer a necessidade

104. ☐

105 – Qual é a principal questão discutida nas reuniões entre os sócios do empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Sustentabilidade do empreendimento
- 2) Investimentos/ampliação de mercado
- 3) Participação coletiva
- 4) Melhorar organização do trabalho/produto
- 5) Soluções de conflitos
- 6) Não são feitas reuniões

105. ☐

106 – Quem participa das decisões de ações futuras do empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Todos os sócios
- 2) Todos os sócios e assessoria externa
- 3) Os envolvidos diretamente no tema
- 4) Diretoria
- 5) Diretoria e assessoria externa
- 6) Não realiza planejamento

106. ☐

ORIGEM DO CAPITAL

Quanto foi investido no empreendimento desde sua criação?

107 – Pelos sócios em dinheiro

R\$

108 – Pelos sócios em equipamentos/máquinas

R\$

109 – Empréstimos

R\$

110 - Doações

R\$

111 – Outros

R\$

112 – Total

USO INTERNO

AUTOGESTÃO

113 - Qual é o maior custo do empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Remuneração do trabalho dos sócios
- 2) Despesas administrativas
- 3) Aluguel de sede/equipamentos
- 4) Pagamento de empréstimos
- 5) Remuneração da Diretoria
- 6) Remuneração do trabalho de não sócios

113

114 – Como é realizado o processo decisório no empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Em assembléia geral
- 2) Em reuniões gerais periódicas
- 3) Pelo grupo que irá executar a atividade
- 4) Pela direção
- 5) Não ocorrem

114

115 - Quais destas decisões são tomadas em assembléia ou reunião geral (escolha múltipla)

- | | | |
|--|--------|--------------------------|
| a) Empréstimos e Investimentos | 115.a. | <input type="checkbox"/> |
| b) Destino das sobras ou perdas | 115.b. | <input type="checkbox"/> |
| c) Remuneração dos sócios e da diretoria | 115.c. | <input type="checkbox"/> |
| d) Afastamento de sócios | 115.d. | <input type="checkbox"/> |
| e) Admissão de novos sócios | 115.e. | <input type="checkbox"/> |

116 – Como são distribuídos os resultados do trabalho dentro do empreendimento? (marcar somente uma opção)

- | | | |
|---|------|--------------------------|
| 1) Proporcional ao tempo trabalhado por cada um | 116. | <input type="checkbox"/> |
| 2) Igualmente entre todos os sócios | | |
| 3) Proporcional ao cargo de cada um | | |
| 4) Pela participação na Direção | | |
| 5) Esta informação não é conhecida | | |

117 – O empreendimento apóia ações de melhorias na comunidade? (marcar somente uma opção)

- | | | |
|---|------|--------------------------|
| 1) Sim, apóia financeiramente e na organização | 117. | <input type="checkbox"/> |
| 2) Sim, na organização | | |
| 3) Sim, financeiramente sem participação na organização | | |
| 4) Não se envolve nas questões da comunidade | | |

118 – Existem medidas concretas do empreendimento para garantir a saúde e segurança no ambiente de trabalho? (marcar somente uma opção)

- | | | |
|--|------|--------------------------|
| 1) Sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos | 118. | <input type="checkbox"/> |
| 2) Sim, realizando capacitação e fornecendo equipamentos | | |
| 3) Organizando comissão de saúde e segurança | | |
| 4) Sim, fornecendo equipamentos | | |
| 5) Não necessita de medidas de segurança | | |

119 – Como são tratadas as divergências e conflitos dentro do empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Convoca-se uma reunião com as duas partes conflitantes em busca de uma solução 119. ☐
- 2) O conflito é levado para Assembléia Geral/para a Reunião Familiar
- 3) A Diretoria resolve o conflito
- 4) Opta-se pela expulsão do culpado
- 5) Não há conflitos

120 – Como é constituída a força de trabalho do empreendimento? (marcar somente uma opção)

- 1) Apenas por membros sócios 120. ☐
- 2) Majoritariamente por sócios
- 3) Majoritariamente por contratados ou terceirizados

121 – O empreendimento estimula ações de educação e capacitação técnica do trabalhador? (marcar somente uma opção).

- 1) Sim, porque tem um programa de formação para todos 121. ☐
- 2) Sim, por incentivo à participação em cursos
- 3) Sim, através de cursos oferecidos no empreendimento
- 4) Sim, através de cursos oferecidos pelas Incubadoras
- 5) Não existem cursos disponíveis
- 6) Os sócios não têm disponibilidade para cursos de formação

ORGANIZAÇÃO COLETIVA

122 – São elaboradas atas das reuniões (gerais, de direção, com a Instituição Parceira Incubadora, etc) realizadas pelo empreendimento ? (marcar somente uma opção).

- 1) Sempre são elaboradas e divulgadas 122. ☐
- 2) Sempre são elaborados mas não são divulgados
- 3) Nem sempre são elaborados
- 4) Nunca são elaborados
- 5) Não há necessidade de elaborar

123 – Quando há necessidade é realizada arrecadação de dinheiro (vaquinha) entre os sócios do empreendimento? (marcar somente uma opção).

- 1) Sempre é realizado e todos participam 123. ☐
- 2) Sempre é realizado e alguns participam
- 3) Buscamos alternativas individuais
- 4) Nunca propomos a arrecadação coletiva
- 5) Não gostamos de “vaquinhas”

124 – Em caso de necessidade utilizam-se os equipamentos dos membros do empreendimento? (marcar somente uma opção).

- 1) Há e todos que podem participam 124. ☐
- 2) há e os que podem participam
- 3) Os equipamentos são utilizados apenas pelos sócios que os possuem
- 4) Os sócios nunca cederam equipamentos para o empreendimento

125 – Os sócios realizam pesquisas do interesse do empreendimento? (marcar somente uma opção).

- 1) Todos os sócios realizam pesquisas 125. ☐
- 2) Alguns sócios realizam pesquisas
- 3) Somente a direção realiza pesquisas
- 4) Espera-se que a IPI realize pesquisas
- 5) Não existe a necessidade de realização de pesquisas

126 – Como são tomadas as decisões de solicitar crédito? (marcar somente uma opção).

- 1) Em reunião ou Assembléia Geral 126. ☐
- 2) Pela direção e alguns sócios
- 3) Pela direção e IPI
- 4) Não há a necessidade de solicitar crédito
- 5) Nunca solicitamos crédito

127 – São realizadas reuniões para debater os problemas do empreendimento sem a presença da IPI? (marcar somente uma opção).

- 1) Sim, regularmente 127. ☐
- 2) Sim, raramente
- 3) Não, mas temos a intenção de realizar
- 4) Essa hipótese nunca foi levantada
- 5) Os sócios são incapazes de debater os problemas do empreendimento sem a presença da IPI

128 – O empreendimento possui comissões temáticas (negociação, saúde, educação, etc.) formadas por seus membros? (marcar somente uma opção).

- 1) Sim e estão funcionando 128. ☐
- 2) Sim mas não funcionam
- 3) A direção decide por todos os temas
- 4) A IPI assume todos os temas
- 5) Não há necessidade de formar comissões

INICIATIVAS NÃO-ECONÔMICAS

129 – O empreendimento participa de redes de Economia Solidária? (marcar somente uma opção).

- 1) Participa e ajudou na constituição
- 2) Participa das atividades
- 3) Participou de alguns eventos
- 4) Nunca participou
- 5) Não tem informações

129.

130 – O empreendimento participa de redes/iniciativas de troca? (marcar somente uma opção).

- 1) Participa e ajudou na constituição
- 2) Participa das atividades
- 3) Participou de alguns eventos
- 4) Nunca participou
- 5) Não tem informações

130.

131 – O empreendimento participa de clubes de troca? (marcar somente uma opção).

- 1) Participa e ajudou na constituição
- 2) Participa das atividades
- 3) Participou de alguns eventos
- 4) Nunca participou
- 5) Não tem informações

131.

132 – O empreendimento participa de realização de “compras solidárias”? (marcar somente uma opção).

- 1) Participa e ajudou na constituição
- 2) Participa das atividades
- 3) Participou de alguns eventos
- 4) Nunca participou
- 5) Não tem informações

132.

133 – O empreendimento participa de “feiras de economia solidária”? (marcar somente uma opção).

- 1) Participa e ajudou na constituição
- 2) Participa das atividades
- 3) Participou de alguns eventos
- 4) Nunca participou
- 5) Não tem informações

133.

134 – O empreendimento participa de clubes de poupança? (marcar somente uma opção).

- 1) Participa e ajudou na constituição

134.

- 2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações
- 135 – O empreendimento participa de “cooperativas de crédito/fundo solidário”? (marcar somente uma opção).**
- 1) Participa e ajudou na constituição
2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações
135.

2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações

135 – O empreendimento participa de “cooperativas de crédito/fundo solidário”? (marcar somente uma opção).

1) Participa e ajudou na constituição
2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações

135.

- 2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações
- 135 – O empreendimento participa de “cooperativas de crédito/fundo solidário”? (marcar somente uma opção).**
- 1) Participa e ajudou na constituição
2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações
135.

2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações

135 – O empreendimento participa de “cooperativas de crédito/fundo solidário”? (marcar somente uma opção).

1) Participa e ajudou na constituição
2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações

135.

2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações

135 – O empreendimento participa de “cooperativas de crédito/fundo solidário”? (marcar somente uma opção).

1) Participa e ajudou na constituição
2) Participa das atividades
3) Participou de alguns eventos
4) Nunca participou
5) Não tem informações

135.

ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES DOS PESQUISADORES
